

Progestão



Brasília – 2009

Esta coleção foi editada para atender aos objetivos do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares e sua reprodução total ou parcial requer prévia autorização do CONSED.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Freitas, Katia Siqueira.

Progestão: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?, módulo X / José Vieira de Sousa; Katia Siqueira de Freitas. Coordenação Geral: Lílian Barboza de Sena - Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2009.

Bibliografia

ISBN 978-85-88301-16-0

CONSED

SDS Centro Comercial Boulevard Bloco A/J 5º andar sala 501

Telefax: (061) 2195-8650

CEP: 70391-900

Brasília/DF

www.consed.org.br

consed@consed.org.br

Módulo X

Como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?

Progestão

Autores deste módulo

José Vieira de Sousa
Katia Siqueira de Freitas

Coordenação do Progestão

Lílian Barboza de Sena
CONSED

Consultores técnicos

Heloisa Luck
Ricardo Martins

Coordenação e produção de vídeo

Estúdio Trazzi

Assessoria técnica

Hidelcy Guimarães Veludo
CONSED

Apoio técnico do Consed

Marcos Felipe Gonçalves Pereira

Revisor

Simone Bittencourt

Projeto gráfico

BBOX design

Diagramação

Caju Design

Sumário

Apresentação	7
Objetivos gerais.....	7
Mapa das unidades	10

Unidade 1

Por que e como articular o Projeto Pedagógico da escola com as políticas educacionais? 15	
Introdução.....	15
Objetivos Específicos	16
Resumo	41
Leituras recomendadas.....	42

Unidade 2

Avaliações externas e indicadores educacionais.....	47
Introdução.....	47
Objetivos específicos	47
Resumo.....	78
Leituras recomendadas.....	78

Unidade 3

Ações pedagógicas da escola face aos seus resultados nas avaliações externas: o caso da Prova Brasil.....	83
Introdução.....	83
Objetivos específicos	83
Resumo	110
Leituras recomendadas.....	111

Unidade 4

Apropriação de contribuições das políticas públicas para a gestão pedagógica.....	117
Introdução.....	117
Objetivos específicos	118
Resumo	135
Leituras recomendadas.....	135

Resumo final.....	139
Glossário	140
Bibliografia Básica.....	140
Bibliografia Complementar	143

Para ser grande, sê inteiro:
nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és
no mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
brilha, porque alta vive.

(Fernando Pessoa, 2-3-1933).



Apresentação

Existem três tipos de pessoas: as que deixam acontecer, as que fazem acontecer e as que perguntam o que aconteceu (John Richardson Jr.).

Prezado(a) Gestor(a),

Este Módulo X versa sobre como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar e objetiva ajudar os gestores e suas equipes a promoverem esta articulação. As políticas públicas definem os rumos de ações amplas de âmbito nacional, voltadas a muitos aspectos importantes da vida em sociedade, como, por exemplo: educação, saúde, habitação, meio ambiente, saneamento, alimentação, segurança, financiamento, além de muitos outros.

Serão focalizadas, neste módulo, algumas das várias políticas públicas educacionais, especialmente as que orientam a melhoria da qualidade do desempenho escolar, tema abrangente e de múltiplos desdobramentos, dada sua grande importância.

As políticas educacionais abrangem elementos relacionados à ampliação de acesso da população brasileira à educação escolarizada em todos os níveis, desde a creche até a pós-graduação, e à sua permanência no sistema de ensino com relevante incremento de suas potencialidades de sucesso no desempenho escolar, o que abrange, pelo menos, dois importantes passos:

- a) concluir os cursos no tempo previsto, eliminando a defasagem idade-série ainda presente no Brasil, mais acentuadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- b) elevar o nível de aprendizagem dos estudantes, possibilitando-lhes melhores e maiores oportunidades de engajamento no mundo do trabalho, na vida social e, por decorrência, maior autoestima e autonomia intelectual, levando-os a se tornarem cidadãos capazes de cuidar de si, de sua família e contribuir para o bem-estar coletivo da sociedade.

Assim, este Módulo X do PROGESTÃO está voltado para a promoção da articulação necessária entre a gestão pedagógica da escola básica e as políticas públicas da educação, que visam a melhoria do desempenho escolar, de modo a garantir educação de qualidade para todos. Será examinada a relação entre a legislação, planos, programas e projetos educacionais vigentes. Serão apresentadas algumas experiências e casos bem sucedidos em relação ao desempenho escolar, uma vez que experiências já realizadas podem oferecer idéias e sinalizar novas possibilidades de mudanças.

Você, Gestor(a), está convidado ao estudo dessas questões e a empreender mudanças importantes na melhoria do desempenho escolar, levando, sem sombra de dúvidas, a



melhores oportunidades sociais, que se revestem em melhoria geral das condições de vida da população brasileira.

A responsabilidade dos educadores com a aprendizagem dos estudantes é destacada por Perrenoud (2003), quando afirma que nem o sucesso nem o fracasso dos estudantes sinalizam suas características intrínsecas. Esses resultados indicam, sim, um julgamento feito por representantes do sistema educacional sobre o desempenho desses estudantes em relação às normas de excelência escolar estabelecidas e o empenho dos responsáveis pela educação escolar.

Resultados de várias pesquisas indicam que o rendimento obtido por estudantes e pelos sistemas de ensino reflete, sem dúvida nenhuma, o cuidado escolar com o desempenho de todos os responsáveis pelo processo pedagógico. Esse desempenho pode ser mais bem preparado e construído a partir de ações bem planejadas, estruturadas, avaliadas e com processos e resultados acompanhados por você e pela equipe escolar, caro(a) gestor(a). E é com o objetivo de apoiá-lo(a) nesse trabalho que este Módulo foi criado.

O presente Módulo está organizado em quatro unidades, delimitadas por questões e tópicos norteadores que nos conduzem à essência de alguns dos problemas de gestão pedagógica que enfrentamos cotidianamente nas escolas.

As leituras e atividades das quatro unidades deste Módulo foram preparadas pensando em ajudar a você, gestor(a), e a sua equipe escolar a atingirem os objetivos e conteúdos explicitados mais adiante, em cada unidade.



Objetivo geral

No final deste Módulo, com base em seus estudos e considerando suas próprias experiências, você estará apto a:

- ★ Promover mudanças qualitativas nas ações e no desempenho escolar a partir da articulação do Projeto Pedagógico (PP) da escola com as políticas públicas da educação, voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

mapa das unidades

Unidade 1

Por que e como articular o Projeto pedagógico da escola com as políticas educacionais?

Objetivos específicos

- ★ Compreender os sentidos das políticas públicas da educação na determinação do desempenho da escola pública, em níveis demonstrativos da qualidade do ensino.
- ★ Descrever elementos que expressem a qualidade da educação na escola pública, a partir das políticas públicas educacionais.
- ★ Estabelecer relações entre os fatores privilegiados pelas políticas públicas voltados para a melhoria do desempenho escolar nas práticas educativas e o projeto pedagógico e as práticas da escola.
- ★ Analisar diretrizes das políticas educacionais e sua articulação com o projeto pedagógico.

Conteúdos

- ★ Política educacional, projeto pedagógico e melhoria do desempenho escolar
- ★ As políticas educacionais e o projeto pedagógico – PP
- ★ A qualidade como expressão do trabalho da escola
- ★ Melhoria do desempenho escolar
- ★ A política educacional e a construção da aprendizagem
- ★ Melhorar o desempenho escolar é sempre possível
- ★ Compromissos com a qualidade do desempenho escolar

Unidade 2

Avaliações externas e indicadores educacionais

Objetivos específicos

- ★ Compreender a natureza e os resultados das avaliações externas realizadas no sistema educacional brasileiro.
- ★ Analisar as funções das diferentes modalidades da avaliação externa e respectivos indicadores educacionais.
- ★ Relacionar desempenho do aluno à gestão pedagógica de indicadores educacionais.
- ★ Analisar a avaliação de indicadores educacionais para o acompanhamento do desempenho de alunos e sistemas de ensino.

Conteúdos

- ★ Sentido e funcionalidade das avaliações
- ★ Avaliação interna e externa: importância e significados

- ★ Natureza e finalidades das avaliações externas
- ★ Modelos e métodos de seleção para as avaliações externas
- ★ Principais avaliações externas em vigor no Brasil
- ★ Indicadores de qualidade: sentidos e usos
- ★ Tipos de indicadores do desempenho de alunos

Unidade 3

Ações pedagógicas da escola face aos seus resultados nas avaliações externas: o caso da Prova Brasil

Objetivos específicos

- ★ Analisar aspectos conceituais e metodológicos que concorrem para a compreensão da Prova Brasil como avaliação externa.
- ★ Interpretar pedagogicamente os resultados obtidos pela escola na Prova Brasil, à luz do projeto pedagógico da escola.

Conteúdos

- ★ Prova Brasil e gestão pedagógica da escola
- ★ Aspectos conceituais e metodológicos da Prova Brasil
- ★ E agora, escola: os resultados da Prova Brasil chegaram... o que fazer?
- ★ Matrizes de referência: conceito, composição e interpretação
- ★ Escalas de proficiência: concepção e metodologia de análise pedagógica
- ★ Uso dos resultados das avaliações externas no aperfeiçoamento do projeto pedagógico

Unidade 4

Apropriação de contribuições das políticas públicas para a gestão pedagógica

Objetivos específicos

- ★ Rever o projeto pedagógico de forma articulada ao índice de desenvolvimento da educação básica.
- ★ Descrever os diferentes fatores que se mostram associados ao rendimento escolar, apoiando-se na concepção de avaliação em larga escala.

Conteúdos

- ★ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Plano de Ações Articuladas (PAR)
- ★ Fatores associados à promoção da aprendizagem
- ★ O compromisso coletivo com a construção da qualidade

1

Por que e como articular o Projeto Pedagógico da escola com as políticas educacionais?



Introdução

Nesta unidade de estudos, você está sendo convidado a examinar a articulação necessária entre o Projeto Pedagógico da escola sob sua responsabilidade e as políticas educacionais vigentes, voltadas para a qualidade do desempenho escolar.

As políticas orientam a melhoria da qualidade da educação a partir dos princípios da autonomia, da colaboração, da participação, da igualdade de oportunidades e da inclusão social. De acordo com o MEC a formulação das políticas públicas educacionais, em consonância com os ideais de participação democrática dos cidadãos, é realizada com a escuta e colaboração dos sistemas de ensino, em parceria com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e organismos internacionais¹.

Você, gestor(a), e sua equipe escolar são comprometidos com a aprendizagem dos estudantes e promovem, mediante ações, a construção da memória da escola, a constante atualização da equipe escolar, a criação de um ambiente acolhedor e favorável à aprendizagem e ao convívio social de todos na escola sob sua responsabilidade. Pois bem, a qualidade da educação e do rendimento escolar é um dos aspectos importantes previstos na legislação educacional e nas políticas públicas educacionais vigentes, assim como nos planos e programas de governos.

Desse modo, você está convidado a estudar os seguintes conteúdos para atender aos objetivos específicos indicados.



Objetivos Específicos


- ★ Compreender os sentidos das políticas públicas da educação na determinação do desempenho da escola pública, em níveis demonstrativos da qualidade do ensino.
- ★ Descrever elementos que expressem a qualidade da educação na escola pública, a partir das políticas públicas educacionais.

1 <http://portal.mec.gov.br/seb/index>. Acesso em 27-07-08, às 15h10min.

- ★ Estabelecer relações entre os fatores privilegiados pelas políticas públicas voltadas para a melhoria do desempenho escolar nas práticas educativas.
- ★ Analisar diretrizes das políticas educacionais e sua articulação com o Projeto Pedagógico.



Atividade inicial

 15 minutos

Esta é uma atividade para identificar a relação entre políticas nacionais de melhoria da educação, projetos, Projeto Pedagógico e atividade pedagógica realizada na escola.

O Quadro 1 apresenta algumas políticas públicas educacionais, voltadas para a melhoria geral da educação no Brasil.



Quadro 1: Políticas Públicas Educacionais Vigentes – Ano 2008.

Política de Valorização dos Funcionários de Escola
 Política de Formação de Professores
 Política de Formação de Leitores
 Política de Educação Infantil e Ensino Médio
 Política de Educação de Jovens e Adultos
 Política de Educação a Distância
 Política de Educação Especial
 Política de Educação Ambiental
 Política de Educação Profissional
 Política de Educação no Campo
 Política de Educação Superior Indígena
 Políticas de Avaliação da Educação
 Política de Educação para Todos
 Política de Expansão e Reestruturação do Ensino Superior

No geral, todas essas políticas estão voltadas para a melhoria da educação brasileira e podem ser acessadas no site do MEC.

Vamos tomar como referência para essa atividade, duas das políticas apresentadas no Quadro 1.

1. Política de Formação de Leitores, que compreende, entre outras ações, o Programa Nacional Biblioteca da Escola/Pnbe, os Centros de Leitura e Multimídia e a Revista Leituras, voltada para a formação de leitores e a ampliação das oportunidades de acesso aos diferentes materiais de leitura por alunos, professores e comunidade. A revista divulga experiências em leitura desenvolvidas por escolas públicas, entrevistas com escritores e ilustradores, textos literários e orientações didáticas para o trabalho em sala de aula.
2. Políticas de Avaliação da Educação: envolvem Avaliação do Ensino Fundamental, Avaliação do Ensino Médio e Avaliação do Ensino Superior.

Para realizar a atividade inicial, será preciso você ter à mão o Projeto Pedagógico da escola que dirige.

Examine-o e veja se há algum objetivo e uma atividade relacionada com algum aspecto das duas políticas referidas: Formação de Leitores e Políticas de Avaliação da Educação. Se há, indique-os, na coluna 3. Se não há, formule um objetivo e uma atividade para cada política e escreva-os na coluna 4.

Observe que, na coluna 2, são apresentados exemplos de objetivos e atividades relacionadas com as políticas referidas e que podem ajudá-lo nessa atividade.

Quadro 2: Política Pública, Projeto Pedagógico, Objetivos e Atividades previstas no PP.

1 - Política pública educacional	2 - Exemplos: objetivos e atividades que podem estar previstos no PP	3 - Objetivos e atividades previstas no PP da escola que dirige	4 - Objetivos e atividades elaboradas a partir do Módulo X
Política de Formação de Leitores	<p>Objetivo: Incentivar os alunos a frequentarem a biblioteca, escolher um livro, ler e relatar o que leu para a classe.</p> <p>Atividade: Os professores desenvolverão variadas atividades didáticas e pedagógicas de valorização das leituras realizadas e ajudarão os alunos a despertarem o gosto e o hábito pela leitura e a se tornarem leitores competentes.</p>		
Política de Avaliação da Educação	<p>Objetivo: Usar os resultados das avaliações externas realizadas na escola pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – para melhorar o desempenho da escola.</p> <p>Atividade: os resultados das avaliações externas conduzidas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – serão analisados com vistas à melhoria do desempenho da escola.</p>		


Comentário

Esta **Atividade inicial** considera as orientações das políticas educacionais no projeto pedagógico e nas atividades realizadas na escola. Seguindo esse esquema de análise, é possível examinar qual política educacional ou quais políticas são contempladas no Projeto Pedagógico da escola que você dirige. Ela poderá ser realizada com os professores da escola de modo a identificar que políticas educacionais são contempladas nas atividades pedagógicas. Fica a sugestão para que, no momento oportuno, realize

um exercício semelhante com os professores. Desse modo, é possível desenvolver um estudo sobre a operacionalização das políticas públicas em sua escola, promover a apropriação delas pela comunidade escolar e sua adequada implementação.



Atividade 1

 30 minutos

Identificando metas e atividades do Projeto Pedagógico e as articulações com a política educacional de melhoria da qualidade.

Para esta atividade, você precisará do Projeto Pedagógico da escola que dirige e deverá seguir os passos indicados.

Passos indicados

Selecione, no Projeto Pedagógico da sua escola, uma meta e uma atividade que estejam interligadas e escreva-as na primeira coluna da esquerda, no Quadro 2.

Considerando o Quadro 1 anteriormente apresentado, identifique com qual das políticas educacionais de melhoria do desempenho escolar a meta e a atividade selecionadas estão relacionadas. Em seguida, escreva-a, na segunda coluna.

Meta e atividade no Projeto Pedagógico – PP	Política de melhoria do desempenho escolar	Observação
Meta		
Atividade		

Comentário

A análise que você e sua equipe escolar acabaram de realizar é um passo na avaliação das atividades incluídas no PP e pode possibilitar maior aproximação entre o PP e as Políticas de Melhoria do Desempenho Escolar, não é verdade?

Pois bem, a partir dessa reflexão, você está convidado a aprofundar essas questões, estudando o tema norteador desta unidade e identificando quais são as dificuldades e alternativas de avanços para atender às políticas educacionais na prática.

• • •

Política Educacional, Projeto Pedagógico e Melhoria do Desempenho Escolar

O que esses três elementos têm em comum? Já pensou nisso? Eles têm tudo em comum. Para termos melhor compreensão do que propomos, logo de início, três perguntas se impõem:

- 1 – O que são políticas públicas?**
- 2 – O que é Projeto Pedagógico?**
- 3 – O que é melhoria do desempenho escolar?**

O que são políticas públicas?

A Constituição Federal, a Carta Magna de um país, é uma carta política. Ela define: os direitos e deveres do cidadão; o papel, deveres e limites do Estado. Já as políticas públicas visam garantir o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos. Nesse sentido, são criadas leis que definem o contexto normativo, assim como planos, programas e projetos, que estabelecem metas, estratégias, recursos e meios para alcançá-las. Nesse sentido, há certa identificação com o que seriam políticas de Estado. Mas, políticas de governo constituem formas específicas pelas quais os investidos democrática e temporariamente nas funções de exercício de Poder Público, propiciam o acesso aos direitos de cidadania e cumprem os deveres do Estado (MARTINS, 2008).

Elenaldo Celso Teixeira² também afirma que:

[...] políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

2 Para aprofundamento sobre políticas, leia o texto completo de Elenaldo Celso Teixeira, intitulado **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, datado de 2002, no site http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.

São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Políticas Públicas se expressam por leis, regulamentos, orçamentos e se traduzem em diretrizes governamentais, voltadas para a garantia dos direitos sociais de todos os cidadãos. Objetivam a resolução de problemas da sociedade. Tanto o setor público, quanto o setor privado estão sujeitos à observação e cumprimento das diretrizes e leis que emanam das políticas públicas.

Assim, há políticas públicas voltadas para à saúde, alimentação, educação, transporte, segurança, habitação, comunicação social, meio ambiente, uso dos recursos naturais, políticas de combate ao uso indevido de drogas e políticas voltadas para muitos outros aspectos relacionados ao bem-estar e à segurança coletiva da sociedade.

No campo educacional, é possível destacar mais de uma dezena de políticas nacionais, voltadas para a melhoria do desempenho escolar e a garantia do direito de ter educação escolarizada. Aliás, o direito à educação está inserido no conjunto de direitos sociais que tem respaldo no valor de igualdade entre todos os cidadãos, sendo recomendado pelo princípio constitucional que se refere à dignidade da pessoa humana e visa ao seu pleno desenvolvimento.

Em educação, há uma grande política de melhoria da qualidade da educação relacionada a outras políticas, programas e projetos educacionais. Há a política de alfabetização de jovens e adultos, a política voltada para a inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais, a política de financiamento da educação, a política de avaliação externa da educação escolar, de educação para os povos indígenas, educação do campo, educação a distância, a política de cotas, dentre muitas outras. Há também programas e projetos voltados para a contratação de professores, de formação dos profissionais da educação, inclusive de gestores de sistemas de ensino e de unidades de ensino.

As políticas públicas educacionais no âmbito federal abrangem todo o território nacional e constituem as diretrizes e bases da organização da educação nacional. Analisando cada uma, é possível identificar que todas têm um objetivo comum: melhorar as oportunidades educacionais em todos os níveis de escolaridade, a qualidade da educação e dos serviços educacionais oferecidos e o do desempenho escolar. Por isso, são abrangentes.

Conhecer as políticas e diretrizes educacionais, bem como buscar estratégias para implementá-las, são condições importantes para promover mudanças na direção da qualidade almejada. A probabilidade de desempenho escolar bem sucedido aumenta exponencialmente, quando o Projeto Pedagógico – PP, e as ações da escola estão articulados com a legislação, as políticas, os planos e programas nacionais, estaduais e municipais e as diretrizes governamentais.

Várias das políticas educacionais ocupam sua agenda de gestor(a) e a de sua equipe escolar. Para exemplificar o sentido de uma política, é só pensar na política voltada para a inclusão de todas as crianças na escola regular. Há a recomendação para a inserção de crianças com necessidades educativas especiais nessas classes e que, requerem cuidados específicos por parte da gestão e dos demais membros da escola. O atendimento a essas orientações políticas traz, por consequência, mudanças no ambiente e no entorno escolar. Requer a construção de comportamentos positivos de aceitação do outro, de acatamento e de construção da autoestima dos envolvidos, além de ajustamento das acomodações físicas e dos materiais didáticos e a preparação dos profissionais e demais membros da comunidade escolar para aceitar e executar bem o que for necessário.

Algumas ações são importantes em prol da determinação política da qualidade da educação pública inclusiva, como, por exemplo:

- ★ Aprender a lidar com situações novas.
- ★ Desenvolver competências para ajudar os outros a serem solidários.
- ★ Proporcionar o bem estar coletivo e a preocupação coletiva com a aprendizagem de todos.
- ★ Reorientar as atividades do Projeto Pedagógico para abraçar as especificidades dessa situação.
- ★ Manter registro das ações empreendidas para, a partir da memória, poder avaliar a pertinência do processo, das ações, identificar, planejar mudanças necessárias e contribuir para documentar a história da escola.



Atividade 2

Recomendações legais com relação à qualidade da educação nacional.

 30 minutos

Para esta atividade, você precisa da Constituição Federal, CF/88, da LDB nº 9.394/96 e do PP de sua escola.

Examine, nos artigos de 205 a 214 da Constituição Federal – CF/88, o que é determinado com relação à qualidade do Ensino. A seguir, faça uma síntese dos princípios constitucionais examinados e escreva na coluna 1 do Quadro 3.

Identifique, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, o artigo 3º inciso IX, o artigo 4º, inciso IX, o artigo 13, inciso III, que regulamentam a qualidade do ensino. Em seguida, registre, na segunda coluna do Quadro 3, uma síntese dos princípios examinados.

Na coluna seguinte, escreva resumidamente o que o PP registra sobre a qualidade do ensino na escola em que você atua.

Na coluna comentários, indique a relação entre os princípios legais analisados e os princípios pedagógicos contidos no PP.

CF/88	LDB n° 9.394/96	Projeto Pedagógico	Comentários

Comentário

É possível que no Projeto Pedagógico esteja expressa a preocupação com o acompanhamento da qualidade das aulas ministradas, com o desempenho dos estudantes, com estratégias para cuidar dos estudantes em risco de serem reprovados, assim por diante. Todas essas possibilidades sinalizam a preocupação com o bom desempenho dos estudantes e da escola.

Aliando as disposições da Constituição Federal de 1988 às da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n° 9.394/96 sobre a “garantia de padrão de qualidade” da educação nacional (Art.3º, inciso IX) e às políticas educacionais em geral, é possível observar a relevância de cuidarmos da qualidade da educação escolar em todos os níveis e, em especial, nos níveis de ensino fundamental e médio que constituem a base educacional do desenvolvimento individual e social. Por isso, ao elaborar o Projeto Pedagógico é necessário conhecer a legislação e as políticas educacionais vigentes e incorporar a ele os princípios e fundamentos legais.

Provavelmente, você já considerou a inserção desses vetores ao elaborar o PP de sua escola, mas é sempre importante retomá-los e integrá-los às ações cotidianas.



Qualidade do processo educacional e sua expressão no desempenho escolar

Esta sessão inicia submetendo à sua análise, caro(a) gestor(a), duas experiências conhecidas. Ambas estão associadas com a qualidade do processo educacional, com o desempenho escolar e com as políticas educacionais. Elas estão publicadas no site do Laboratório Experiências Inovadoras em Gestão Educacional e em material impresso

que vale a pena serem lidos. A primeira experiência apresentada é a de Amparo, São Paulo, um município que tinha taxa de analfabetismo, entre os maiores de 25 anos, acima da média nacional, pouca qualidade no desempenho escolar e que decidiu resolver essas questões e efetivamente as resolveu. A segunda é a do Município de Sobral, Ceará, e será vista posteriormente à de São Paulo.

O quadro geral do problema, em Amparo, era o baixo desempenho escolar no município, as lamentações dos professores, a insatisfação generalizada com o desempenho escolar. A experiência desse Município, com relação à busca de soluções para os problemas detectados, foi destacada pelo Prêmio de Inovação em Gestão Educacional e poderá servir de referência para problemas semelhantes. Foi definida a realização de um fórum, envolvendo as diversas instâncias da administração da educação no Município e professores, para diagnosticar o porquê dos constantes desentendimentos e queixas. Foi identificado que o nível de comunicação não era satisfatório e, no geral, o conhecimento das políticas educacionais era irrisório. É fato que as escolas podem apresentar pouca comunicação com as instâncias superiores da administração pública, pouco conhecimento das políticas educacionais e ambos constituem entraves para a qualidade dos trabalhos educacionais.

Fórum para a busca de soluções educacionais

A experiência teve início efetivamente em abril de 2002, mas, antes disso, no final de 2001, a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) havia constatado problemas de comunicação e falta de entrosamento entre o órgão público e os profissionais da rede, o que levava ao não-comprometimento, às lamentações, queixas e reações diversas. Houve, então, um levantamento das necessidades mais emergentes e foi diagnosticado o desconhecimento dos professores, diretores e demais profissionais de educação sobre a política educacional e tudo o que ela envolve (Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas, 2007, p.30).

Como indicado no texto em destaque, parte do problema apresentado resultava da falta de articulação entre os diversos órgãos públicos. Este relato enfatiza o valor da comunicação entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação e vice-versa, reforçando o valor do conhecimento sobre a política educacional e tudo o que a envolve, para que a educação seja conduzida com mais propriedade e o desempenho escolar seja elevado. Focaliza a relevância do diagnóstico para evidenciar os pontos de entrave, as necessidades mais emergentes e as potencialidades de mudança e melhoria. Uma vez compreendidos os desdobramentos da realidade é possível buscar os meios para mudar. Nesse caso, as lamentações dos professores se transformaram em ação quando estes passaram a conhecer “a política educacional e tudo que a envolve”, ou seja, o mundo de possibilidades que ela abre para os que a conhecem e a usam adequadamente.

Leia agora, caro(a) gestor(a), algumas referências sobre a experiência de Sobral.

O município de Sobral, Ceará, durante os anos de 2001 e 2003, conseguiu mudar toda a política educacional e a cultura de reprovação escolar do município em prol da melhoria do desempenho dos estudantes.

Alguns trechos do livro publicado sobre a experiência de Sobral, *Vivenciando o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE*, (INEP, 2005) são destacados a título de ilustração. Esses evidenciam a situação inicial do município e a posterior observância das políticas educacionais, com conseqüente mudança no ritmo de trabalho escolar e elevação da taxa de aprendizagem em leitura e escrita, entre crianças de 6 e 7 anos na primeira série do ensino fundamental. As taxas se elevaram de 33,7 % – entre crianças de 6 anos – para 86,3%, e de 49,1% – entre crianças com 7 anos – para 91,1%. Esse padrão de elevação da qualidade do desempenho foi uma constante no período referido.

É relevante o fato de que todo o Município de Sobral se envolveu com as políticas educacionais de melhoria de desempenho como uma questão de responsabilidade coletiva. Vejamos o que diz a referida publicação sobre as políticas:

Destaca-se o fato de o município ter implementado uma política educacional que atuou de forma sistêmica em três aspectos fundamentais: mudança na prática pedagógica, avaliação e monitoramento do ensino-aprendizagem e fortalecimento da autonomia das escolas. Os resultados alcançados são a expressão desse caráter integrado de política municipal e da gestão educacional e não de um outro programa específico (INEP, 2005, p. 74).

O modo como as escolas implementaram essas mudanças é exemplificado no depoimento da diretora de uma das escolas do referido município cearense. Ao falar sobre as mudanças administrativas e pedagógicas incorporadas no cotidiano da escola, visando a melhoria do desempenho de estudantes e professores, ela afirmou:

Em 2001 tínhamos 67% de alunos não alfabetizados de 1ª à 4ª séries. A primeira medida foi a análise e o diagnóstico com a comunidade escolar. Tiramos uma atividade concreta: uma reunião semanal do núcleo gestor, para definir as ações para mudar. Essas medidas eram pedagógicas e também administrativas. Criamos uma nota dentro da escola, que envolvia a avaliação dos alunos feita mensalmente pelos professores e bimestralmente pelas duas coordenadoras pedagógicas. Os dados eram analisados e então conversamos com os professores sobre os resultados da avaliação (INEP, 2005, p 47).

Várias estratégias de gestão administrativa e pedagógica são sugeridas nessa descrição da situação pedagógica inicial:

- ★ Reconhecimento e diagnóstico da situação pedagógica inicial pela comunidade escolar.
- ★ Tomada de decisão coletiva para resolver a não alfabetização de 67% dos estudantes com a implantação de decisões pedagogicamente acordadas.
- ★ Análise dos dados coletados, dando significado ao que indicavam.
- ★ Comunicação aos professores da situação detectada.
- ★ Reuniões semanais de planejamento e socialização das ações definidas.
- ★ Nova sistemática de avaliação da aprendizagem nas quatro primeiras séries iniciais do ensino fundamental.

Esses trabalhos requereram a busca dos meios seguros para mudar. Um bom nível de comunicação democrática, honesta, transparente, o estabelecimento de confiança entre os envolvidos com as atividades (gestores, coordenadores e professores) propiciou as mudanças desejadas. As reuniões auxiliaram a integração e o planejamento de estratégias de ações. A equipe escolar passou a se sentir responsável por incentivar resultados pedagógicos melhores. Decisões foram seguidas por implementação de estratégias de mudanças em sala de aula, acompanhadas de avaliação.

Um princípio importante desenvolvido em nossa formação foi o de assumirmos tanto a responsabilidade pelo sucesso, como a responsabilidade pelo fracasso da escola pública, o ônus e o bônus. Portanto, foi preciso problematizar esse princípio na instância da escola (INEP, 2005, p. 45).

Identificamos que havia uma cultura na escola, de que a responsabilidade da alfabetização não era dos professores. Enfatizamos então a ideia de que o processo ensino-aprendizagem se dava em sala de aula. Discutíamos também a frequência de professores e tomávamos providências. Essa rotina de avaliação, análise, encontros com os professores e adoção de estratégias gerou uma tranquilidade no campo pedagógico (INEP, 2005, p. 45).

A descrição destaca a mudança na cultura dos professores, que passaram a se sentir responsáveis pela aprendizagem dos alunos. Esse sentimento de responsabilidade pela aprendizagem dos estudantes é um forte instigador de ações que visam à melhoria do desempenho escolar.

As políticas educacionais e o Projeto Pedagógico – PP³.

As políticas educacionais e o PP andam juntos. Isso porque todo ato educacional é um ato político que condensa muitas decisões e porque o PP encerra a política pedagógica da escola: as suas escolhas, os princípios norteadores das atividades da escola. O ato de Sobral reflete um ato político de zelo, responsabilidade e determinação pela qualidade da educação e do desempenho escolar.

Assim, nenhum cidadão pode desconhecer a legislação do seu país, de seu município, as políticas e as diretrizes que orientam a vida social da nação. O(a) gestor(a) educacional e a equipe escolar, assim como qualquer cidadão, tão pouco pode ignorá-las ou deixar de acatá-las, quando visam ao bem estar comum.

A escola tem um papel eminentemente relevante na condução das políticas, na transmissão e (re)construção de conhecimentos historicamente construídos, tanto quanto na formação cidadã que possibilita a autonomia e o espírito crítico.

Políticas, leis, ciência, tecnologia, valores humanos e cidadãos compõem parte da vasta missão que a sociedade, em qualquer país, delega às escolas que mantêm.

Você, gestor(a), e a equipe escolar, destacam-se como os principais responsáveis pelo desempenho escolar, respondendo por qualquer situação regular ou irregular, arbitrária ou legal. É parte principal das responsabilidades, que assumem coletivamente ao desempenhar tais funções, implementar políticas educacionais no âmbito da escola e zelar para que elas sejam atendidas por toda a comunidade escolar.

Ora, por força da própria Constituição Federal (1988) (artigo 22, inciso XXIV e do artigo 24, inciso IX), a educação nacional é ordenada por legislação federal, estadual e municipal, o que aliás está referido no Módulo II do PROGESTÃO. Essa é a situação federativa ideal. Na prática, nem sempre isto ocorre.

Assim, também, são as políticas educacionais que existem. Elas podem ser nacionais, estaduais e municipais. Contudo, todas precisam estar alinhadas entre si, não sendo aconselhável contradição entre os três níveis citados. Podemos dizer que elevar a qualidade do ensino é uma política nacional necessária que precisa ser acatada e implementada em todos os estados e municípios nacionais, em todas as escolas dos sistemas de ensino, em todas as instituições educacionais de todos os níveis educacionais. A qualidade do ensino está relacionada à qualidade do desempenho escolar e é evidenciada mediante índices que a avaliam. Esses índices serão discutidos posteriormente.

Você, gestor(a) e sua equipe escolar, podem mudar para melhor os rumos do desempenho de sua escola, que vem sendo evidenciado mediante avaliações externas⁴, nacionalmente conduzidas pelo INEP e amplamente divulgadas pela mídia. É evidente a triste realidade do fraco desempenho escolar, embora haja poucas e honrosas exceções como será

3 O Projeto Pedagógico – PP foi amplamente estudado no Módulo III.

4 Essas avaliações serão discutidas na Unidade 2 deste módulo.

mencionado mais adiante. Infelizmente, o Brasil ainda não atende à Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada há 60 anos atrás. Ela afirma que toda a pessoa tem direito à educação.

Segundo o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008⁵, apesar de o Brasil ter avançado em muitas questões educacionais, ainda tem que se esforçar muito para atingir todas as metas que se comprometeu a alcançar até 2015. Embora a cobertura escolar esteja quase universalizada, o que é uma das metas acordadas, na prática, grande proporção de sistemas e redes de ensino não cumprem a meta relacionada com “melhorar todos os aspectos da qualidade de educação”. É esse retrato indesejável de discrepâncias educacionais que precisa mudar rapidamente para garantir um país mais competente científica e tecnologicamente e cidadãos aptos a conduzirem o futuro.

Há uma afronta aos direitos constitucionais quando sistemas e redes de ensino não oferecem educação de qualidade para todos, desde a mais tenra idade até à velhice, pois este é direito garantido pela CF/88 e também por várias leis e políticas nacionais (FREITAS e PILLA, 2006).

As políticas de melhoria da qualidade da educação envolvem todos os níveis de ensino. Essas políticas se consubstanciam em planos, programas e projetos específicos a cada nível de ensino. Para uma visão ampla das intenções políticas, examine, por exemplo, o Plano Nacional de Educação – PNE – aprovado pela Lei 10.172, em 9 de janeiro de 2001 e com vigência até 2011. O PNE resume as amplas intenções políticas da nação em elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. A partir do PNE, cada estado e cada município é estimulado a elaborar, respectivamente, seu Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação. Todos devem observar a qualidade do desempenho escolar como uma meta, visando eliminar evasão, reprovação, defasagem idade/série e melhorar a formação dos profissionais da educação, inclusive dos gestores educacionais.

A não observação da qualidade do desempenho escolar, além de ser um desrespeito às políticas e legislação, promove a exclusão social de potenciais estudantes, a reprovação e, por vezes, a aprovação sem aprendizagem. Dados de uma pesquisa do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, indicaram que 64% dos brasileiros na 5ª série do Ensino Fundamental não sabiam ler.

O Relatório de Monitoramento de Educação para Todos registra que, nos últimos cinco anos, houve uma melhora substancial na “taxa de escolaridade líquida na educação primária de 149 países” e que o Brasil faz parte do “(...) grupo dos 28 que têm alta probabilidade de atingir o objetivo (...)” relativo à universalização da educação primária (Relatório de Monitoramento de Educação para Todos, 2008, p. 20). Contudo, o avanço não foi suficiente. Há outras questões não resolvidas satisfatoriamente: a alfabetização dos adultos, paridade entre os sexos e a qualidade da educação para todos os segmentos da população brasileira. Ainda temos muito a fazer, não é verdade?

5 <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159294por.pdf>. Acesso em 12.08.08, às 23h00

**...Peço licença para terminar
Soletrando a canção de rebeldia
Que existe nos fonemas da alegria:
Canção de amor geral que eu vi crescer
Nos olhos do homem que aprendeu a ler**
(Thiago de Mello – 1964. Santiago do Chile).

★ ★ ★ ★



Atividade 3

 30 minutos

Responda a questão na coluna 1. Analise o PP e veja se há uma estratégia para melhorar o desempenho em escrita. Se há, escreva-a na coluna 2. Na coluna 3, indique uma outra estratégia possível de ser implementada para melhorar o desempenho escolar e que não esteja prevista no PP .

Questões diagnósticas Como está o desempenho de sua escola com relação à escrita dos estudantes?	Indique uma estratégia usada para melhorar esse desempenho e que esteja prevista no PP.	Indique uma estratégia que pode ser usada para melhorar esse desempenho e que não esteja prevista no PP.



Comentário

As análises realizadas por você, gestor(a), e as respostas às questões apresentadas podem indicar a relação ou não do PP com as diretrizes das políticas nacionais, estaduais ou municipais, conforme for o contexto da escola que você dirige. Podem, ainda, indicar novas estratégias para, com o apoio das diversas instâncias do poder público, fortalecer a qualidade educacional. As análises podem levar à construção de alternativas de solução como ferramentas para iniciar ação de discussão, com todos os envolvidos no

processo de gestão pedagógica, sobre os problemas detectados. As reuniões de professores podem incluir em sua agenda uma análise aprofundada das estratégias e identificar as que podem ser implementadas coletivamente ou apenas em sala de aula.



A qualidade como expressão do trabalho da escola

A qualidade do trabalho da escola representa uma luta travada continuamente por toda a equipe escolar que busca superar as limitações. Ela se torna visível e transparente para a sociedade, mediante inúmeras iniciativas que envolvem instrumentos de avaliação, observações sistemáticas, comunicação pública dos resultados e das análises desses resultados. Qualidade da educação e do desempenho escolar são questões tanto políticas quanto profissionais e podem ser expressas em índices e indicadores passíveis de comparações entre países, estados, municípios, escolas e estudantes. O enfoque da qualidade pode ser quantitativo e qualitativo ao mesmo tempo. Qualidade educacional e desempenho escolar estão sempre relacionados com os objetivos e metas definidas por planejadores para os sistemas educacionais e, em geral, buscam o crescimento intelectual, pessoal e econômico dos envolvidos, a partir de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à melhoria das condições de vida dos cidadãos e ao mundo do trabalho.

A educação pública com qualidade para toda a população está relacionada com o conceito de **equidade**, que implica a efetivação do direito democrático de todos os cidadãos desenvolverem seu potencial intelectual, independentemente de suas diferenças culturais, étnicas, religiosas, de classe social, de gênero ou de qualquer outro tipo.

Para orientar a qualidade da educação nacional expressa no trabalho escolar, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia do MEC, desenvolveu uma série de instrumentos de avaliação mediante os quais o desempenho dos estudantes e do ensino, desde a alfabetização até a graduação, é avaliado. Outros elementos também são revelados com essas avaliações sistemáticas como o perfil dos professores, as condições materiais das escolas, redes e sistemas de ensino. Os resultados desses exames nacionais dão transparência às condições educacionais no Brasil.

Dentre os instrumentos de avaliação desenvolvidos e implementados pelo MEC/ INEP, há dois voltados para o ensino fundamental: a Provinha Brasil e a Prova Brasil. O primeiro é um instrumento de avaliação da alfabetização, com o objetivo de diagnosticar o nível de alfabetização das crianças das redes públicas de ensino, após um ano de escolaridade. Com esta avaliação, gestores públicos e professores têm informações objetivas sobre o nível de alfabetização dos alunos, no início do processo de aprendizagem. Essas podem ser analisadas e orientar ações para suprir insuficiências detectadas nas áreas de leitura e escrita. A Prova Brasil identifica o desempenho em leitura e resolução

de problemas matemáticos nas 4ª e 8ª séries. Todas as avaliações têm papel importante para expressar a qualidade do trabalho da escola.

A publicação do MEC/INEP – Intitulada **APROVA BRASIL⁶: o Direito de Aprender – Boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil, de 2007**, é de grande interesse para todos nós. Ela destaca 33 escolas participantes da **Prova Brasil**, consideradas com bom desempenho e tratadas como casos de sucesso. Recomendamos a leitura dessa publicação. A seguir, é apresentado um breve resumo do que mais faz a diferença no sucesso dessas escolas, segundo a pesquisa realizada pelo MEC/INEP.

Em 32 das 33 escolas apresentadas na referida publicação, o sucesso obtido pelas escolas foi atribuído à grande competência, dedicação e interesse dos professores, sendo que **em 21 delas o bom desempenho escolar foi atribuído ao Projeto Pedagógico inovador, que utiliza múltiplos recursos didáticos, tais como oficina de leitura e escrita.**

Melhoria do desempenho escolar

No início desta Unidade está posta a questão: o que é melhoria do desempenho escolar?

É possível afirmar que melhorar é mudar do estado atual, indesejável ou insatisfatório, para outro mais relevante, mais adequado ao que todos esperamos do desempenho escolar. Embora qualidade seja um conceito subjetivo, há evidências concretas de que a qualidade educacional atual não satisfaz plenamente a sociedade. Por isso, é relevante examinarmos com atenção os casos que se destacam como bem sucedidos, para que possamos ter um novo olhar sobre a nossa realidade, a fim de buscarmos novas estratégias de superação da realidade apresentada.

Ao refletir sobre as experiências bem sucedidas, é possível buscar novas formas para melhorar o desempenho escolar. Isto pode significar a modificação da realidade da escola como um todo para obter melhores processos educacionais e resultados pedagógicos e, em decorrência, é possível ocorrer a elevação da autoestima coletiva de alunos e da equipe escolar e o respeito da sociedade pelo bom trabalho educacional do país.

Como mudar para melhorar o desempenho escolar? A questão é passível de respostas **multifacetadas**, abrangendo um grande conjunto de possibilidades, de iniciativas e de ações, além de acordos e de recursos materiais e **imateriais**.

Para isso, é preciso a vontade política de mudar, além de uma série de outras atitudes e ações voltadas para o enfrentamento da questão. A atitude de abertura para conhecer criticamente as várias facetas da realidade escolar em toda sua extensão política e material, refletir sobre ela, mudar a maneira de pensar, de organizar o trabalho

6 http://www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/. Acesso em 09-08-08, às 22h50.

escolar, de relacionar-se com as comunidades escolar e local, com as diversas secretarias e instâncias da sociedade política e civil organizada. Este já é um bom começo.

É necessário fazer uma projeção do que precisa ser modificado na escola ou na atitude das pessoas e identificar possibilidades de como promover as mudanças. Dentre as diversas ações possíveis de serem empreendidas, destacam-se: escrutinar o Projeto Pedagógico, indagar e responder questões reflexivas sobre o Projeto Pedagógico, identificar potencialidades e fraquezas pedagógicas e materiais, preparar a comunidade escolar para as mudanças necessárias. O papel de líder, gestor(a), é altamente relevante para mobilizar pessoas na direção almejada, iniciar o processo e obter as mudanças desejadas.

A experiência tem comprovado que só há educação de qualidade quando o Projeto Pedagógico está enraizado e articulado com as políticas educacionais, a legislação e a realidade concreta dos estudantes e da comunidade local, como indicado pelas 21 escolas de sucesso, mencionadas na publicação da Prova Brasil. As 21 escolas referidas declararam ter sido o Projeto Pedagógico o principal agente do sucesso, revelado mediante os exames e resultados da Prova Brasil.

Para que se consolide em todas as regiões brasileiras a efetivação de uma cidadania ativa, democrática e que usufrua o direito à educação de qualidade na escola pública, são necessárias ações práticas com vontade competente de acertar e com atenção à legislação e às políticas vigentes. As intenções não são novas.

Atualmente, frisamos o direito à educação da maior e mais poderosa qualidade social, científica, tecnológica e impregnada de valores humanos de cooperação e solidariedade universal com o planeta e as pessoas.

O que fazer, então, para atingir melhores patamares?

Dentre as várias possibilidades de iniciar ações empreendedoras que mudem qualitativamente a realidade educacional, a primeira é proceder, em conjunto com a comunidade escolar, a um diagnóstico da situação, seguido de uma análise dos dados obtidos. A partir desse diagnóstico é possível definir as estratégias de atuação, tendo em vista a articulação necessária do PP, do planejamento e das ações da escola com os princípios e diretrizes contidos nas políticas educacionais, fazendo do PP a grande política norteadora da escola.

Partir de um diagnóstico é sempre importante. É ele que dá pistas sobre a realidade enfrentada pela escola e permite identificar as necessidades e possibilidades de mudanças significativas.

Se o diagnóstico indica que o PP não contempla as políticas e diretrizes educacionais relativas à qualidade da educação, é importante examinar o porquê e estabelecer a articulação. Se sinalizar que os professores precisam aprender a alfabetizar e a ensinar matemática ou que os problemas de evasão estão relacionados com a aprendizagem, é possível ajudar os professores a aprenderem a alfabetizar e a ensinar matemática.

Quais são os caminhos a seguir?

- ★ Criar oportunidades concretas para a equipe pedagógica desempenhar melhor seu papel.
- ★ Buscar os meios para providenciar a oferta de cursos, palestras, filmes, redes de aprendizagens, visitas à unidades escolares e organizações que tenham boas experiências na área.
- ★ Estabelecer relações de apoio pedagógico com as instituições de formação de professores e demais ações, especificamente voltadas à realidade dos professores, do contexto e das condições práticas da cada unidade escolar.
- ★ Criar círculos de estudos internos na escola para análise da situação e identificação de potencialidades de mudanças.
- ★ Melhorar o acervo da biblioteca e dos laboratórios.
- ★ Usar o potencial tecnológico da escola e das Secretarias de Educação.
- ★ Solicitar apoio à Secretaria de Educação.
- ★ Vários outros caminhos podem ser traçados com criatividade, determinação e apoio das comunidades escolar e local.

A execução de cursos, por exemplo, requer recursos financeiros, materiais e a contratação de pessoas competentes para desenvolverem as habilidades necessárias aos professores. Os cursos e os participantes terão mais probabilidade de sucesso se receberem assessoramento, monitoramento e acompanhamento, aliados à avaliação processual do ensino. No Brasil, nem sempre essas ações são acatadas pelos corpos docente e técnico-administrativo das escolas, e só recentemente começaram a fazer parte dos programas que visam mudanças.

Os professores que participarem dos cursos também precisarão de tempo planejado (mesmo quando os cursos são a distância) para se dedicarem a estudar, cumprir as atividades do curso, desenvolverem novas competências e habilidades, discutirem com colegas, assim por diante. Sedimentar o aprendido e colocá-lo em ação, requer tempo de maturação e de mudanças das atitudes arraigadas. Mudar não é tão fácil quanto pode parecer à primeira vista. Nem todos querem fazer o esforço para mudar e atualizar-se. Por vezes, mudanças propostas enfrentam algum tipo de resistência, sendo preciso muita tática para dissipá-las e conseguir que as pessoas as acatem e colaborem.

É necessário acompanhar a implementação do curso, avaliar resultados obtidos por longo tempo, assim como fazer registros e mantê-los como instrumentos de apoio às ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação. Essa é uma tarefa coletiva que requer visibilidade e documentação do processo e dos resultados: as comunidades escolar e local podem apoiar a gestão pedagógica nessa responsabilidade.


Quando os professores estiverem em sala de aula precisam contar com apoio, acompanhamento e avaliação, assim como os seus estudantes. Os resultados devem ser igualmente avaliados e acompanhados para identificar se as mudanças desejadas estão sendo atingidas. Quando o resultado não é satisfatório, novas ações são demandadas. Acima de tudo, estimular os professores a questionarem, refletirem e agirem sobre seu

próprio desempenho. Enfatizar as ações bem sucedidas é uma estratégia relevante para oportunizar e consolidar mudanças conscientes e desejadas.

Outra questão a ser analisada é a disponibilidade para participação e integração dos professores na escola: são professores de tempo integral ou parcial? Trabalham em mais de uma escola? Moram próximo à escola ou em bairros distantes? Conhecem a realidade da comunidade que circunda a escola? Têm tempo de interagir com os colegas de todos os turnos de funcionamento da escola? Estão no início, no meio ou no fim da carreira? Muitas vezes são necessárias mudanças na rotina da escola, ou de outros setores, para que os professores possam reorganizar sua agenda e encontrar tempo para participar de questões importantes e que se consubstanciam com mudanças pedagógicas, voltadas para a melhoria do desempenho escolar.



Atividade 4

 20 minutos

Considerando que a estratégia indicada por você na última coluna do quadro apresentado na Atividade 3 precisa ser implementada na prática para melhorar o desempenho escolar, examine se são necessárias mudanças no Projeto Pedagógico, na rotina de trabalho escolar, na qualificação de pessoal, nas condições concretas da escola, ou em qualquer outro aspecto, como as relações da escola com outras instâncias da sociedade. A partir desse exame, faça um pequeno Plano de Trabalho Prioritário.

Estratégia	Mudanças necessárias no Projeto Pedagógico	Mudanças na rotina de trabalho escolar	Outras mudanças necessárias



Comentários

Há sempre muitas questões que precisam da atenção e cuidado no processo de zelar pela qualidade do desempenho escolar. Contudo, há questões que devem ser priorizadas e que não podem esperar.

Exemplo: se a escola prioriza o hábito de leitura, é importante ter funcionários na biblioteca da escola, que sejam competentes e atenciosos para com professores e alunos. É possível, também, construir um cantinho de leitura na própria sala de aula, em que

os alunos seriam incentivados a ler, a trocar livros e informações das leituras. O professor ofereceria um tempo só para leitura e discussão. Esse tempo poderia ser seguido de relatos orais ou escritos e estaria, então, dedicado ainda ao aprimoramento da comunicação oral e escrita.

Elaborar um Plano de Trabalho Prioritário é uma forma de selecionar o que é mais necessário e urgente, sob pena de prejudicar o alcance dos objetivos e metas desejados.

Esse exercício de fazer um retrato da situação, ou seja, um diagnóstico e, em seguida, estabelecer prioridades, pode fazer parte do cotidiano do corpo técnico-pedagógico e é muito útil na gestão pedagógica.



A política educacional e a construção da aprendizagem

A relação entre política educacional e a construção da aprendizagem pode ser observada no texto a seguir:

A nova política educacional exigiu um olhar especial para o que ocorria, até então na sala de aula. As observações iniciais indicaram que, embora o livro didático fosse utilizado, as atividades realizadas no dia-a-dia pelos alunos podiam ser resumidas em apenas duas etapas: na primeira parte da aula, os professores descreviam uma tarefa na lousa e os alunos a transcreviam para seus cadernos; na segunda parte, após o recreio, os alunos resolviam as tarefas (...) para gerar mudanças na aprendizagem dos alunos era preciso intervir diretamente no método de ensino (Vivenciando o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE. Brasília: INEP, 2005, p. 32).

Nessa situação apresentada, o acompanhamento pedagógico nas salas de aula foi determinante para a mudança de desempenho. A observação mostrou os pontos que necessitavam ser revistos e indicou os caminhos para mudá-los. Foi identificado que a estratégia de ensino era repetitiva, sem criatividade, e que era uma prioridade torná-la ativa, criativa e diversificada. Uma das mudanças importantes poderia começar na metodologia usada durante as aulas, que poderiam ser mais criativas e desafiadoras para professores e alunos. Nessa situação, a atualização dos professores parece ser indicada.

O avanço do conhecimento, assim como da qualidade escolar, é uma construção coletiva, inclui o concurso de múltiplas experiências, reflexões, ações e saberes multiculturais. Esse avanço reflete a condição da gestão pedagógica, da equipe escolar e, em síntese, da comunidade escolar em uma determinada fase. Cada membro da equipe gestora tem o seu papel definido e complementar. O desempenho escolar com qualidade, no sentido de construção, consolidação, reconstrução e avanços de conhecimentos

sistematizados, é o fim de todo o processo educacional que deseja a emancipação do ser humano engajado na vida social.

Algumas orientações que podem facilitar o caminho para elevar o desempenho escolar e ajudar a participação:

- ★ Observar sempre as políticas públicas, leis, decretos, portarias, normas e diretrizes vigentes.
- ★ Incorporá-las ao Projeto Pedagógico.
- ★ Construir possibilidades de melhoria contínua das condições pedagógicas da escola.
- ★ Identificar possibilidades de estudo para todos os membros de sua comunidade escolar.
- ★ Manter a si próprio e a comunidade escolar atualizados.
- ★ Registrar tudo e usar os registros para acompanhar o processo avaliativo.
- ★ Ajudar as pessoas a se sentirem parte importante da construção coletiva de melhoria do desempenho escolar.
- ★ Usar o aparato tecnológico para oferecer serviços educacionais de alta qualidade.

Desempenho escolar de qualidade requer documentar, comunicar, estabelecer e manter relações interpessoais de respeito e confiança entre os pares e as comunidades escolar e local.

O trabalho de gestão pedagógica é coletivo. Envolve as comunidades escolar e local. Requer o comprometimento de muitos profissionais para além dos muros da escola e da comunidade. As condições gestoras são muito diversas. Cada uma requer uma série de ações e desdobramentos para atender o Projeto Pedagógico que, para ser vivo e vivido, precisará ser revisto para atender à realidade da escola.

Uma vez revisto o Projeto Pedagógico e implementadas as mudanças, é necessário mantê-las por um tempo, para que madurem. Esse período inicial de experiência requer ser paciente e fiel às mudanças até que tudo se estabeleça. Só após o período de familiaridade com todas as mudanças é possível identificar o que precisa ser reformulado.

A qualidade como política educacional

A qualidade do desempenho escolar não obedece a um padrão, ou um livro de receitas ou a uma fórmula, aplicáveis igualmente a todas as escolas ou a todos os Projetos Pedagógicos. Esse é um conceito dinâmico, reconstruído e modificado constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na elevação da qualidade do seu desempenho, observando a legislação e as políticas vigentes e sua realidade.

O conceito de qualidade é relativo e tem sentido quando relacionado a um contexto e período definidos. Sendo mutante e temporal, precisa ser constantemente avaliado e reavaliado. Como os problemas, as soluções possíveis são inúmeras, assim como temporais. É importante conjugar uma variedade de informações e ações adequadas e relevantes para implementar as que mais se adequem a cada situação e em cada tempo.

Você, caro(a) gestor(a), e sua equipe escolar, analisaram o conceito de qualidade e refletiram sobre que qualidade é possível para seu trabalho?

Que desempenho escolar desejam e podem alcançar?

Já examinaram o quê o Projeto Pedagógico afirma sobre isso?

Este pode ser um bom começo para iniciar atualizações e mudanças.

Melhorar desempenho escolar é sempre possível.

Superar limites não é só para jogos e atletas nas Olimpíadas. Melhorar continuamente o desempenho escolar é uma maneira de estar atento à realidade e de superar os próprios limites da gestão pedagógica. É, acima de tudo, criar uma atmosfera de confiança, de estudo e aprendizagem constantes para todos os envolvidos com o processo educativo.

Para evitar discrepâncias entre o Projeto Pedagógico escrito e as ações cotidianas, é responsabilidade da gestão criar uma atmosfera de aprendizagem coletiva, de comunicação das ações empreendidas e de envolvimento de todos no processo de constante reavaliação das ações planejadas e executadas.

Vejamos um exemplo, com o depoimento da diretora da escola Prof. Mário de Oliveira Goeldner, em Mafra, Santa Catarina, que foi publicado na revista *Gestão em Rede*, número especial, sob o título: *Se os alunos aprendem, gostam da escola*.

[...] apesar das várias dificuldades, nossos alunos são entusiasmados e gostam da escola. Gostam porque aprendem e ao aprender estamos garantindo a eles condições de sobrevivência futura.... os resultados obtidos quanto ao Rendimento Escolar têm sido estáveis, atingindo-se 90% de aprovação no índice geral em 2003... os alunos da escola, em sua grande maioria, concluem o Ensino Fundamental no período esperado de oito anos. Os pontos críticos ainda são as 1^{as} e 5^{as}, que terão avaliações previstas no Plano de Melhoria em 2004 (CONSED, 2004, p. 68).

Da página 27 do livro *Vivenciando o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE* (INEP, 2005, p. 75) sobre a experiência de Sobral, já mencionada anteriormente, são destacadas, as seguintes lições aprendidas com a citada experiência:

Lições aprendidas

- ★ Sucesso escolar deve ser compreendido como o desempenho alcançado pela escola e a rede de ensino, e não como algo resultante da atuação ou do comportamento do aluno.
- ★ A melhoria da qualidade da educação depende da implantação de uma política coordenada e sistemática, com ações integradas que se efetivam sob a orientação de objetivos comuns.
- ★ Mudanças substanciais na qualidade do ensino de uma localidade passam, primeiro, pela decisão da administração municipal ou estadual⁷ de assumir a responsabilidade por educação pública de qualidade para todos.
- ★ É possível deixar a área da educação fora da influência de acertos políticos⁸ (partidários) sem perder apoios, quando há diálogo sistemático e transparência com a sociedade sobre a importância da qualidade da educação.
- ★ O alcance de resultados não significa a chegada a um porto seguro. Desafios, prioridades, conflitos, resistências e metas são renovados constantemente quando se almeja a promoção da qualidade da educação.

Compromissos com a qualidade do desempenho educacional

As políticas educacionais estão relacionadas às questões educacionais amplas. Essas políticas desdobram-se em Planos, Programas, Compromissos, Diretrizes, Metas e Ações das três instâncias de poder – federal, estadual e municipal – e concretizam-se no dia-a-dia da escola, com o trabalho coletivo. A participação ativa da sociedade, os movimentos sociais, as iniciativas da sociedade civil também ajudam a definir compromissos políticos e metas. O Compromisso Todos pela Educação⁹ é um exemplo da força da sociedade civil na definição de metas para a educação nacional. Esse decorreu da iniciativa de um grupo de líderes da sociedade civil – em articulação com o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – preocupados com a qualidade da educação básica nacional. A iniciativa terminou por constituir-se num Plano de Metas, absorvido pelo governo federal. As metas básicas, propostas pela sociedade civil, podem ser resumidas em cinco:

- Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.
- Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.
- Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.
- Meta 4. Todo jovem com o Ensino Fundamental concluído até os 16 anos e o Ensino Médio concluído até os 19 anos.
- Meta 5. Investimento em Educação ampliado e gerido com ética e eficácia.

7 Acréscimo dos autores: ...ou estadual – no original não há estadual

8 Acréscimo dos autores: inclusão de partidários.

9 http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/todos_pela_educacao.pdf

Essas metas terminam por definir “...**28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes**”.

De 28 diretrizes propostas, destacamos cinco, apresentadas a seguir, para que sejam avaliadas e, na medida do possível, absorvidas no Projeto Pedagógico e implementadas por você, gestor(a), equipe escolar, e todos aqueles comprometidos com a qualidade da educação nas instâncias que lhe dizem respeito. A escolha dessas diretrizes se deu pela sua importância para o fortalecimento do atendimento ao direito de educação de qualidade para todos em nosso país. A aprendizagem é o eixo norteador dessas diretrizes, pois se há aprendizagem, haverá menos repetência, evasão e abandono escolar.

Essas diretrizes, voltadas para resultados e rendimentos dos estudantes, além de incorporadas ao Projeto Pedagógico e terem sua implementação acompanhada, servirão de subsídios a ações mais amplas de busca de alianças pedagógicas. As diretrizes são:

- I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;
- II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;
- III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;
- IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial;
- V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;

O Decreto nº 6.094 de abril de 2007, regulamenta a implementação das 28 diretrizes em âmbito nacional. Esse Decreto resume a intenção política de melhoria da educação nacional e no artigo primeiro define o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação afirmando:

Art. 1º O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.





Atividade 5

 30 minutos

A atividade solicitada é um orientador para que você, caro(a) gestor(a), e a equipe escolar avaliem a propriedade do Projeto Pedagógico com relação às diretrizes definidas politicamente e que são relevantes para o processo de aprendizagem, a manutenção dos estudantes na escola e a avaliação da qualidade do desempenho escolar.

A partir dela é possível realizar desdobramentos práticos nas atividades de aprendizagem com “resultados concretos”, que ajudem a melhorar o desempenho de sua escola e a garantir o direito de todos a uma educação de qualidade.

Para realizar essa Atividade é preciso ter o PP de sua escola em mãos e analisar seu conteúdo.

Releia as cinco primeiras diretrizes do texto: O Compromisso Todos pela Educação, apresentadas anteriormente.

Analise se as diretrizes referidas estão inseridas no Projeto Pedagógico. Caso afirmativo, identifique o que a escola vem fazendo, na prática, para atendê-las. Se não estão incluídas no PP, defina como é possível incluí-las e implementá-las.

Escreva suas respostas nas colunas dois e três do quadro seguinte.

Quadro 3 – Compromisso Todos pela Educação e Projeto Pedagógico

Diretrizes Compromisso Todos pela Educação	Se está incluída no Projeto Pedagógico, como se expressam?	Se não está incluída no Projeto Pedagógico, como incluí-la?
I – estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir		
II – alfabetizar as crianças até, no máximo, aos oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico		
III – acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente		
IV – combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial		
V – combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação		

Comentário

Mediante a realização dessa atividade, você pode identificar a aproximação ou a distância do PP de sua escola em relação às diretrizes do Compromisso Todos pela Educação e, em seguida, desenvolver estratégias que permitam analisar conjuntamente a sua propriedade, ou não, no âmbito de seu trabalho, definindo prioridades de ação, visando a melhorar continuamente o desempenho escolar.

“A demanda por uma educação de qualidade elevou-se à condição de absoluta prioridade.” Jorge Werthein





Resumo

Nesta Unidade, foi evidenciado o sentido das políticas públicas da educação e da qualidade do desempenho da escola, enfatizando a relação necessária que se estabelece entre as políticas públicas educacionais, legislação, Projeto Pedagógico e desempenho escolar. Houve a oportunidade de examinar experiências bem sucedidas que relacionaram a atuação competente da equipe gestora, o Projeto Pedagógico da escola com as políticas públicas educacionais, a legislação vigente e as várias facetas da qualidade do processo gestor, voltado para o desempenho escolar que atenda metas e compromissos assumidos coletivamente. Foi abordada a importância dos diagnósticos e da memória da escola, como referências para avaliação e mudanças. Foram propostas reflexões sobre o Projeto Pedagógico, a qualidade do desempenho escolar, do município, do estado, da nação.

Siga com o estudo da Unidade 2, em que será aprofundado o conhecimento sobre as avaliações externas e sua funcionalidade.



Leituras recomendadas

- a) TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas, leia o texto de Teixeira na íntegra. Este texto discute de forma ampla, igualmente agradável e acessível, o papel das políticas públicas, inclusive das políticas educacionais. A leitura do texto permite entender melhor a relação da sociedade com as diretrizes políticas da nação brasileira.

- b) **APROVA BRASIL**: o Direito de Aprender - Boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova BRASIL. Brasília: MEC/INEP – Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2007.

Esta publicação apresenta experiências relevantes relativas ao bom desempenho de 33 escolas identificadas assim a partir da prova BRASIL. Todas as escolas apresentadas tiveram desempenho médio em Leitura e Matemática maior que o desempenho médio nacional das 4ª e 8ª séries. O desempenho médio em Leitura foi igual a 172,9 na 4ª e 222,6 na 8ª série e em matemática foi de 180,0 na 4ª série e 237,5 na 8ª série.

- c) **Redes de aprendizagem**: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília: MEC/INEP, UNDIME, UNICEF, s/d.

Esta publicação apresenta experiências importantes para o bom desempenho de 37 redes de ensino. São destacados dez pontos que levaram ao bom desempenho: foco

na aprendizagem, consciência e prática de rede, planejamento, avaliação, perfil do professor, formação do corpo docente, valorização da leitura, atenção individual ao aluno, atividades complementares e parcerias.

d) Vivenciando o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE. Brasília: INEP, 2005.

De maneira bem simples e agradável, este livro relata as ações empreendidas para mudar os rumos da educação no Município de Sobral, CE, que eram bem distantes do esperado pelos munícipes. Todos, inclusive as políticas municipais de educação, deram as mãos e conseguiram elevar exponencialmente a qualidade do desempenho escolar, observando as políticas públicas e mudando a gestão pedagógica.

Sites Recomendados:

- ★ Laboratório Experiências Inovadoras em Gestão Educacional (<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>)
- ★ Plano Nacional de Educação – PNE. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm.
- ★ Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.com.br/?tabid=129> .
- ★ Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm

Filmes Recomendados:

- ★ **Central do Brasil.** O filme de Walter Salles, produção franco-brasileira de 1998, não aborda, diretamente, o contexto escolar. Entretanto, mostra-se bastante interessante para a discussão do tema “educação e democracia”, medida que revela a ignorância e a miséria em que vive grande parcela do povo brasileiro. Nesse contexto, pode ser avaliada importância da escola para o desenvolvimento da consciência das pessoas.
- ★ **O Milagre de Anne Sullivan.** Produzido originalmente em 1962, foi refilmado duas vezes (1979 e 2000), ambas para a televisão. O filme retrata a incansável tarefa de uma professora, ao tentar fazer com que uma garota cega, surda e muda, se adapte e entenda as coisas que a cercam. Para isto, entra em confronto com os pais da menina, que sempre sentiram pena da filha e a mimaram, sem nunca terem lhe ensinado algo nem lhe tratado como qualquer criança.

2

Avaliações externas e indicadores educacionais



Introdução

Esta unidade aborda a relação entre as avaliações externas e os indicadores educacionais, considerando que ambos estão estreitamente associados às políticas públicas em vigor definidas para o setor educacional, discutidas na unidade anterior. Para tanto, primeiro discutiremos a relação entre a avaliação interna e a avaliação externa da escola. Trataremos, também, da natureza e finalidade das avaliações externas, dando exemplos de avaliações desse tipo em vigor no país. Em seguida, discutiremos os sentidos e usos dos indicadores de qualidade na educação, enfatizando sua articulação com a gestão pedagógica da escola.

O conteúdo tratado nesta unidade ampliará sua compreensão a respeito da importância da articulação entre a avaliação interna que a escola faz, em sua prática pedagógica cotidiana, e os resultados obtidos por ela nas avaliações externas que ocorrem na educação básica no país. A discussão apoia-se na ideia de que a análise pedagógica dos resultados do desempenho do aluno deve ter como foco a melhoria da qualidade da educação ofertada por nossas escolas.

A realização das atividades propostas ao longo da unidade contribuirá para você e sua equipe identificarem, como gestores, estratégias que ajudem a escola a rever e implementar seu projeto pedagógico, à luz dos resultados das avaliações externas. Para tanto, leia com bastante atenção os textos e realize as atividades propostas. Certamente, agindo dessa forma você perceberá novas formas de promover debates e ações com o coletivo da escola visando à articulação dos tipos de avaliação abordados.



Objetivos específicos

Ao final do estudo desta segunda unidade, esperamos que você alcance os seguintes objetivos:

- ★ Compreender a natureza e os resultados das avaliações externas realizadas no sistema educacional brasileiro.

- ★ Analisar as funções das diferentes modalidades da avaliação externa e respectivos indicadores educacionais.
- ★ Relacionar o desempenho do aluno à gestão pedagógica de indicadores educacionais.
- ★ Analisar a avaliação de indicadores educacionais para o acompanhamento do desempenho de alunos e sistemas de ensino.



Atividade inicial

Vamos pensar um pouco a respeito das avaliações que sua escola vem realizando?

 20 minutos

Em seu cotidiano, a escola realiza diversos tipos de avaliações, tendo focos diversos, como, por exemplo, a aprendizagem dos alunos e a relação que estabelece com a comunidade. Para tanto, utiliza diferentes instrumentos/procedimentos como questionários, que podem ser aplicados junto a representantes dos seus diferentes segmentos.

Pense na realidade da escola onde você atua e registre no quadro apresentado a seguir como a avaliação vem sendo desenvolvida nela. Para tanto, registre os tipos de avaliações, os instrumentos mais comumente utilizados nessas avaliações e os sujeitos que delas participam. Neste último caso, é interessante distinguir quando as pessoas participam das avaliações em sua escola como **avaliador** e como **avaliado**.

Avaliações desenvolvidas na escola onde trabalho		
Tipos	Instrumentos/ procedimentos utilizados	Sujeitos avaliados



Comentário

Ao realizar esta atividade você deve ter observado a variedade de avaliações que sua escola desenvolve, bem como os diversos atores nela envolvidos. É importante,

então, compreender os variados tipos de avaliação considerando sua natureza, e seu alcance no cotidiano da escola.

Também pode ter verificado que, no âmbito da escola, a avaliação ocorre tanto em relação à aprendizagem dos alunos quanto do próprio trabalho desenvolvido pela escola, considerando-o em sua globalidade. No último caso, você pode ter citado, por exemplo, as avaliações feitas em relação ao desempenho dos professores ou funcionários de determinado setor, como secretaria e cantina. Nesses exemplos, os sujeitos avaliados seriam os próprios docentes, o pessoal de apoio administrativo e os(as) merendeiros(as) que atuam na escola. Quanto aos instrumentos, entrevistas e provas podem ser muito úteis para coletar informações visando avaliar, respectivamente, o trabalho dos servidores e a aprendizagem dos alunos.

A avaliação é uma atividade intrínseca à natureza humana, pois, a cada momento, estamos fazendo avaliações sejam formais ou informais. No caso da escola, não é diferente!

Sentido e funcionalidade das avaliações

Ainda analisando a resposta emitida, em relação à atividade inicial, é possível que você tenha elencado, como um dos tipos de avaliação realizada no ambiente escolar, por exemplo, aquela voltada para o desempenho dos servidores.

De fato, há uma variedade considerável de processos avaliativos ocorrendo no interior da escola. Todavia, para o contexto da discussão desta unidade, consideraremos que a **avaliação sistemática ou formal** é subdividida, no contexto escolar, em duas modalidades – avaliação da aprendizagem e avaliação institucional – que precisam ocorrer de forma concomitante e integrada. Na realidade, podemos até dizer que uma se alimenta da outra, como você tem a oportunidade de discutir no Módulo IX do Curso Progestão – **Como desenvolver a avaliação institucional da escola?**

Atenção!

A avaliação institucional não corresponde à avaliação externa – da qual trataremos mais adiante –, embora possa ser composta de sistemáticas de avaliação tanto interna quanto externa. A avaliação institucional da escola abrange todas as dimensões – inclusive a avaliação da aprendizagem. Nessa perspectiva, esse tipo de avaliação pode ser interna, externa ou as duas. Quando a avaliação institucional ocorre contemplando essas duas dimensões, a escola avança para uma sistemática mais completa de avaliação de suas práticas.

O primeiro tipo de avaliação, como você já teve a oportunidade de discutir em diversos momentos de seu processo formativo e seu trabalho como gestor(a) escolar, tem como finalidade acompanhar e mensurar o processo de aprendizagem dos alunos. Para tanto, instrumentos diversos como provas, questionários e relatórios podem ser utilizados com o propósito de avaliar os conhecimentos que os alunos já aprenderam durante certo período.

Por sua vez, a avaliação institucional visa a obter dados quantitativos e qualitativos sobre os componentes da escola, avaliando essa instituição e o trabalho realizado pelos seus participantes, de maneira global, integrada e contextualizada.

Atenção!

Embora focalize as várias dimensões que compõem a escola, como, por exemplo, pedagógica, administrativa e financeira, a avaliação institucional não corresponde a uma avaliação externa, realizada por atores que não vivenciam sua realidade. Na verdade, trata-se de uma avaliação realizada no interior da escola, pelos sujeitos que a constroem, tomando como referência as grandes linhas de ação definidas no projeto pedagógico.

Todavia, devido ao seu alcance e natureza, a avaliação institucional revela uma perspectiva multidimensional, em relação à atuação da escola – auto-avaliação, à medida que possibilita à escola avaliar o próprio trabalho que produz; externa, ao levar em conta a relação da escola com outras esferas do sistema educacional; e interna, quando considera os resultados da aprendizagem dos estudantes.

A esse terceiro contexto estão relacionados os resultados do desempenho do aluno, apresentados por outro tipo de avaliação – aquelas realizadas por diversas instâncias do sistema educacional, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e as Secretarias de Educação. Analisados à luz de um conjunto de variáveis relacionadas à prática pedagógica, é importante que tais resultados sejam considerados na definição de novas estratégias de gestão da escola, bem como das metas do seu projeto pedagógico. Veja como avaliação acaba revelando diferentes sentidos e funcionalidades.



Atividade 6

 15 minutos

Considerando sua experiência profissional, é possível que você, como gestor(a) e como pessoa, já tenha observado como determinadas histórias infantis nos levam a refletir sobre questões gerais da vida humana. Um desses tipos de história são os apólogos – narrativa em que os personagens são seres inanimados, e que também apresenta uma lição moral como conclusão, capaz de traduzir a essência do que querem nos transmitir.

Que tal refletir sobre a mensagem de um apólogo, a respeito do sentido e uso da avaliação? Para tanto, leia com atenção o texto apresentado a seguir.

Era uma vez...

Uma rainha que vivia em um grande castelo.

Ela tinha uma varinha mágica que fazia as pessoas bonitas ou feias, alegres ou tristes, vitoriosas ou fracassadas. Como todas as rainhas, ela também tinha um espelho mágico. Um dia, querendo avaliar sua beleza, também, ela perguntou ao espelho:

– Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita do que eu?

O espelho olhou bem para ela e respondeu:

– Minha rainha, os tempos estão mudados. Esta não é uma resposta assim tão simples. Hoje em dia, para responder a sua pergunta eu preciso de alguns elementos mais claros.

Atônita, a rainha não sabia o que dizer. Só lhe ocorreu perguntar:

– Como assim?

– Veja bem, respondeu o espelho. Em primeiro lugar, preciso saber por que Vossa Majestade fez essa pergunta, ou seja, o que pretende fazer com minha resposta. Pretende apenas levantar dados sobre o seu “ibope” no castelo? Pretende examinar seu nível de beleza, comparando-o com o de outras pessoas, ou sua avaliação visa ao desenvolvimento de sua própria beleza, sem nenhum critério externo? É uma avaliação considerando a norma ou critérios pré-determinados? De toda forma, é preciso, ainda, que Vossa Majestade me diga se pretende fazer uma classificação dos resultados.

E continuou o espelho:

– Além disso, eu preciso que Vossa Majestade me defina com que bases devo fazer essa avaliação. Devo considerar o peso, a altura, a cor dos olhos, o conjunto? Quem devo consultar para fazer essa análise? Por exemplo: se consultar somente os moradores do castelo, vou ter uma resposta; por outro lado, se utilizar parâmetros nacionais, poderei ter outra resposta. Entre a turma da copa ou mesmo entre os anões, a Branca de Neve ganha estourado. Mas, se perguntar aos seus conselheiros, acho que minha rainha terá o primeiro lugar. Depois, ainda tem o seguinte – continuou o espelho: Como vou fazer essa avaliação? Devo utilizar análises continuadas? Posso utilizar alguma prova para verificar o grau dessa beleza? Utilizo a observação?

Finalmente, concluiu o espelho:

– Será que estou sendo justo? Tantos são os pontos a considerar... (Adaptado de PATTON, Michael Quinn. Utilization-Focused Evolution. Londres: Sage Pub, 1997, p. 45-46)

Com base no apólogo apresentado, reflita sobre as perguntas a seguir e, depois, registre suas conclusões nas linhas em branco.

- a) Em termos de avaliação, qual a reação do espelho diante da pergunta da rainha?

- b) Como o espelho reagiu frente ao uso de instrumentos para avaliar a beleza da rainha?

- c) Comparando o seu comportamento com o do espelho da história tradicional da Branca de Neve, o que mudou?

Comentário

Certamente, em outras épocas, esperaríamos que o espelho da história se comportasse de forma convencional, respondendo pronta e de forma obediente a pergunta da rainha. Todavia, com base no desenrolar do apólogo, é possível refletir sobre algumas questões, considerando a complexidade da avaliação nos tempos atuais, concorda?

Como você pode perceber, não basta qualquer avaliação: é preciso dar significado ao ato avaliativo, qualificando-o. Ao realizar a atividade proposta você deve ter observado que a própria qualidade das respostas do espelho evidencia uma mudança na forma como ele passa a encarar a avaliação de determinado objeto – a beleza da rainha –, bem como na maneira como a questiona sobre o uso dos resultados da avaliação esperada. Observe que o espelho, ao invés de responder, sem nenhum questionamento, a indagação da rainha, devolve-lhe uma “avalanche” de perguntas, reconhecendo a complexidade de avaliar algo que, outrora, era apreciado de forma tranquila, para não dizer subserviente.

Com efeito, a história apresentada, tratando da avaliação, chama a atenção para perguntas como: (I) o que avaliar? (II) como avaliar? (III) por que avaliar? (IV) quais instrumentos adotar na avaliação? (V) que critérios adotar para avaliar? (VI) quais os usos dos resultados da avaliação? Observe que, também no trabalho realizado pela escola, questões desta natureza são indispensáveis, considerando, sobretudo, a necessária articulação entre dois tipos de avaliações – avaliação interna e avaliação externa – como veremos a seguir.

Em qualquer avaliação é indispensável pensarmos, dentre outras, nas seguintes questões:

- ★ O quê avaliar?
- ★ Quando avaliar?
- ★ Como avaliar?



Avaliação interna e externa: importância e significados

Em sua experiência profissional, como gestor(a), você já percebeu a necessidade de criação de uma nova cultura avaliativa nas escolas, visando garantir a articulação entre a avaliação interna e a avaliação externa.

Todavia, a instalação e consolidação dessa cultura demandam o esforço e engajamento de todos os atores que dela participam direta ou indiretamente – professores, gestores, funcionários técnico-administrativos, pessoal de apoio, alunos, pais e governantes das diferentes esferas do poder público. Essa transformação implica uma prática avaliativa dialogada, participativa e coletiva.

Perceber a escola desta forma implica também assumir que avaliar significa ir além das medições ou apresentação de resultados. Significa entender que o processo de avaliar envolve a definição de políticas e estratégias governamentais dos diferentes níveis do poder público – federal, estadual e municipal – com foco no aperfeiçoamento institucional e no processo de ensino-aprendizagem nos diferentes graus e modalidades de ensino.

A própria evolução da sociedade tem levado a avaliação a ser adotada em todos os focos em que se discute a qualidade e passado a ser utilizada como importante referência para a gestão das políticas públicas, particularmente as definidas para o setor educacional, como discutido na Unidade 1. Observe que essa discussão faz lembrar, em última instância, a pergunta orientadora das discussões deste Módulo X – **Como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?**

Todavia, é importante não perder o foco da discussão proposta nesta unidade: a avaliação como gestão de sistemas, redes e, em última instância, de escolas, e a avaliação interna, que discutiremos a seguir com o propósito de diferenciá-la da primeira já mencionada.

No Brasil, a avaliação institucional ainda não possui uma tradição histórica. No que tange à avaliação de redes de ensino, apesar dos avanços obtidos, estamos construindo uma cultura avaliativa. Esse é um dos motivos pelos quais é importante que os gestores das escolas públicas conheçam as políticas públicas que definem essas avaliações, bem como discutam, com o coletivo da escola, formas de articular os resultados obtidos nas avaliações externas com as grandes ações definidas no projeto pedagógico.

Em função do seu foco de interesse, a avaliação desenvolvida no campo educacional pode ser classificada como interna ou externa. Chamamos de **avaliação interna** aquela realizada no dia-a-dia da escola pelos professores, sendo denominada, também, de **avaliação escolar**. Observe que essa avaliação acaba tomando como referência

Numa visão transformadora, a avaliação é concebida como um processo voluntário, permanente, participativo, legítimo, contextualizado e, sobretudo, formativo para todos que dela participam. É construída com base nos significados partilhados pelo conjunto das pessoas que vivenciam a escola.

a análise dos processos e resultados da aprendizagem dos alunos, que se expressam em variadas situações didáticas desenvolvidas no interior da escola. Para tanto, o professor pode dispor de um considerável número de técnicas e instrumentos de avaliação, o que lhe permite elaborar uma espécie de “plano de avaliação”, visando acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes. Em suma, a avaliação interna é, na realidade, a **avaliação da aprendizagem** dos alunos.

Nessa lógica, Belloni e Belloni (2003) consideram que a avaliação interna é instrumento para a ação, devendo assumir o compromisso em verificar o nível de aprendizagem dos alunos, as estratégias que contribuíram para essa aprendizagem, bem como aquelas que precisam ser aperfeiçoadas ou mudadas para que todos alcancem os resultados desejados.

Porém, a escola pode realizar uma avaliação mais ampla que também assume um caráter interno. Isso ocorre quando a escola faz sua autoavaliação, considerando as diversas dimensões do trabalho que realiza, o que implica o mapeamento de sua realidade, contando com olhares internos, expressos pelos vários segmentos que a compõem.

Em uma visão formativa, a auto-avaliação da escola se constitui em um processo sistemático e intencional para identificar, compreender e analisar a realização de ações visando à melhoria e o aperfeiçoamento da realidade avaliada.

Por sua vez, a **avaliação externa** é planejada e realizada, geralmente, por profissionais externos à escola, tendo o desempenho dos alunos como foco de interesse. Esse tipo de avaliação pode ter como objeto, dentre outros:

- ★ Escolas, como unidades que compõem redes mais amplas – municipais, estaduais ou federais.
- ★ Programas e políticas educacionais, que podem ter os mesmos níveis de alcance já citados.
- ★ Sistemas de ensino, considerando o desempenho dos alunos que estudam nas escolas vinculadas a esses mesmos sistemas.
- ★ Cursos superiores, por ocasião de sua implantação e/ou de credenciamentos periódicos.

Para Belloni (1999), a avaliação externa corresponde ao processo por meio do qual a instituição é analisada por agentes externos a ela, bem como independentes da formulação, implementação ou dos resultados da ação que avaliam.

Quanto à sua finalidade, é informar aos gestores das várias instâncias do sistema educacional e da escola, professores e a sociedade em geral em que medida as políticas educacionais estão sendo desenvolvidas. Essas políticas devem esclarecer, sobretudo, se o processo educativo está alcançando os objetivos desejados, subsidiando, assim, a formulação, a manutenção ou a revisão de políticas públicas definidas para a educação.

Tem gente fazendo! E sua escola?

Como sabemos, é necessário que a avaliação interna, da aprendizagem do aluno e do trabalho da escola como um todo, seja articulada com a avaliação externa, realizada por diferentes instâncias do sistema educacional. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, quatro exemplos de escolas – duas estaduais e duas municipais – de diferentes Unidades da Federação que vêm procurando estabelecer essa relação.

- a) Colegiados e trabalho coletivo dão nova vida à escola.** Escola Estadual Dom Nivaldo Monte, Parnamirim, Rio Grande do Norte.
O rendimento dos alunos é registrado em gráficos analíticos de desempenho da aprendizagem. A escola também realiza, sem valor quantitativo, uma avaliação diagnóstica com os conteúdos básicos das áreas do conhecimento (CONSED, 2007, p. 17).
- b) Escola tem papel fundamental junto à comunidade.** Escola Estadual Dr. Isaías José Ferreira. Sertãozinho, São Paulo.
Um bom exemplo de acompanhamento do rendimento escolar é o trabalho sistemático e o redirecionamento dos planos de aula de matemática, em que os alunos obtiveram resultados nunca antes alcançados na escola, merecendo menções honrosas.
Há uma preocupação constante em verificar e analisar todos os resultados de aprendizagem, comparando-os com os indicadores municipal, estadual e nacional, que servem de parâmetros para reflexões e novas ações para desenvolver as habilidades necessárias (CONSED, 2007, p. 26).
- c) Inclusão e valorização da cultura afro-brasileira são marcos da escola.** Escola Municipal do Parque São Cristóvão Professor João Fernandes da Cunha. Salvador, Bahia.
Inicialmente, é aplicada uma avaliação diagnóstica em todas as turmas. [...] É freqüente a preocupação em analisar os resultados da aprendizagem dos alunos a partir dos índices das avaliações gerais [externas]; também é feita, sempre que necessário, uma análise comparativa com outras escolas. No cotidiano, todos estão sempre vigilantes com o desempenho dos alunos (CONSED, 2007, p. 40).
- d) Acompanhamento de resultados faz parte da rotina.** Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Aquino Santana, Navaí, Mato Grosso do Sul.
Os processos de gestão da escola contemplam ações desenvolvidas para melhorar o processo ensino-aprendizagem. A equipe de gestão divulga os resultados dos alunos junto aos pais e à comunidade escolar [...] Após a divulgação dos índices obtidos nas avaliações nacionais, estaduais e municipais, realizam-se reuniões para análise e tomada de decisões.
A coordenação pedagógica acompanha sistematicamente a aprendizagem dos alunos, avaliando as estratégias que deram bons resultados, reformulando e sugerindo alternativas quando os objetivos não são atingidos (CONSED, 2007, p. 54).

Na condição de gestor(a), é bem possível que você já tenha constatado a importância dos resultados das avaliações externas serem discutidos pelo coletivo da escola, de forma a estabelecer relações entre tais resultados e as práticas da escola. Observe que é exatamente nesta direção que as escolas exemplificadas anteriormente vêm caminhando! Todas elas procuram estabelecer relações entre os resultados obtidos nas avaliações externas das quais participam e o seu cotidiano, em termos do trabalho que realizam.

Considerando o grande número de pessoas que participam das avaliações externas, a padronização dos instrumentos usados (testes e questionários), bem como os variados locais de sua aplicação no território nacional, elas também são chamadas de **avaliação em larga escala**. Esse tipo de avaliação pode utilizar as mesmas fontes de informação, presentes no âmbito da escola, como, por exemplo, alunos, professores e gestores, todavia sua estruturação é bem mais complexa que a interna, realizada na escola.


Todavia, você pode, agora, estar se perguntando: por que é exigido um conhecimento das avaliações externas, por parte dos sujeitos que atuam na escola? Porque, de fato, o conhecimento a respeito da estruturação e realização dessas avaliações – estudos que você ora realiza – implica a busca de alternativas para a contínua melhoria do desempenho escolar. Então, como resultado desses estudos, você será capaz de reconhecer três pontos importantes:

- a amplitude das questões que as avaliações externas desejam responder;
- os públicos para os quais se destinam;
- a abrangência de suas aplicações.

Então, veja como é importante, para você e sua escola, avançar nesse rumo: o do aprofundamento da natureza, objetivos e alcance das avaliações externas.



Atividade 7

 20 minutos

Monte um quadro comparativo explicitando, pelo menos, três características das avaliações internas e avaliações externas. Em seguida, comente, com suas próprias palavras, a relação existente entre elas.

Características das avaliações	
Internas	Externas
Relação entre os dois tipos de avaliação:	



Comentário

O levantamento das características das avaliações internas e externas pode ter levado você a pensar na forma como concebia, particularmente esta última, antes de atuar como gestor(a) escolar. Pode ter lembrado, também, na forma como os professores percebem essas mesmas avaliações.

Dentre as características básicas das avaliações internas, podemos destacar o fato de elas serem realizadas no cotidiano da escola pelos professores, além de analisarem os processos e resultados da aprendizagem dos alunos. Em uma outra perspectiva, as avaliações externas caracterizam-se por buscar informar os gestores públicos, de diferentes instâncias a respeito do desempenho das redes de ensino.

A identificação das características das avaliações internas e avaliações externas pode ajudá-lo a compreender que ambas devem ser processadas de forma combinada e complementar, para que seus resultados produzam os efeitos desejados. Afinal, como falamos antes, uma só tem sentido mediante a outra! Ambas tomam o campo educacional como referência, sendo esta a relação básica que existe entre ambas.

Outro aspecto a considerar decorre dessa última ideia, pois cada uma dessas duas avaliações, considerada isoladamente, tem seus sentidos e objetivos comprometidos.

Em função de suas características e objetivos, as avaliações externas são adotadas por diversos países, na atualidade. No Brasil, esse tipo de avaliação tem assumido uma posição de considerável destaque nas políticas educacionais, originando diversas iniciativas direcionadas aos vários níveis de ensino. Porém, é relevante que seus resultados, a respeito do desempenho dos alunos, sejam analisados em relação à avaliação interna realizada pela escola.

As avaliações internas e externas devem ser processadas de forma combinada e complementar para que seus resultados produzam os efeitos desejados.



Natureza e finalidades das avaliações externas

Com efeito, é fundamental que os gestores das escolas públicas empenhados, como você, em contribuir para melhorar a qualidade do ensino, conheçam os pressupostos básicos das avaliações externas. Por isso, nesse item, abordaremos a natureza e as finalidades mais amplas desse tipo de avaliação, considerando aquelas abordadas neste Módulo. Na Unidade 3, discutiremos algumas ações pedagógicas que a escola pode realizar, considerando os resultados obtidos em uma dessas avaliações – Prova Brasil – mencionadas na Unidade 1.

Mas, a que se destinam as avaliações externas? Basicamente, essas avaliações têm como intenção apresentar dados em relação ao que grupos de alunos, de uma mesma

ou diferentes séries sabem e são capazes de fazer em determinado estágio de sua trajetória escolar. Quando devidamente analisados e bem utilizados, os dados fornecidos por elas podem muito contribuir para melhorar a compreensão das práticas pedagógicas realizadas em nossas escolas.

Na realidade, as avaliações externas “traduzem uma visão de fora e supostamente isenta em relação a possíveis idiossincrasias próprias dos sistemas educacionais” (VIANNA, 2003, p. 47). Por isso, elas ocorrem tentando responder a questões como: Qual a qualidade da educação ofertada no país? Que fatores interferem no desempenho escolar? Sob que condições a educação se realiza?

Seguramente as respostas para essas e outras questões não podem ser encontradas apenas nos resultados das avaliações internas – aquelas realizadas no âmbito de cada escola. Ao contrário, demandam o conhecimento de dados mais amplos da situação educacional no país, focalizando as redes de ensino e suas escolas.

Quanto aos objetivos das avaliações externas, estes variam conforme a função que desejam atender. Todavia, é importante considerar que uma mesma avaliação externa pode ser realizada com vistas a atender a um ou mais de um objetivo simultaneamente.

Veja no quadro a seguir a associação entre funções, objetivos e exemplos relacionados a esse tipo de avaliação.

Quadro 4 – Funções e objetivos das avaliações externas

Funções	Objetivos	Exemplos
Auto-avaliação	Permitir conhecer a posição relativa entre os participantes da avaliação.	Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. O aluno egresso desse nível de ensino pode fazer o exame para saber como está seu desempenho considerando o conjunto dos alunos.
Credenciamento	Possibilitar a entrada de indivíduos no mercado de trabalho ou na educação superior.	Alunos egressos do Ensino Médio que, com base na nota obtida no ENEM podem ser selecionados para ingressar em uma determinada empresa, instituições de educação superior ou para participar de programas educacionais, como o Programa Universidade para Todos – Prouni.
Diagnóstica	Identificar aspectos diversos de determinada realidade, bem como formas de nela intervir para melhorá-la.	Avaliação de redes de ensino, programas ou projetos educacionais, buscando seu (re) alinhamento às políticas públicas definidas para a educação. Também pode ser apresentada como exemplo a Prova Brasil – que será discutida na Unidade 3 – à medida que essa prova permite a escola se visualizar nos resultados obtidos, bem como fazer um diagnóstico de suas práticas pedagógicas.



Atividade 8

 10 minutos

Com base em sua experiência profissional e nos estudos feitos, redija nas linhas em branco o conceito e a finalidade mais ampla das avaliações externas, com suas próprias palavras.



Comentário

É importante que você tenha realizado esta atividade formulando respostas com suas próprias palavras. Assim, certamente você expressou, em maior ou menor grau, o entendimento de que as avaliações externas são processos que refletem uma preocupação do poder público em coletar dados sobre a educação nacional para subsidiar os planos de aplicação de recursos, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino.

Essas avaliações são implementadas, especialmente, pelas esferas públicas do poder (governo federal, estadual e/ou municipal) com o objetivo de produzir um diagnóstico sobre a realidade educacional, possibilitando a formulação e monitoramento das políticas públicas.

Em função de suas especificidades, a avaliação externa acaba se constituindo em uma tarefa a ser feita com a participação de muitos grupos, envolvendo especialistas e técnicos. Todavia, por tratar, sobretudo, do próprio trabalho da escola, o seu conhecimento deve ser, também, de gestores das várias instâncias do sistema de ensino, bem como dos professores.



Modelos e métodos de seleção para as avaliações externas

Como você sabe, de acordo com o objeto e o objetivo da avaliação, esta se realiza seguindo determinado modelo. No caso da avaliação externa, não é diferente. Por isso, ela pode assumir os seguintes modelos:

- a) descritivo:** usado quando o objetivo é conhecer os aspectos quantitativos e/ou qualitativos que caracterizam uma situação, como o número de alunos brasileiros que, em determinado ano, estão matriculados em série que não corresponde a sua idade (distorção série-idade);
- b) normativo:** aplicado quando o interesse é conferir em que medida objetivos estabelecidos estão sendo atingidos, permitindo que os resultados obtidos quantifiquem os níveis alcançados em relação àqueles objetivos;
- c) de impacto:** destinado a levantar os efeitos que se mostram associados a intervenções sobre uma realidade educacional, como quando se deseja saber em que medida a aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental melhorou, considerando que eles sejam beneficiários de determinado programa educacional.

Como você pode perceber, há mais de um modelo de avaliação em larga escala. Mas esses modelos precisam ser operacionalizados mediante procedimentos que assegurem confiabilidade nos resultados da avaliação com relação a determinada população.

Atenção! Em termos estatísticos, a população corresponde ao universo do qual são obtidos os dados que se deseja estudar. Esse universo é formado por um conjunto de elementos que possuem alguma característica em comum, a qual permita ser contada, medida, pesada ou ordenada de alguma forma.

Mas como estudar as características de uma população como, por exemplo, de alunos de uma escola ou de uma rede de ensino? Isso pode ocorrer, basicamente, de duas formas. Uma estratégia é recorrer a uma **amostra** representativa dessa mesma população, podendo essa seleção ser aleatória, intencional ou proporcional.

Quando o estudo da população ocorre obedecendo a esta lógica, os resultados obtidos com a amostra permitem determinadas inferências por parte de quem avalia como, por exemplo, os órgãos que realizam a avaliação das redes de ensino. Veja um exemplo: caso uma Secretaria Estadual de Educação possua duas mil escolas vinculadas, ela pode selecionar somente um grupo dessas escolas, que seja representativo para o que deseja avaliar.

Por sua vez, a avaliação realizada sob a forma de um estudo **censitário** demanda, no exemplo dado, que todo o universo de escolas participe da avaliação – os dois mil estabelecimentos do sistema estadual. Esse método permite conhecer a realidade de cada escola que compõe o referido sistema, também nos aspectos escolhidos para serem avaliados.



Atividade 9

 10 minutos

Considerando sua experiência profissional e os estudos feitos, que vantagens ou desvantagens você percebe nas avaliações realizadas pelos métodos amostral ou censitário?



Comentário

Você já deve ter constatado que uma avaliação realizada pelo método amostral pode permitir uma visão geral do funcionamento do sistema avaliado como, por exemplo, o estadual, considerando os aspectos eleitos para avaliação.

Em outra direção, o método censitário possibilita um conhecimento mais abrangente da realidade avaliada, à medida que, no caso de uma rede de escola, implica conhecer cada estabelecimento, de forma mais apurada e detalhada.

Não se trata, portanto, de um método ser melhor que outro, mas de que cada um deles possui objetivos diferentes, ao selecionar uma população para ser avaliada, por exemplo, por meio de uma prova que, por sua vez, sempre deve estar inserida em um sistema de avaliação.

Você já parou para pensar na diferença entre prova e sistema de avaliação? Quando discutimos as avaliações externas esses dois conceitos mostram-se relacionados, todavia, é importante reconhecer a relação entre ambos, bem como suas especificidades:

- ★ a **prova** corresponde a um evento único e independente, com ênfase em um conjunto de objetivos cognitivos que reflete o futuro imediato do aluno, podendo ser interpretada independentemente do contexto socioeconômico ou educacional do indivíduo que a realiza;
- ★ por sua vez, um **sistema de avaliação** possui um nível de complexidade maior, envolvendo um levantamento periódico de dados com o objetivo de captar a evolução do quadro educacional. Em decorrência disso, é necessária sua interpretação considerando o contexto mais abrangente no qual os alunos avaliados estão inseridos.

É importante considerar diversos aspectos nas avaliações de larga escala como, por exemplo, o perfil sociocultural dos alunos e professores e as características da prática docente, da metodologia de ensino e da gestão escolar.

Principais avaliações externas em vigor no Brasil

Como você sabe, de forma geral, a avaliação tem ganhado centralidade nas políticas públicas definidas para a educação, nos últimos anos, no mundo e no Brasil.

Nesta perspectiva, na década de 1990, a avaliação de sistemas foi um tema central de muitos estudos internacionais, cujo objetivo principal era o de estabelecer comparações entre os sistemas educacionais de vários países. O Brasil participa de vários programas internacionais de desempenho de alunos.

Um destes programas é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. O programa traduz um compromisso assumido pelos governos dos países vinculados a essa organização para monitorar regularmente os resultados dos seus respectivos sistemas educacionais. Tal avaliação ocorre considerando a relação entre o desempenho dos estudantes avaliados e uma estrutura de itens comuns estabelecidos por consenso entre todos os países participantes. Trata-se, então, de uma avaliação internacional padronizada destinada a avaliar alunos de 15 anos no ensino regular (7ª série em diante, no caso do Brasil, o oitavo ano de escolaridade), realizada a cada três anos. Sua primeira edição ocorreu em 2000, quando dela o Brasil participou.

A OCDE é uma organização não-governamental criada em 1960, que agrupa 30 países-membros da Europa, América do Norte, Ásia e Oceania. Além desses países-membros, outros nove países aderiram à sua proposta, dentre os quais o Brasil. Essa organização mantém relacionamento ativo com outros 70 países, organizações não-governamentais e sociedade civil.

Mas o que o PISA avalia? Letramento em Leitura, Matemática e Ciências. O termo letramento foi escolhido para refletir a amplitude dos conhecimentos, das habilidades e competências que estão sendo avaliados (OCDE, 2000). Essa avaliação tem o objetivo de medir o desempenho do aluno enfocando competências necessárias à vida moderna, considerando que a qualidade em conhecimentos da população de um país constitui um fator diferenciador estratégico nos atuais cenários econômicos (KLIKSBURG, 2001), motivo pelo qual os domínios avaliados não se restringem ao currículo.

Desta forma, o PISA procura avaliar a operacionalização de esquemas mentais cognitivos em termos de conteúdos ou estruturas do conhecimento que os alunos precisam adquirir em cada domínio, os processos a serem executados, os contextos em que esses conhecimentos e essas habilidades são aplicados.

Outra avaliação internacional da qual o Brasil participa é promovida pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação – LLECE, rede de discussões virtuais que conta um total de 18 países participantes.





Atividade 10

 20 minutos

Leia, com atenção, o seguinte trecho de reportagem.

O último teste [do PISA], em 2006, foi aplicado em 400.000 alunos de 57 países. O Brasil disputa as últimas posições com países como Tunísia e Indonésia. O segredo da boa educação finlandesa realmente não está na parafernália tecnológica, mas numa aposta nas duas bases de qualquer sistema educacional. A primeira é o currículo amplo, que inclui o ensino de música, arte e pelo menos duas línguas estrangeiras. A segunda é a formação de professores. [...]

Finlândia x Brasil

Em comparação com o Brasil, a Finlândia mantém os alunos por mais tempo na escola e investe mais na formação dos professores. O fato de ganharem menos que os brasileiros em proporção à renda *per capita* nacional demonstra que salário não é a única maneira de estimular professores (FAVARO, 2008, p. 36-41).

Agora, analise os dados apresentados no quadro a seguir.



Após ler o trecho da reportagem e analisar os dados estatísticos a respeito dos resultados do Brasil na prova do PISA/2006, responda: em que isso tem a ver com sua escola?

Procure analisar em sua resposta: como vêm se manifestando as “duas bases de qualquer sistema educacional” – currículo amplo e formação dos professores – na escola onde você atua, e como está o desempenho dos seus alunos em Ciências, Matemática e Leitura.

Comentário

Sem dúvida, resultados como esses revelam que o Brasil ainda tem muito a percorrer, com vistas à melhoria do desempenho de nossas escolas. Entretanto, é fundamental que os resultados obtidos nas avaliações externas, internacionais ou nacionais, sejam analisados considerando tanto o desempenho global do país, como dos sistemas de ensino estaduais e municipais.

Nessa lógica, é importante que sua escola, gestor(a), também se perceba nesses resultados e discuta com o coletivo como melhorar o desempenho nas áreas curriculares avaliadas.

Do ponto de vista histórico, os Estados Unidos da América é conhecido como o país pioneiro no desenvolvimento dos sistemas nacionais de avaliação, em fins de 1960. Na década seguinte, esses sistemas se expandiram para a Europa e, na década de 1990, para a Ásia e Oceania (FERRER, 2006).

No contexto latino-americano foram criados, nos anos 90, sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem em quase todos os países da região. O quadro a seguir detalha o processo de criação desses sistemas avaliativos na América Latina, tomando como referência duas datas – de criação do sistema avaliativo em cada país e de realização da última avaliação.

Quadro 5: Sistemas de avaliação na América Latina e Caribe – ano de criação e ano de última avaliação.

País	Ano da primeira avaliação	Ano da última avaliação
Cuba	1975	2002
Colômbia	1980	2005
Panamá	1981	2001
Chile	1982	2005
Brasil	1988	2007 ¹⁰
Costa Rica	1988	2003
Honduras	1990	2004
República Dominicana	1991	2003
Guatemala	1992	2004
El Salvador	1993	2004
Argentina	1993	2005
México	1995	2005
Bolívia	1996	2000
Equador	1996	2000
Paraguai	1996	2001
Nicarágua	1996	2002
Uruguai	1996	2002
Peru	1996	2004
Venezuela	1998	1998

Quadro elaborado com base em Ferrer (2006).

Nas mais diferentes modalidades, a avaliação vem ganhando espaço no meio acadêmico, na política educacional e gestão de redes de ensino e sistemas educacionais, em nível internacional e nacional. Observe como Brooke (2007) analisa esse fato:

Na grande maioria dos países, incluindo o Brasil [...] Os novos procedimentos nacionais e sub-nacionais de avaliação foram vistos, portanto, como contribuições importantes para o monitoramento das políticas educacionais, para o aperfeiçoamento da alocação de recursos públicos e para a melhoria da administração do dia-a-dia dos sistemas de educação através da geração de informações sobre as unidades escolares (p. 6).

¹⁰ Dado acrescentado pelos autores, visto que a obra-referência para a construção do quadro foi publicada em 2006.

Acompanhando essa tendência, além do Governo Federal, também os Estados e vários municípios brasileiros têm criado seus sistemas de avaliação, adaptando-os às peculiaridades regionais. No plano estadual, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- ★ Sistema de avaliação educacional de Pernambuco – SAEPE – implantado no ano de 2000;
- ★ Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – SIMAVE, criado em 2000;
- ★ Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará – SPAECE (2000);
- ★ Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, 1996;
- ★ Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul – SAEMS;
- ★ Avaliação Externa da Bahia, desenvolvida no âmbito do Programa Educar para Vencer (1999);
- ★ Programa de Avaliação do Rendimento Escolar do Paraná, 1996 (VIANNA, 2005).

De acordo com Bonamino e Bessa (2004), todos esses programas de avaliação estadual compartilham a idéia de que é necessário implementar uma cultura da avaliação nos sistemas escolares e na escola. Além disso, revelam uma consciência clara da importância e função das avaliações estaduais, procurando estabelecer vínculos com outros projetos ou serviços desenvolvidos pelas Secretarias de Educação às quais são vinculados. Para as autoras, os objetivos mais amplos desse conjunto de sistemas de avaliação de ensino são:

- ★ desenvolver a cultura da avaliação educacional, pressupondo continuidade de implementação;
- ★ contribuir para o acompanhamento dos resultados do trabalho escolar;
- ★ fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais em várias instâncias;
- ★ subsidiar o aperfeiçoamento da prática pedagógica e da gestão escolar autônoma;
- ★ ajudar as escolas na produção de diagnósticos que contribuam para repensar suas ações.

Como destacado anteriormente, as avaliações nacionais de educação ganharam considerável espaço no mundo, na América Latina e no Brasil, com vistas à criação de uma cultura avaliativa nos sistemas educacionais. As principais avaliações externas em vigor no país são discutidas, de forma sucinta a seguir.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Você já teve a oportunidade de estudar sobre o SAEB no Módulo IX do Progestão. Todavia, retomaremos aqui esse sistema nacional de avaliação com um duplo propósito: (I) situá-lo no contexto

mais amplo das avaliações externas em nosso país, visto que ele já existe há quase duas décadas; (II) mostrar sua relação com outra medida em educação – Prova Brasil – mais recentemente criada e que será abordada, de forma detalhada, na Unidade 3 deste Módulo.

Conceitualmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB corresponde a uma avaliação em larga escala amostral e transversal. Para entendermos melhor essas duas características, quando aplicadas ao referido sistema, é preciso considerar que sua população de referência é formada por todos os estudantes de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (respectivamente, 5º e 9º anos de escolaridade), bem como da 3ª série do Ensino Médio. Todavia, neste último caso, o desempenho dos alunos é estudado por meio de uma amostra representativa dessa mesma população. Então, é amostral, à medida que investiga o desempenho de um grupo representativo do referido universo de alunos, e transversal porque faz um recorte no período de escolaridade que será avaliado – alunos das três séries mencionadas.

Atenção!

Como parte da avaliação realizada pelo SAEB, a Prova Brasil avalia somente os alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (5º e 9º anos de escolaridade) – Língua Portuguesa e Matemática. Trata-se de uma avaliação quase universal porque avalia todos os estudantes das referidas séries, de todas as escolas públicas urbanas do país, com mais de 20 (vinte) alunos na série.

A periodicidade do SAEB é bienal, e foi realizado, de forma sistemática, nos anos de 1990, 1993, 1995, 1997, 2001, 2003, 2005 e 2007. De natureza amostral, avalia estudantes das redes pública e privada, cujas escolas estão localizadas nas áreas urbana e rural, tendo o número de escolas e de alunos avaliados por esse sistema crescido ano a ano, no país.

O objetivo geral desse sistema avaliativo é contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica. Pretende, assim, contribuir para produzir um diagnóstico dos sistemas de ensino e dos fatores que interferem na qualidade desse ensino, fornecendo informações para subsidiar a formulação, revisão e monitoramento das políticas educacionais municipais, estaduais e federais, bem como para a equidade e eficiência do ensino.

Sua origem pode ser encontrada ainda no governo José Sarney (1985-1990), por meio da primeira experiência com um sistema ampliado de avaliação educacional ensaiado em 1988. Esse primeiro desenho atravessou os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), para consolidar-se durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. Assim, foi criado em um contexto no qual era atribuída importância à qualidade e a necessidade de uma avaliação

nacional como forma de melhorar a qualidade do ensino. Neste contexto, a avaliação educacional passava a ser usada, no país, por diferentes instâncias, “[...] como tentativa de encontrar um caminho para a solução de alguns problemas educacionais mais prementes, esperando, possivelmente, que os processos avaliativos determinariam, entre outros resultados, a elevação dos padrões de desempenho” (VIANNA, 2003, p. 9).

No âmbito do sistema em questão, o desempenho dos alunos é avaliado sob dois grandes blocos de competências – Leitura e Resolução de Problemas – verificadas, respectivamente, em provas de Língua Portuguesa e Matemática. Todavia, cabe esclarecer que a avaliação dessas competências tem como foco a caracterização dos processos mentais utilizados pelo aluno para resolver determinado problema nessas duas áreas, e não conteúdos. Nessa perspectiva espera-se, do estudante, que ele recorra a uma série de conhecimentos e de habilidades capazes de permiti-lo agir diante de situações do dia-a-dia, as quais, por sua vez, exigem o seu posicionamento (INEP, 2002).

Além dos testes aplicados nos estudantes, o SAEB também coleta dados a respeito da realidade da escola e dos alunos por meio de **questionários contextuais**. Esses questionários são individualizados e respondidos por professores, gestores e alunos, tendo por objetivo identificar os chamados fatores associados ao desempenho dos estudantes, os quais podem influenciá-lo tanto positiva quanto negativamente.

Por meio dos questionários contextuais, é possível coletar informações diversas que concorrem para melhor estudar determinada amostra de estudantes. Na prática, eles permitem correlacionar os resultados (desempenho dos alunos) com as características da escola onde eles estudam, bem como com opiniões de professores e gestores dessas mesmas escolas. Em geral, tais instrumentos permitem coletar informações a respeito de elementos diversos como, por exemplo, violência na escola e subjetividade do professor. No caso específico do aluno, os questionários contextuais permitem coletar informações a respeito do gosto pelo estudo, realização ou não de dever de casa, se possui livros em casa, hábitos de leitura, nível de envolvimento dos pais na trajetória escolar dos filhos etc.

Por isso, é fundamental que a análise das respostas obtidas nesses questionários seja precedida de uma compreensão mais ampla da natureza e do funcionamento do próprio SAEB. Para checar os fatores que contribuem para a qualidade do ensino, ou que explicam essa qualidade, junto com os testes são aplicados os questionários contextuais. Para fins de análise, os resultados alcançados pelos alunos são cruzados com os dados dos questionários.

Considerando que a qualidade de ensino decorre da associação de diferentes fatores, a avaliação do SAEB é a conjugação de testes de rendimento com questionários sobre fatores associados a esse rendimento.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Outra estratégia de avaliação atualmente realizada no sistema educacional brasileiro, e que você também estudou no referido módulo é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Criado em 1998, pelo

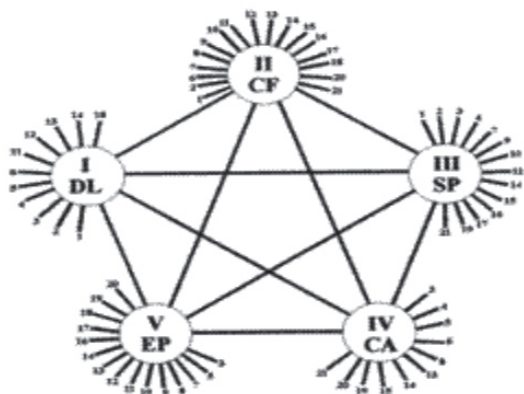
Ministério da Educação, visa a oportunizar uma auto-avaliação, pelo estudante, do nível de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos por ele, bem como permitir o prosseguimento dos seus estudos e o acesso ao mercado de trabalho. Seu público-alvo são os alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio.

Nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o número de alunos inscritos, e que efetivamente realizam o ENEM, o que pode ser explicado por vários motivos. Um desses motivos é o fato de, a partir de 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni) oferecer bolsas de estudo para a educação superior. Do ponto de vista das políticas públicas, o Ministério da Educação definiu que o participante do referido exame tem direito a candidatar-se ao ProUni, desde que satisfaça os seguintes critérios: (I) apresentar renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos; (II) ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública ou em escola particular com bolsa integral; (III) ser portador de necessidades especiais; (IV) ser professor da rede pública de educação básica, no efetivo exercício do magistério, desde que esteja buscando vaga em curso de licenciatura para Pedagogia (MEC/INEP, 2005a).

Da mesma forma que no SAEB, a estrutura da avaliação proposta pelo ENEM está baseada em competências e habilidades. As questões da prova são formuladas numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada, e focalizam temas e situações-problema do dia-a-dia dos participantes. O aluno participante do exame realiza, também, uma prova de redação sobre um tema específico, cuja principal competência é verificar a leitura compreensiva e crítica da realidade.

A prova objetiva do ENEM é composta de itens, e avalia cinco competências básicas, as quais são também avaliadas na prova de redação, focalizando a capacidade do estudante para intervir na realidade, respeitando a diversidade sociocultural e os valores humanos.

1. Competência I: demonstrar domínio da norma culta da língua escrita;
2. Competência II: compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
3. Competência III: selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
4. Competência IV: demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação;
5. Competência V: elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (BRASIL, 1998).

Figura 1 – Associação entre competências e habilidades da Matriz do ENEM

Competências e habilidades a elas associadas:

- ★ Dominar linguagens (DL)
- ★ Compreender fenômenos (CF)
- ★ Enfrentar situações-problema (SP)
- ★ Construir argumentações (CA)
- ★ Elaborar propostas (EP)

Considerado pelo governo como um exame com metodologia consolidada e com aceitação como uma das formas de ingresso à educação superior no país, o ENEM avalia o desempenho dos participantes em três faixas: insuficiente a regular, regular a bom, bom a excelente.



Atividade 11

20 minutos

Verifique se há no Projeto Pedagógico de sua escola alguma referência ou informação relativa a um dos aspectos listados a seguir:

- ★ resultados do desempenho dos alunos, obtidos na última avaliação da Prova Brasil, do SAEB ou do ENEM;
 - ★ ações definidas pela escola visando a acompanhar e/ou corrigir possíveis problemas no percurso de aprendizagem dos alunos, considerando esses resultados;
- Feito isso, comente, em quatro ou cinco parágrafos, as informações que você encontrou.

Caso não as tenha encontrado, faça sugestões acerca desta questão.



Comentário

Ao realizar esta atividade você tem mais uma oportunidade de reler o projeto pedagógico da escola onde atua, percebendo de que forma as avaliações em larga escala aparecem ou são discutidas nesse importante documento da escola. Caso a escola na qual você trabalha possua apenas turmas de ensino fundamental, os dados serão consultados em relação aos resultados do SAEB. Todavia, se ela também trabalha com turma de ensino médio, sua preocupação poderá voltar-se para os dados relativos ao ENEM ou, então, para ambos.

Na hipótese de não encontrar informações mais objetivas a respeito de uma, de outra ou de ambas as avaliações, você terá diante de si uma excelente oportunidade de levantar a discussão, a respeito dessa possível ausência de dados, com o coletivo da escola, considerando os olhares dos vários segmentos.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

Nos itens anteriores, vimos modelos de avaliações externas em vigor no país aplicadas no âmbito da Educação Básica. Todavia, ainda que sua atuação, como gestor(a), ocorra nesse nível de educação – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – é importante conhecer como funciona a avaliação externa na Educação Superior, considerando que, no Brasil, esses dois níveis de educação devem funcionar de maneira orgânica e interligada.

A Lei nº 10.861/04, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), determinando o modelo de avaliação institucional do atual governo. Os marcos legais desse sistema são: a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os sucessivos decretos e medidas provisórias. De acordo com a Lei nº 10.861/04, o interesse do SINAES é “[...] assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes para fins de promover a melhoria da qualidade da educação superior” (Art. 1º).

Visando o alcance desse objetivo, o SINAES prevê três dimensões de avaliação, as quais devem ser operacionalizadas em diferentes momentos, a saber:

- a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), que ocorre sob dois ângulos: autoavaliação e avaliação externa, realizada pelo INEP/MEC;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);
- c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes, por meio do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Na operacionalização do ENADE é prevista a aplicação de quatro instrumentos: (I) prova; (II) questionário de percepção do estudante sobre a prova; (III) questionário socioeconômico dos estudantes; (IV) questionário do coordenador do curso avaliado. Desses quatro instrumentos, o que tem conseguido garantir maior visibilidade tem sido

a prova propriamente dita, embora seus resultados devam ser interpretados de forma articulada com as dos outros instrumentos.

O conjunto desses instrumentos destina-se à avaliação de cursos, estudantes e instituições de educação superior propriamente ditas.

Cabe ao ENADE aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes no que diz respeito à realidade brasileira e mundial.

Indicadores de qualidade: sentidos e usos

Nesta segunda parte da unidade, discutiremos os sentidos e os usos dos indicadores de qualidade na educação, com foco no desempenho escolar, bem como a relação desses indicadores com a gestão pedagógica da escola.

Para início de conversa, é importante dizer que indicadores, na discussão aqui proposta, permitem inferir o nível de qualidade do ensino. Nesse sentido, eles são evidências que visam a ajudar a comunidade escolar a ter uma melhor compreensão da qualidade do desempenho escolar. Esses indicadores podem ser de diversos tipos.

O que são, então, indicadores da qualidade na educação? Antes de discutirmos esses indicadores, é importante definir o que podemos entender, de forma mais genérica, como um indicador. Veja a seguinte definição: “Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. [...] A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças” (RIBEIRO e KALOUSTIAN, 2005, p. 5).

Então, a finalidade mais ampla dos indicadores em questão é a de contribuir para uma melhor compreensão da realidade dos sistemas educacionais. Por isso, eles fornecem informações importantes para ajudar na formulação das políticas educacionais, em diferentes instâncias. Embora não sejam capazes de revelar tudo sobre um sistema educacional ou uma escola, os indicadores contribuem, sem dúvida, para traçar um perfil detalhado e abrangente de ambos.

Em síntese, um conjunto bem construído de indicadores educacionais pode gerar informações mais amplas e confiáveis a respeito de determinada realidade. Por sua vez, essas informações permitem avaliar o desempenho do sistema e, o que é mais importante, na gestão da qualidade em educação, tomar decisões precisas e voltadas para sua melhoria.

Vamos nos ater na reflexão, aqui proposta, à relação desses indicadores, que sinalizam a qualidade do desempenho escolar com a gestão pedagógica da escola. Esse corte é importante, pois há vários tipos de indicadores e vamos citar alguns. Mas, para efeito dessa Unidade 2, é relevante considerarmos indicadores de desempenho escolar que refletem essa gestão. Isso se deve ao fato de a função principal da escola ser a de conduzir

os estudantes ao mais alto grau de aprendizagem possível, preparando-os, como indicado na Unidade I, para a cidadania plena e a autonomia intelectual.

Os indicadores de qualidade na educação são, na realidade, uma construção histórica. Sabe por quê? Basicamente porque dizem respeito a determinada realidade, cuja dinâmica precisa ser respeitada. Afinal, os tempos mudam e, com eles, as novas exigências da qualidade em educação. Em termos cronológicos, na década de 1990, a discussão a respeito desses indicadores foi consideravelmente ampliada, como vimos anteriormente.

Em 2004, diversos órgãos e entidades internacionais, como, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e outros nacionais, como o MEC/INEP e a Ação Educativa, propuseram indicadores de qualidade da educação que envolvem sete dimensões: (i) Ambiente educativo; (ii) Prática pedagógica; (iii) Avaliação; (iv) Gestão escolar democrática; (v) Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; (vi) Ambiente físico escolar; (vii) Acesso, permanência na escola. Posteriormente, em 2007, a essas dimensões foi acrescida mais uma: Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, ao mesmo tempo em que as dimensões Prática Pedagógica e Avaliação foram agregadas em uma só.

A parceria entre essas e outras organizações resultou na produção do documento Indicadores da Qualidade na Educação, que apresenta sete dimensões da qualidade em educação, com seus respectivos indicadores. Veja no quadro a seguir uma síntese desses indicadores.

Quadro 6: Dimensões e indicadores de qualidade na educação

Nº	Dimensões	Indicadores
1	Ambiente educativo	Amizade e solidariedade
		Alegria
		Respeito ao outro
		Combate à discriminação
		Disciplina e tratamento adequado aos conflitos do dia-a-dia da escola
		Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes

Nº	Dimensões	Indicadores
2	Prática pedagógica e avaliação	Projeto político-pedagógico definido e conhecido por todos Planejamento Contextualização Prática pedagógica inclusiva Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos
3	Ensino e aprendizagem da escrita e da leitura – Ensino Fundamental	Orientações para a alfabetização inicial implementadas Existência de práticas alfabetizadoras na escola Atenção ao processo de alfabetização de cada criança Ampliação das capacidades de leitura e escrita dos alunos ao longo do ensino fundamental Acesso e bom aproveitamento da biblioteca ou sala de leitura, dos equipamentos de informática e da Internet Existência de ações integradas entre a escola e toda a rede de ensino com o objetivo de favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita
4	Gestão escolar democrática	Informação democratizada Conselhos Escolares atuantes Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino Participação em programas de repasse de recursos financeiros
5	Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola	Formação inicial e continuada Suficiência e estabilidade da equipe escolar Assiduidade da equipe escolar

Nº	Dimensões	Indicadores
6	Ambiente físico escolar	Caderno, lápis, borracha, lápis de cor e livros didáticos para os alunos Bibliotecas, salas ou cantos de leitura Laboratório de informática Acesso à internet Banheiros Água filtrada ou tratada Carteiras para os alunos Mesa e cadeira para o professor Pátio escolar Espaço para ensino e prática de esportes Materiais para uso do professor, como giz, quadro, livros, jogos, mapas Televisão, computador, videocassete, aparelho de som, fitas de vídeo etc. Sala de aula Merenda escolar Calendário letivo Plantas, árvores e flores Tratamento do lixo Vias para acesso de pessoas com deficiência Beleza
7	Acesso e permanência dos alunos na escola	Atenção especial aos alunos que faltam Preocupação com o abandono e a evasão Atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem

Quadro elaborado com base em Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coords.), 2007, p. 21-60.

Você pode conhecer o conjunto de perguntas propostas para cada um dos indicadores apresentados acessando o site <http://www.acaoeducativa.org.br/indicadores/>

Com efeito, uma escola de qualidade é aquela em que os alunos aprendem. Sendo assim, para saber qual a qualidade das escolas do sistema de ensino, composto de milhares de alunos, espalhados no diverso território nacional, foi preciso criar uma medida (SOARES, 2007). Essa medida resulta da resposta dada pelos alunos em um teste, no qual demonstram o que sabem e o que não sabem fazer – demonstrando o que aprenderam na escola.

Outro aspecto que merece destaque na discussão sobre os indicadores educacionais refere-se aos contextos nos quais eles são produzidos e aplicados para nortear a avaliação do trabalho da escola voltado para a melhoria do desempenho.

Em princípio, o resultado do desempenho dos alunos nas avaliações externas, por exemplo, por meio de testes, medirá a qualidade do sistema educacional. Essa qualidade, porém, é avaliada à luz de determinados indicadores, definidos por uma equipe de profissionais especializados e não influenciada por improvisações e espontaneísmos.

Além disso, os indicadores não são imutáveis nem podem ser aplicados em quaisquer contextos indistintamente, pois são produzidos em realidades diferentes. Em decorrência disso, é fundamental que a escola, reavaliando permanente e coletivamente o seu projeto pedagógico, também crie indicadores para avaliar a qualidade do ensino que oferta, do seu desempenho escolar como um todo e, logicamente, do desempenho de seus estudantes.

Tipos de indicadores do desempenho de alunos

Brooke (2007) discute três tipos de indicadores do desempenho de alunos:

- ★ desempenho médio dos alunos de determinada série e matéria, sendo este o mais comumente adotado pelos sistemas de avaliação;
- ★ cálculo do progresso da escola com base na mudança no nível de aprendizagem dos alunos de um ano escolar para outro;
- ★ identificação dos percentuais relativos aos alunos por faixa ou nível de desempenho.

Diversos estudos têm procurado identificar e analisar evidências de uma boa escola, uma escola que busque imprimir às suas práticas qualidades que resultem, em última instância, no sucesso do aluno.

Dentre as evidências da qualidade da escola – que aqui chamaremos de indicadores – merecem destaque:

- a) projeto pedagógico construído, implementado e avaliado coletivamente, em consonância com as políticas educacionais vigentes e com a realidade local;
- b) bom relacionamento entre alunos;

- c) salas de aulas adequadas, isto é, bem iluminadas, ventiladas, equipadas, limpas e com espaço confortável para alunos e professores;
- d) material pedagógico adequado e suficiente;
- e) acesso à biblioteca, laboratórios e práticas desportistas.



Atividade 12

 20 minutos

- a) Considerando as cinco evidências apresentadas, em relação a uma escola que tem como foco o aprendizado do aluno, pense na realidade de sua escola e faça o que se pede no quadro a seguir.

Quadro 7: Qualidade da escola e aprendizado do aluno.

Evidências da qualidade da escola	Descreva como a escola onde você atua está em relação a cada uma dessas evidências
Projeto pedagógico construído, implementado e avaliado coletivamente, em consonância com as políticas educacionais vigentes e com a realidade local	
Bom relacionamento entre alunos	
Salas de aulas adequadas, isto é, bem iluminadas, ventiladas, equipadas, limpas e com espaço confortável para alunos e professores	
Material pedagógico adequado e suficiente	
Acesso à biblioteca, laboratórios e práticas desportistas	

- b) Caso exista(m) outro(s) aspecto(s) presente(s) em sua escola e que, em seu entendimento, poderia(m) se constituir em uma evidência voltada para o sucesso do aluno, descreva-o(s) e diga que ações vêm sendo desenvolvidas para garanti-lo(s).

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Comentário

O SAEB tem apontado duas outras evidências que merecem ser comentadas à parte, devido à sua relevância para o sucesso da aprendizagem do aluno. A primeira delas refere-se às **práticas desenvolvidas pelos professores**. Em relação a esses profissionais, destacam-se aspectos como: a crença que os docentes revelam ter no sucesso de seus alunos; uma remuneração condizente com o trabalho que realizam; formação inicial e continuada.

A segunda evidência diz respeito à **gestão da escola**. De acordo com dados acumulados por várias edições do SAEB, a gestão escolar que faz diferença e pode contribuir para melhorar o desempenho do estudante apoia-se em elementos diversos:

- ★ gestor(a) com qualificação específica;
- ★ um quadro permanente de professores;
- ★ integração da comunidade ao cotidiano da escola;
- ★ adoção de medidas que têm como foco a redução das taxas de reprovação e da evasão;
- ★ criação de parcerias com instituições de educação superior e outras instituições de pesquisa;
- ★ avanços na construção da autonomia administrativa e pedagógica da unidade escolar;
- ★ criação e/ou fortalecimento dos conselhos escolares.

O rendimento do sistema de ensino é comprometido, dentre outras, pela distorção idade/série, que varia de região para região, de Estado para Estado, de município para município e de escola para escola.

Ao finalizar esta unidade, alguns pontos podem ser retomados na perspectiva da relação proposta para discussão – articulação entre as avaliações externas e indicadores educacionais.

As avaliações externas constituem um importante instrumento de melhoria da educação e de aperfeiçoamento da prática escolar. Quando seus resultados são apropriados pela escola, podem ajudar na melhoria das diversas dimensões da gestão.

A discussão dos resultados das avaliações em larga escala, como de qualquer outro processo avaliativo, é fundamental para o êxito da própria avaliação. Por isso, é importante que seus beneficiários – professores, alunos, famílias e gestores da escola e das instâncias municipal, estadual e federal do sistema educacional – tenham amplo acesso a esses resultados.

Na prática, essa postura frente aos resultados da avaliação tanto interna quanto externa assume um caráter formativo para todos os envolvidos com o trabalho da escola. Além disso, permite que a avaliação venha a ser um instrumento capaz de ajudar a escola a olhar para si mesma, reconhecendo os pontos fortes e as fragilidades presentes em suas práticas.

A construção da qualidade do trabalho escolar implica, dentre outras, a compreensão do papel e da importância dos resultados da avaliação externa, incorporando-os ao projeto pedagógico. Assim, é preciso que a escola avance na direção de sua autoavaliação e da análise dos resultados alcançados pelos seus alunos nas avaliações externas, de forma articulada às avaliações internas que realiza. Sem dúvida, essa articulação concorre para a escola perceber tais resultados como algo que pode e deve colaborar para o processo de transformação do seu cotidiano.



Resumo

Nos tempos atuais, a avaliação em larga escala tem se distanciado do entendimento de ser uma atividade especificamente ligada à sala de aula, para se configurar em uma política pública educacional que visa a melhoria do desempenho escolar e da educação nacional como um todo.

Quando a avaliação educacional ocorre sob a forma de avaliação externa, ela corresponde a um sistema de informações, cujo principal objetivo é promover um diagnóstico ampliado, e fornecer subsídios para a melhoria da qualidade do ensino nacional. Assim, os resultados desse tipo de avaliação podem contribuir para promover um permanente acompanhamento do sistema educacional, de forma a identificar os efeitos positivos ou negativos das políticas educacionais.

A avaliação externa desenvolvida no Brasil tem sido objeto de muitos debates, envolvendo os dirigentes educacionais em todos os níveis, professores e pesquisadores. Na maioria desses debates, alguns temas são recorrentes visando o alcance de melhorias no sistema como, por exemplo, questões com relação à qualidade e medidas em educação.



Leituras recomendadas

- a) BONAMINO, A.; BESSA, N. e FRANCO, C. (orgs.). **Avaliação da educação básica** – pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004, 151 p.

Este é um livro que trata de temas bastante relacionados àqueles discutidos nesta unidade, estando estruturado em quatro partes: (I) importância da distinção entre resultados alcançados por alunos, que refletem o aprendizado ao longo da vida do estudante, e aprendizado recente; (II) relação entre diversos conceitos importantes à compreensão das avaliações externas e da importância da consolidação de experiências dessas avaliações em um sistema educacional – brasileiro – marcado pela diversidade de projetos para coletas de dados; (III) evolução dos serviços de avaliação externa no sentido de sua institucionalização, com foco na realidade de cinco Estados – Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco –, bem como sentidos, processos e métodos dos programas estaduais de avaliação em larga escala; (IV) criação, implantação e aperfeiçoamento dos sistemas avaliativos, objetivos, periodicidade e alcance. Os textos do livro possibilitam uma reflexão conceitual e metodológica a respeito das avaliações em larga escala no país, com ênfase na realidade da Educação Básica. Os autores dos textos são, em geral, especialistas em avaliação externa, estudiosos da área e gestores envolvidos com a implantação dos sistemas estaduais de avaliação.

- b) VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005, p. 91-141.

Trata-se de um livro escrito em linguagem clara e acessível, sobre elementos conceituais e metodológicos das avaliações em larga escala. Dele, selecionamos quatro capítulos, que se encontram sequenciados na obra e são, em geral, curtos e voltados para questões de interesse da discussão proposta nesta unidade, como detalhado a seguir: (i) Capítulo 6: Avaliação de sistemas educacionais: importância da avaliação externa não ser confundida com a mensuração do rendimento escolar; (ii) Capítulo 7: Avaliação de sistemas e políticas públicas: uma situação – implementação de políticas públicas por intermédio de um exame do Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, que o autor assessorou no período entre 1991 e 1999; (iii) Capítulo 8 – Avaliação em larga escala: considerações – entrevistas realizadas pelo autor com 11 especialistas de várias áreas, a respeito da complexidade dos procedimentos metodológicos para a elaboração e aplicação de programas da avaliação em larga escala; (iv) Capítulo 9 – Avaliação educacional: quase história – aspectos históricos da evolução da avaliação em larga escala, focalizando o panorama internacional (Estados Unidos da América e Inglaterra), e a realidade brasileira, no período entre 1960 e a década de 1990.

O autor é pesquisador do tema avaliação em larga escala, editor de revistas especializadas e autor de diversos livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos da área. Recomendamos a leitura desses quatro capítulos (pois a abordagem dada pelo autor é importante para os temas tratados nesta unidade), todavia, a leitura do livro como um todo contribui para a ampliação do entendimento sobre conceitos importantes a respeito da natureza e dos objetivos e alcances das avaliações externas, bem como dos indicadores educacionais.

Filmes Recomendados:

- ★ **Conrack.** Apesar de antigo, o filme é muito bom para a discussão de currículo. A história se passa na Ilha de Yamacraw, Carolina do Sul, março de 1969. Um professor branco, que no passado fora racista, chega para atuar numa escola, cujos estudantes são crianças negras pobres. Os alunos respondem entusiasmadamente quando o professor toca música clássica, mostra filmes, os ensina a nadar e explica a importância de eles escovarem os dentes.
- ★ **Menino maluquinho.** Produção infantil brasileira, de 1994, com direção de Helvécio Rattton. No filme, Maluquinho é um menino comum, como outro qualquer de sua idade – esperto, brincalhão e levado – criado em uma família bastante carinhosa. A história revela uma série de aventuras do personagem, que procura conhecer o mundo com curiosidade, alegria e vivacidade.

3

Ações pedagógicas da escola face aos seus resultados nas avaliações externas: o caso da Prova Brasil



Introdução

Você estudará, nesta unidade, a Prova Brasil como uma avaliação em larga escala cujos resultados, quando analisados pela escola sob um olhar eminentemente pedagógico, podem ajudá-la a reconhecer e viabilizar alternativas para melhorar o ensino que oferta.

Do ponto de vista pedagógico, é fundamental que você, como gestor(a), e sua equipe de trabalho, incluindo os professores, analisem e compreendam os resultados alcançados pela escola nessa e nas demais avaliações externas. Em termos concretos, quando tais resultados são interpretados, informações importantes são colhidas para subsidiar a (re)avaliação constante do projeto pedagógico da escola, com vistas a melhorar a qualidade do ensino, como discutido nas Unidades 1 e 2.

Nesse sentido, é importante que você e os demais membros da equipe gestora estudem e compreendam a metodologia de realização da Prova Brasil, de forma a encaminhar discussões produtivas com a comunidade escolar, visando a alcançar um duplo propósito. De um lado, ajudar a socializar os resultados obtidos pela escola nessa prova; de outro, contribuir para promover ações pedagógicas, em seu cotidiano, para melhorar o desempenho dos alunos.



Objetivos específicos

Ao final do estudo desta unidade, esperamos que você alcance os seguintes objetivos:

- ★ Analisar aspectos conceituais e metodológicos que concorram para a compreensão da Prova Brasil como avaliação externa.
- ★ Interpretar pedagogicamente os resultados obtidos pela escola na Prova Brasil, à luz do projeto pedagógico da escola.



Atividade inicial

Diante dos resultados obtidos na última avaliação externa da qual os alunos da sua escola participaram, o que foi feito para melhorá-los?

 15 minutos

Como sabemos, é importante que os resultados de qualquer avaliação sejam discutidos com todos os segmentos que dela participam ou que nela tenham interesse. Considerando essa informação e a realidade de sua escola, responda:

- Face aos resultados alcançados na última avaliação externa da qual os alunos de sua escola participaram, que ações pedagógicas a escola onde você atua desenvolveu visando à melhoria do seu trabalho?
- Por meio de quais estratégias e quem participou da discussão desses resultados?



Comentário

Na realização desta primeira atividade, é importante pensar a respeito da necessidade de os resultados das avaliações externas serem encarados pela escola como subsídios relevantes para gerar diagnósticos do que os alunos aprenderam, ou não, em certo período de tempo. Considere, também, a importância de os resultados que sua escola obteve serem discutidos, tendo como referência o projeto pedagógico da escola.

Esses resultados apresentados podem servir, na realidade, de elementos fundamentais para identificar e corrigir determinadas insuficiências no processo ensino-aprendizagem dos alunos. O mapeamento de tal realidade contribui para um melhor diagnóstico de como estão nossas escolas e as redes de ensino formadas por elas. Por isso, é importante que os gestores, como você, conheçam e discutam o papel e as finalidades dos testes utilizados nas avaliações externas.

Sem dúvida, um dos principais desafios desse tipo de avaliação é levar a escola a transformar os resultados alcançados em mudanças concretas visando à melhoria da qualidade que essa instituição busca.



Prova Brasil e gestão pedagógica da escola

Como vimos na unidade anterior, o tema avaliação alcançou, nas últimas décadas, grande centralidade nas políticas educacionais. Em decorrência desse e de outros fatores, a avaliação do trabalho escolar acaba exigindo ações definidas e assumidas coletivamente pelas várias instâncias do poder público.

Considerando essa idéia, a discussão proposta neste item tomará como referência a relação representada no esquema a seguir, e a seguinte questão: em que medida a escola se reconhece nos resultados da Prova Brasil? Examine, com atenção, o esquema apresentado.

Figura 2: Avaliações externas e gestão da escola



Observe como o esquema chama a atenção para a importância de o projeto pedagógico, posicionado como um instrumento de gestão da escola, mostrar-se articulado, também, aos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas. Concebido como a identidade da escola, como discutido no Módulo III do Progestão, esse projeto pode valer-se dos resultados das avaliações externas para promover a articulação entre dois planos da gestão pedagógica.

De um lado, temos a **gestão da escola**, considerada em todas as suas dimensões e, de outro, a **gestão da sala de aula**, espaço de materialização, de fato, das políticas públicas definidas para o sistema educacional. Na Unidade 4 aprofundaremos a discussão sobre a apropriação das contribuições das políticas públicas para a gestão pedagógica da escola.

Visite o site <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/arquivo05.htm> e tenha acesso a uma grande quantidade de dados relativos à última edição do SAEB (2007).

Recuperando no tempo a origem da Prova Brasil

Vimos na Unidade 2 que o SAEB é um sistema de avaliação externa que já teve um total de oito edições realizadas no período entre 1990 e 2007. Desde sua implantação, ele veio se reconfigurando, na perspectiva de procurar rever determinados aspectos da metodologia adotada, os quais foram objetos de crítica por parte, dentre outros, de pesquisadores do tema avaliação.

Como você sabe, toda avaliação é, em si, complexa e envolve, geralmente, muita polêmica. Por isso, no âmbito do próprio poder público, o referido sistema avaliativo passou por sucessivas avaliações. Dentre os aspectos levantados, destacam-se seus resultados, a logística adotada em sua realização, a forma como as informações geradas por ele repercutem no sistema educacional como um todo e, sobretudo, o fato de não possibilitar às escolas perceberem-se nos resultados obtidos em relação ao seu próprio desempenho.

Mesmo assumindo importante papel, a partir de sua criação, em 1990, no sentido de estabelecer padrões de qualidade de ensino, o referido sistema não vinha conseguindo cumprir mais efetivamente com a produção de mudanças nos sistemas de ensino. Veja como Goulart (2005) nos ajuda a entender melhor a questão: “Porque o sistema [SAEB] produzia somente indicadores gerais que, embora importantes, não têm tido o poder de indução específica dos agentes para importantes mudanças no processo de ensino e de aprendizagem” (p. 5).

Mas você pode estar se indagando: em termos concretos, por que o sistema em questão não responde a todas as necessidades de avaliação do sistema educacional? Basicamente, porque ele não consegue apreender a diversidade e singularidade das escolas e sistemas de ensino. Para Soares (2007), o nome de “sistema de avaliação” não foi propício para o SAEB, pois na realidade o que ele faz é uma medição do desempenho dos alunos e de fatores associados a esse desempenho, e não uma avaliação propriamente dita.

Considerando essas críticas e as demandas de vários segmentos da sociedade por dados mais precisos a respeito da qualidade do ensino nas escolas, o governo, representado pelo INEP/MEC, propôs a ampliação gradativa do SAEB, a partir de 2005, com a criação da Prova Brasil. Porém, essa ampliação não vem isolada de outras medidas tomadas no campo da avaliação dos sistemas de ensino e da busca pela melhoria da qualidade na educação, como discutido na Unidade 1 e veremos na próxima unidade, ao tratarmos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Atenção!

Caro(a) gestor(a), em função do seu alcance e natureza, a Prova Brasil não tem como objetivo concorrer com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pois este último possui sua razão de ser e cumpre finalidades importantes em relação à avaliação da educação básica no país. Na realidade, essa prova visa a promover uma nova sistemática de avaliação, alcançando cada escola e, até mesmo a sala de aula, considerando os resultados que pode apresentar sobre a realidade dos estabelecimentos de ensino. Assim, os dois processos de avaliação assumem um caráter de complementaridade e não de concorrência.

Na época, por meio da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, Artigo 1º, o governo federal instituiu o **Sistema de Avaliação da Educação Básica** composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB

(Portaria nº 89, de 27.05.2005), e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC (Portaria nº 69, de 05.05.2005), conhecida posteriormente como Prova Brasil.

Veja no quadro apresentado a seguir as diferenças entre esses dois processos avaliativos:

Quadro 8: Diferenças entre ANEB e ANRESC.

Aspectos considerados	Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)	Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC)
Quantidade e tipo de escolas participantes	Amostra de escolas por região e estado: tanto da rede pública quanto da rede privada, em área urbana e rural.	Todas as escolas brasileiras (avaliação censitária), mas apenas da rede pública e urbana de ensino fundamental.
Alunos participantes	4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.	4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.
Como aparecem os resultados.	Como as turmas e escolas são sorteadas por amostragem, os resultados aparecem: <ul style="list-style-type: none"> ★ por Estado. ★ por Região. ★ em todo o Brasil. ★ por redes de ensino (municipal, estadual e particular). 	Os resultados são oferecidos: <ul style="list-style-type: none"> ★ por Escola. ★ por Município. ★ por Estado. ★ por Região. ★ em todo o Brasil. ★ por redes de ensino (municipal e estadual).
Impactos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.	Compõe junto com as taxas de aprovação escolar, o IDEB estadual, regional e brasileiro.	Compõe, com as taxas de aprovação escolar, o IDEB de cada município e de cada escola.

Fonte: BRASIL, 2008.

É verdade que o SAEB e a Prova Brasil apresentam diferenças, como mostrado no quadro. Todavia, revelam também algumas semelhanças, como, por exemplo, o fato de adotarem a mesma base teórica e os mesmos procedimentos – testes padronizados para aferir o que os alunos revelam saber e são capazes de realizar nas áreas de conhecimento. Além disso, ambos utilizam matrizes de referência e escalas de proficiência para interpretar os dados, bem como para a apresentação dos resultados.

Mais adiante discutiremos esses dois conceitos – matrizes de referências e escalas de proficiência. Por enquanto, basta destacar que as matrizes de referência são tabelas que descrevem as competências e habilidades que se esperam dos alunos, ao final de determinada série. Por sua vez, a escala de proficiência permite identificar em que nível da referida matriz encontra-se a aprendizagem do aluno.

Em síntese, em que o SAEB e a Prova Brasil se diferenciam?

O SAEB avalia uma **amostra representativa** do universo dos alunos da educação básica, contemplando as 27 Unidades da Federação. Como seus resultados são apresentados por rede – pública e particular – não consegue retratar a especificidade de cada escola e município.

A Prova Brasil tem como foco a unidade escolar, visando permitir um retrato da realidade de cada escola, em cada município. Ela é aplicada **em todas as escolas públicas urbanas**, que possuam, no mínimo, 20 alunos na 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.

**Atividade 13**

 5 minutos

Registre, nas linhas em branco, suas conclusões a respeito da seguinte afirmativa, relacionando-a aos resultados das avaliações externas.

Cada escola é única, com práticas pedagógicas que precisam ser compreendidas em sua especificidade, levando em conta os diferentes contextos em que produz seu trabalho.

**Comentário**

De fato, não existe escola igual à outra. Por isso, é fundamental que os resultados do seu desempenho sejam analisados, tomando como referência, em termos de comparação, suas próprias práticas cotidianas e não a de outras. Assim, apesar de sua relevância, os resultados das avaliações externas que não possibilitam a escola neles se perceber, acaba por dificultar a essa mesma escola identificar aspectos nos quais pode melhorar seu desempenho, à medida que ela não tem como se localizar nos resultados publicados pelos órgãos que realizam tais avaliações.

Na verdade, a ANEB manteve os objetivos, características e procedimentos da avaliação da educação básica efetuada, até então, pelo SAEB. Por sua vez, a Prova Brasil foi pensada justamente para fornecer dados desagregados, que retratassem a realidade de cada escola, em cada município, possibilitando a identificação das

competências construídas e das habilidades desenvolvidas pelos estudantes avaliados, bem como das dificuldades de aprendizagem.

Ainda que esteja em seus primeiros anos de aplicação, como avaliação, a Prova Brasil, vem sendo considerada uma inovação e avanço, à medida que pode contribuir para um duplo processo: a) levar a escola a se reconhecer nos resultados das avaliações externas que ela representa; b) oportunizar a sociedade conhecer a qualidade do ensino oferecido em cada unidade escolar.



Aspectos conceituais e metodológicos da Prova Brasil

Vamos conhecer um pouco mais sobre a Prova Brasil? Vejamos: conceitualmente, essa prova corresponde a uma avaliação em larga escala, com foco no desempenho da escola. Ela foi concebida para fornecer dados que possibilitem retratar a realidade de cada unidade escolar e da rede municipal, bem como proporcionar aos gestores públicos e escolares, às famílias e a qualquer cidadão informações detalhadas a respeito da eficiência das redes de ensino. Como já vimos, sua realização ocorre por meio de provas padronizadas, universais (sem amostragem de alunos).

Em sua primeira edição, realizada em novembro de 2005, a finalidade dessa avaliação já era apontada como sendo a de permitir a construção de um quadro que permitisse analisar o ensino oferecido pelas escolas públicas brasileiras. Assim, cada estabelecimento recebe o seu resultado individual, considerando o desempenho apresentado pelo conjunto dos seus alunos.

A realização da Prova Brasil é organizada pelo INEP em parceria com as redes estaduais e municipais de educação. De maneira semelhante ao SAEB, sua metodologia volta-se para a avaliação das habilidades dos estudantes em Matemática, com foco em resolução de problemas, e Língua Portuguesa, com ênfase em práticas de leitura. Além disso, busca coletar, por meio de questionário socioeconômico respondido pelos alunos, dados e informações a respeito do contexto em que eles vivem e estudam, com o propósito de identificar quais os fatores que interferem em seu desempenho escolar.

Os questionários respondidos pelos alunos buscam coletar informações a respeito do seu contexto social e capital cultural. Sua finalidade é levantar dados sobre alguns aspectos de sua vida escolar, bem como do seu nível socioeconômico. Importantes informações são obtidas por meio de tais questionários como, por exemplo, em que nível ocorre a participação da família na vida escolar dos alunos, hábitos de leitura da família e, conseqüentemente, do estudante.

Neste sentido, a Prova Brasil tem como preocupação avaliar os sistemas de ensino (escolas) e não os estudantes, como já ressaltado. Diferentemente das avaliações

tradicionais, cujas notas correspondem a uma escala de zero a dez, suas notas visam a refletir o volume de conteúdos que o aluno apreendeu em seu percurso escolar, levando em conta os componentes curriculares e as séries avaliadas. Suas médias decorrem de cálculo feito por meio de uma escala de desempenho, cuja finalidade é descrever as competências e habilidades que os alunos desenvolveram. Assim, sua “[...] intenção é traçar um diagnóstico do sistema de ensino, como ele está se desenvolvendo, e não aprovar ou reprovar alunos” (GREMAUD, 2008).


Por que é mesmo importante você, como gestor(a), e outros atores da escola conhecerem os objetivos e a metodologia da Prova Brasil? Sobretudo, porque se apropriando desse conhecimento, esses atores podem ajudar a escola a se perceber nos resultados obtidos nessa avaliação e a planejar o seu trabalho pedagógico, como discutido nas unidades anteriores.

Em suma, a aplicação da Prova Brasil tem a finalidade de coletar informações sobre o desempenho das escolas, de forma que estas possam planejar ações voltadas para a correção dos problemas identificados. Nesse sentido, ela é concebida como um instrumento destinado a auxiliar a gestão das escolas, apresentando dados que, se bem utilizados e interpretados pelos responsáveis por essa mesma gestão, junto com o coletivo da escola, podem orientar o planejamento pedagógico e rumos para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

A Prova Brasil foi realizada [no ano de 2005] em escolas públicas de 5.398 municípios de todas as unidades da Federação e avaliou 3.306.378 alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, a partir de provas de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e Matemática. Os resultados da Prova Brasil são expressos na mesma escala do SAEB (SOARES, 2007, p. 16).



Atividade 14

 10 minutos

Resuma, pelo menos, três das principais idéias tratadas até aqui sobre a natureza e finalidade da Prova Brasil. Depois, conceitue essa avaliação externa com suas próprias palavras.



Comentário

A Prova Brasil foi concebida com o objetivo de fornecer dados e informações que possibilitem retratar a realidade de cada escola e município. A idéia principal dessa prova é proporcionar àqueles atores responsáveis pela gestão dos sistemas de ensino e das escolas, bem como aos pais e cidadãos em geral, informações indicadoras do nível de desempenho das redes de ensino de forma mais detalhada.

Dessa forma, seus resultados priorizam dois pontos básicos: a) reflexão acerca de sua realidade individual (escola) e coletiva (sistema ou rede de ensino); b) tomada de decisão que possibilite à escola atingir seu objetivo principal, como instituição social – oferecer educação de qualidade – para que os alunos possam participar integral e ativamente da sociedade.



E agora, escola: os resultados alcançados na Prova Brasil chegaram... o que fazer?

Como você lembra, enfatizamos anteriormente a importância de cada escola, com base nos resultados da Prova Brasil discutir e definir ações pedagógicas para manter determinados padrões de desempenho ou, caso seja necessário, melhorá-los.

Mas você pode estar se perguntando: de que forma tais resultados podem auxiliar a gestão pedagógica da escola? Essa é uma questão central a ser discutida por essa instituição, numa visão coletiva. Afinal, toda divulgação dos resultados de uma avaliação, inclusive as de larga escala, deve ser acompanhada de sugestões para a melhoria da escola (SOARES et al, 2003).

Mas você sabe que dados e informações isolados podem não levar aos resultados desejados. Portanto, o que fazer com os resultados das avaliações externas? É bem possível que esta pergunta esteja passando por sua cabeça, afinal “é insuficiente a avaliação que apenas localiza o aluno na escola. A avaliação tem de dizer o que fazer” (BELLONI e BELLONI, 2003, p. 16).

Considerando essa idéia, é fundamental que as escolas e os professores, como principais responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem, sejam informados a respeito dos resultados da avaliação externa. Além disso, eles precisam receber orientações sobre como esses dados podem contribuir para a elaboração das políticas públicas e para o planejamento do trabalho escolar, nas grandes ações definidas no projeto pedagógico.

Como sabemos, no Brasil tem existido, historicamente, certa distância entre as escolas de educação básica e as instituições de educação superior como, universidades. Todavia, é possível pensar que os dados coletados por meio, por exemplo, da Prova Brasil, poderão ser úteis para ajudar a melhorar essa relação. Como isso é possível? De diversas formas, por exemplo: essas instituições podem ajudar as escolas a discutirem os resultados

obtidos nessa e em outras avaliações externas, colaborando com ajuda técnica e científica.



Atividade 15

 20 minutos

Pense na forma como os resultados da última edição da Prova Brasil ou de outra avaliação externa foram recebidos em sua escola. Em seguida, liste no quadro apresentado a seguir 4 (quatro) estratégias definidas pela equipe gestora para discutir esses mesmos resultados com a comunidade escolar. Posteriormente, comente na coluna da direita as ações que a escola definiu para melhorar o seu trabalho, considerando os resultados em questão.

Discussão dos resultados da última edição da Prova Brasil ou outra avaliação externa na escola onde trabalho	
Estratégias adotadas para discutir os resultados obtidos pela escola	Comentários a respeito das ações definidas para melhorar o trabalho da escola
a)	a)
b)	b)
c)	c)
d)	d)



Comentário

A divulgação dos resultados das avaliações externas, como de qualquer outro processo avaliativo, é fundamental para o êxito da própria avaliação. Assim, é indispensável que os beneficiários da avaliação – professores, alunos, famílias, todos os segmentos da escola e os gestores das instâncias municipais, estaduais e federais – tenham acesso a tais resultados.

É preciso que cada escola faça um planejamento sistemático de ações voltadas para a análise dos dados, visando aproveitá-los em função da melhoria do seu trabalho pedagógico.



É pela avaliação em larga escala que a escola e os professores podem situar seus alunos em relação ao nível de aprendizado dos estudantes de outras escolas, do município, do estado, do país, e em caso de avaliações internacionais, em relação ao nível de desempenho de outros países (AMARAL, 2007, p. 16).

Autores como Viana (2005) ressaltam que a divulgação global dos resultados de uma avaliação em larga escala, frequentemente provoca uma grande repercussão junto à sociedade. Ao mesmo tempo, algumas divulgações, caso não sejam feitas com finalidade eminentemente pedagógica, podem causar interpretações distorcidas, que não correspondem à realidade.

Por outro lado, como lembra o mesmo autor, por si mesma, a avaliação não provoca nenhuma mudança, motivo pelo qual é necessário pensar no que ele chama de “validade consequencial do processo avaliativo”, que corresponde ao impacto produzido pela avaliação sobre as escolas e o sistema de ensino como um todo. Em termos concretos, essa validade diz respeito às reais mudanças que a avaliação pode e deve gerar, como de mentalidade, bem como novas ações que contribuam para a melhoria dos problemas diagnosticados em determinada realidade educacional.

Veja como Klein (2006), estudioso do assunto, nos esclarece a respeito:

Os testes de avaliação externa têm como finalidade aferir o conhecimento ou habilidade dos alunos de uma ou mais séries. Seus resultados não deveriam se restringir a informar um escore, em geral, o percentual de acerto, mas sim informar o que os alunos sabem e são capazes de fazer através de uma escala apropriada. Os diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos deveriam ser utilizados em políticas públicas da melhoria da qualidade do ensino (p. 158).

Como já vimos, em uma perspectiva formativa, a avaliação não deve ser realizada nem para premiar as escolas com melhores resultados nem punir aquelas que, por razões diversas, alcançaram resultados não desejáveis. Assim, esses resultados devem ser publicados visando a apoiar as escolas no desenvolvimento de sua real capacidade para avaliar e aperfeiçoar o seu projeto pedagógico, como discutido na Unidade 1.

Sem dúvida, essa visão é formativa porque permite apresentar a avaliação como instrumento capaz de permitir a escola olhar para si mesma e identificar os pontos fortes e as fragilidades de suas práticas. Conhecendo sua realidade, ela poderá, então, realizar melhor sua função de espaço de aprendizagens significativas e produção do conhecimento.

Observe, então, que para a avaliação ocorrer numa abordagem formativa, é indispensável que as escolas sejam capacitadas e estimuladas a realizar sua auto-avaliação. Para tanto, várias ações devem ser empreendidas como, por exemplo, o aprofundamento no conhecimento na natureza, metodologia e resultados da avaliação em larga escala, o que você ora está realizando. Aliás, como você já estudou no Módulo IX do Progestão, a auto-avaliação constitui-se em pré-requisito indispensável à própria avaliação externa. Caso sinta necessidade de relembrar a relação entre essas duas formas de avaliação, consulte o referido módulo.

Para Soares et al (2003), a divulgação dos resultados de avaliações externas precisa ser acompanhada de orientações claras e sugestões de ações que levem à melhoria da escola. Sabe por que isso? Porque, caso contrário, os testes e avaliações dessa natureza, em geral “[...] podem servir apenas para meras comparações que nada constroem” (p. 87). Por isso, é fundamental que toda escola analise os dados do desempenho dos seus alunos como, por exemplo, aqueles obtidos na Prova Brasil, e identifique, com base nos resultados, aspectos positivos de sua atuação, bem como aqueles que merecem ser repensados e melhorados.

É razoável supor que você esteja se perguntando: ao analisar os resultados do seu trabalho, basta a escola identificar a porcentagem de alunos que se encontram em determinado nível de uma escala de desempenho? Certamente, não! Antes de tudo, é preciso que, ao participar do processo de avaliação externa, a escola seja orientada de forma a ultrapassar a mera consulta a taxas e percentuais. Veja como Ristoff (2005) esclarece a questão:

Há a necessidade de se realizar um trabalho em que gráficos, percentagens e médias sejam interpretadas pela escola, de forma a dar significado para os mesmos.

Para usar a metáfora de M. H. Abrams, a avaliação precisa ser lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado. Sem um eficiente trabalho interpretativo, os dados serão apenas marcas sobre tabelas e gráficos, sem utilidade gerencial [...]. (p. 50).

Matrizes de referência: conceito, composição, interpretação

Como vimos no item anterior, é fundamental que os resultados das avaliações externas sejam apropriados pelas escolas. A partir da análise detalhada de tais resultados, os atores escolares, coordenados por você, gestor(a) e sua equipe, podem discutir alternativas que contribuam para redimensionar o trabalho escolar, na perspectiva de transformá-lo.

Para tanto, é necessário que os percentuais correspondentes ao desempenho da escola sejam interpretados com ênfase nos aspectos pedagógicos que os constituem e não meramente na quantidade que representam.

É importante que os resultados desse desempenho sejam qualitativamente interpretados pela equipe gestora e os professores para que eles adquiram uma significação, de fato, pedagógica e não se resumam à questão estatística. Em suma: é preciso que as escalas de proficiência, nos quais esses resultados são localizados, sejam interpretadas no conteúdo pedagógico que traduzem.

É da importância e necessidade desse tipo de interpretação de escalas que trataremos nesta parte da unidade. Assim, discutiremos aspectos teóricos relacionados a dois conceitos – matriz de referência e escala de proficiência. Além disso, apresentaremos, também, exemplos práticos, na perspectiva de apontar sugestões e orientações para auxiliá-lo, em seu cotidiano, como gestor(a), a interpretar os dados nelas retratados.

Embora seja elemento orientador para a avaliação em larga escala, a matriz de referência não pode ser encarada como um conjunto de indicações (orientações) que podem nortear as atividades de ensino em cada escola. Na realidade, esse papel é atribuído aos Parâmetros e às Diretrizes Curriculares Nacionais, já construídos no Brasil para os vários níveis de ensino. As matrizes de referência correspondem a um documento no qual estão descritas as orientações para a elaboração dos itens dos testes de avaliação em larga escala como, por exemplo, a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB. Como as referidas diretrizes são normas obrigatórias, possuindo um caráter legal e os parâmetros consistem em orientações curriculares, as matrizes derivam dos dois primeiros.

O que podemos compreender como matriz de referências? Inicialmente, é preciso lembrar que uma matriz de referência apresenta as competências e habilidades que serão avaliadas no teste aplicado pela Prova Brasil, tema de interesse desta unidade. Nesse sentido, corresponde ao que se espera que os alunos sejam capazes de revelar ao final da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental.

Em termos conceituais, a matriz de referência

[...] compreende o conjunto de habilidades previstas como objeto de avaliação. Constitui um parâmetro de orientação, uma espécie de pauta, segundo a qual se elege o que será matéria de avaliação externa em todo o território nacional (BRASIL, 2008, p. 20).

As habilidades descritas na matriz de referência estão relacionadas ao que efetivamente pode ser avaliado, em termos de desempenho escolar do aluno, por meio de um teste escrito. Nesse teste, os itens e questões implicam a seleção e emissão de uma resposta, retirada de um conjunto de respostas possíveis.

Veja no quadro a seguir alguns conceitos importantes presentes na noção de matriz de referência apresentado.

Quadro 9: Matriz de referência – conceitos básicos

Conceitos relacionados à noção de matriz de referência			
Competências	Habilidades	Descritores	Item
[...] são diferentes modalidades estruturais da inteligência, que compreendem determinadas operações cognitivas, utilizadas pelo sujeito para estabelecer relações com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas. (BRASIL, 1997, p. 7).	[...] referem-se, especificamente, ao plano do saber fazer e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências já adquiridas, que se transformam em habilidades (BRASIL, 1997, p. 7).	Explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo a ser avaliado em cada aprendizagem e o nível de operação mental necessário para essa aprendizagem ou domínio.	Trata-se da unidade de medida do teste de proficiência escolar, e está associado a um único descritor.
EXEMPLOS			
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO		PROVA BRASIL MATEMÁTICA – 4ª SÉRIE	
Competência IV: demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação (BRASIL, 1998, p. 12).	Construir argumentações (BRASIL, 1998, p. 12).	Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.	Grandezas e medidas

É verdade que as avaliações externas realizadas no sistema educacional brasileiro vêm consolidando os métodos de medição das habilidades e competências. Todavia, apesar desse grande avanço, os resultados apresentados por essas avaliações ainda necessitam ser mais úteis como instrumentos de gestão, considerando o cotidiano das escolas, particularmente daquelas de educação básica.

Escalas de proficiência: concepção e metodologia de análise pedagógica

Como são aferidos os resultados obtidos pela escola na Prova Brasil, bem como em outras avaliações externas? Esta pode ser uma pergunta que você esteja fazendo neste ponto dos seus estudos. Esses resultados são medidos e apresentados a partir de uma escala de proficiência, ponto que você estudará a seguir.

Inicialmente, é importante definir escala de uma forma mais geral para, em seguida, nos aproximarmos da concepção de escala de proficiência. De maneira mais abrangente, uma escala pode ser compreendida como uma forma de ordenar medidas, conforme valores previamente definidos.

E a escala de proficiência, como pode ser definida? Veja: esse tipo de escala representa a proficiência – traduzida em habilidades – em um *continuum* de valores, e sua interpretação permite traduzir medidas de proficiência em diagnósticos qualitativos do desempenho

escolar. A comparação feita a seguir nos ajuda a entender melhor o conceito de escala de proficiência:

As escalas de pontuação são comparadas a uma escada. A escala é única e acumulativa. O aluno que desenvolve melhor as habilidades de leitura e interpretação complexa da língua ou realiza operações, estabelecendo relações numéricas, por exemplo, estaria no degrau mais alto. Como a escala é feita para ambas as séries [4ª e 8ª], espera-se que só o aluno da 8ª ou 9ª série atinja o último degrau [...] Pela localização numérica do desempenho na escala, é possível saber quais habilidades os alunos já construíram, as que estão desenvolvendo e quais ainda faltam ser alcançadas (INEP, 2008).

Para analisar pedagogicamente uma escala de proficiência, é importante compreender alguns conceitos relacionados às avaliações externas como, por exemplo, o próprio conceito de proficiência. Sinteticamente, a proficiência corresponde às idéias de competência, habilidade, capacidade e desempenho. Diversos fatores interferem no nível de proficiência do aluno. Veja como Klein e Fontanive (1995), estudiosos do assunto, esclarecem a questão.

A proficiência de um aluno depende de suas características individuais como, por exemplo, seu nível socioeconômico e cultural, sua escola, seu professor, sua série, etc. Entretanto, dada sua proficiência, a probabilidade de o aluno dar a resposta correta ao item depende somente da proficiência e não mais das outras variáveis. É claro que nem todo item satisfaz a esta hipótese, razão pela qual esta deve ser verificada para cada item (p. 32).

Exemplos de escalas de proficiência: como interpretá-las?

Como vimos a média de proficiência obtida por uma escola em qualquer exame de larga escala não pode ser compreendida meramente como uma média para classificação das escolas entre melhores e piores. Sobretudo, é preciso que cada escola faça uma interpretação pedagógica das escalas de proficiência e identifique estratégias que respondam às seguintes perguntas: o que fazer, para que fazer e como fazer.

Por que é importante fazer uma análise pedagógica dos resultados do desempenho do aluno, a partir das escalas de proficiência? Diversos estudos sustentam a importância dessa interpretação. Veja um exemplo a respeito.

A análise dos resultados obtidos pela escola, portanto, gera para o conjunto de seus educadores questões fundamentais: o que os alunos aprenderam e o que ainda não foi apropriado? Por que os alunos não aprenderam? Onde está o problema: nos alunos, no professor, na escola, nas metas de aprendizagem da proposta escolar e/ou nas políticas educacionais adotadas? Que novas ações precisam ser empreendidas pela equipe escolar e pelos professores de cada turma?

O que está funcionando e deve ser mantido? E assim por diante (DELMANTO et al, 2007).

Enfatizamos, anteriormente, a importância de a escola aprender a ler e interpretar pedagogicamente as escalas de proficiência. Realmente, isto é fundamental para que os resultados das avaliações externas possam contribuir para a escola reorientar suas ações, compreendendo o significado, dentre outros, das médias que obteve em determinadas avaliações.

Mas como proceder, por exemplo, no caso dos resultados da Prova Brasil? Inicialmente, é importante ressaltar que os resultados obtidos pela aplicação dessa prova são apresentados em escalas de desempenho, as quais possuem vários níveis que, por sua vez, são designados por numerais, conforme apresentado a seguir.

Quadro 10: Níveis de escala de desempenho – Prova Brasil

NÍVEIS DAS ESCALAS DE DESEMPENHO			
Língua Portuguesa		Matemática	
Nível 0	0 a 125	Nível 0	0 a 125
Nível 1	125 a 150	Nível 1	125 a 150
Nível 2	150 a 175	Nível 2	150 a 175
Nível 3	175 a 200	Nível 3	175 a 200
Nível 4	200 a 225	Nível 4	200 a 225
Nível 5	225 a 250	Nível 5	225 a 250
Nível 6	250 a 275	Nível 6	250 a 275
Nível 7	275 a 300	Nível 7	275 a 300
Nível 8	300 a 325	Nível 8	300 a 325
Nível 9	325 a 350	Nível 9	325 a 350
Nível 10	350 a 375	Nível 10	350 a 375
Nível 11	375 ou mais	Nível 11	375 a 400
		Nível 12	400 a 425
		Nível 13	425 ou mais

Fonte: INEP, 2009, p. 12

Em se tratando da Prova Brasil a mesma escala de desempenho é definida para a 4ª e a 8ª séries, relacionando-se ao que se deseja avaliar em Língua Portuguesa e Matemática. Todavia, mesmo as duas escalas variando do nível 125 até o nível 500, as habilidades dotadas de maior complexidade “[...] em Língua Portuguesa concentram-se no nível 9 (intervalo de 325-350) e para Matemática no nível 12 (intervalo de 400-425), pois na sua maioria as habilidades de níveis superiores estão relacionadas com o currículo do ensino médio e não são avaliadas na Prova Brasil” (INEP, 2009, p. 12).

Veja no quadro a seguir o detalhamento das duas escalas, com foco em Língua Portuguesa e Matemática.

Quadro 11

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 0 – ABAIXO DE 125: A Prova Brasil não utilizou itens que avaliam habilidades abaixo deste nível	
<ul style="list-style-type: none"> ★ localizar informação (exemplo: o personagem principal, local e tempo da narrativa); ★ identificar o efeito do sentido decorrente da utilização de recursos gráficos (exemplo: letras maiúsculas chamando a atenção em um cartaz); ★ identificar o tema, em um texto simples e curto. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ somar e subtrair números decimais; ★ fazer adição com reserva; ★ multiplicar e dividir com dois algoritmos; ★ trabalhar com frações
NÍVEL 1 – 125 A 150 – Os alunos da 4ª e 8ª séries:	
<ul style="list-style-type: none"> ★ localizam informações explícitas em textos narrativos curtos, informativos e anúncios; ★ identificam o tema de um texto; ★ localizam elementos como o personagem principal; ★ estabelecem relação entre partes do texto: personagem e ação; ação e tempo; ação e lugar. 	<p>Neste nível os alunos da 4ª a 8ª séries resolvem problemas de cálculo na área com base na contagem das unidades de uma malha quadriculada e, apoiados em representações gráficas, reconhecem a quarta parte de um todo.</p>
NÍVEL 2 – 150 A 175 – Além das habilidades anteriormente citadas, os alunos da 4ª e 8ª séries:	
<ul style="list-style-type: none"> ★ localizam informação explícita. Exemplo: identificando, dentre vários personagens, o principal, e, em situações mais complexas, a partir de seleção e comparação de partes do texto; ★ identificam o tema de um texto; ★ inferem informação em texto verbal (característica do personagem) e não-verbal (tirinha); ★ interpretam pequenas matérias de jornal, trechos de enciclopédia, poemas longos e prosa poética; ★ identificam o conflito gerador e finalidade do texto. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ reconhecem o valor posicional dos algoritmos em números naturais; ★ lêem informações e dados apresentados em gráfico de coluna; ★ interpretam mapa que representa um itinerário.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 3 – 175 a 200 – Além das habilidades anteriormente citadas, os alunos da 4ª e 8ª séries	
<ul style="list-style-type: none"> ★ interpretam, a partir de inferência, texto não-verbal (tirinha) de maior complexidade temática; ★ identificam o tema a partir de características que tratam de sentimentos do personagem principal; ★ reconhecem elementos que compõem uma narrativa com temática e vocabulário complexos. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ calculam resultado de uma adição com números de três algarismos, com apoio de material dourado planejado; ★ localizam informação em mapas desenhados em malha quadriculada; ★ reconhecem a escrita por extenso de números naturais e sua composição e decomposição em dezenas e unidades, considerando o seu valor posicional na base decimal; ★ resolvem problemas relacionando diferentes unidades de uma mesma medida para cálculo de intervalos (dias, semanas, horas e minutos).
NÍVEL 4 – 200 a 225 – Além demonstrar as habilidades dos níveis anteriores, na 4ª e 8ª séries os alunos	
<ul style="list-style-type: none"> ★ identificam, dentre os elementos da narrativa que contém o discurso direto, o narrador observador; ★ selecionam entre informações explícitas e implícitas as correspondentes a um personagem; ★ localizam informação em texto informativo, com estrutura e vocabulário complexos; ★ inferem a informação que provoca efeito de humor no texto; ★ interpretam texto verbal, cujo significado é construído com o apoio de imagens, inferindo informação; ★ identificam o significado de uma expressão em texto informativo; ★ inferem o sentido de uma expressão metafórica e o efeito de sentido de uma onomatopéia; ★ interpretam história em quadrinho a partir de inferências sobre a fala da personagem, identificando o desfecho do conflito; ★ estabelecem relações entre as partes de um texto, identificando substituições pronominais que contribuem para a coesão do texto; 	<ul style="list-style-type: none"> ★ lêem informações e dados apresentados em tabela; ★ reconhecem a regra de formação de uma sequência numérica e dá continuidade a ela; ★ resolvem problemas envolvendo subtração, estabelecendo relação entre diferentes unidades monetárias; ★ resolvem situação-problema envolvendo: <ul style="list-style-type: none"> - a idéia de porcentagem; - diferentes significados da adição e subtração; - adição de números racionais na forma decimal; ★ identificam propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações; ★ localizam informação em mapa.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 5 – 225 a 250 – Além demonstrar as habilidades dos níveis anteriores, na 4ª e 8ª séries os alunos	
<ul style="list-style-type: none"> ★ identificam o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação (reticências) ★ inferem a finalidade do texto; ★ distinguem um fato da opinião relativa a este fato numa narrativa com narrador personagem; ★ distinguem o sentido metafórico do literal de uma expressão; ★ reconhecem efeitos de ironia ou humor em textos variados; ★ identificam a relação lógico-discursiva marcada por locução adverbial ou conjunção comparativa; ★ interpretam texto com apoio de material gráfico; ★ localizam a informação principal. <p>Os alunos da 8ª série, neste nível, ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ inferem o sentido de uma palavra ou expressão; ★ estabelecem relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; ★ identificam o tema de textos narrativos, argumentativos e poéticos de conteúdo complexo; ★ identificam a tese e os argumentos que a defendem em textos argumentativos; ★ reconhecem o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão; 	<ul style="list-style-type: none"> ★ identificam a localização/movimentação de objetos em mapas, desenhado em malha quadriculada; ★ reconhecem e utilizam as regras do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e o princípio do valor posicional; ★ calculam o resultado de uma adição por meio de uma técnica operatória; ★ lêem informações e dados apresentados em tabelas; ★ resolvem problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas; ★ resolvem problemas: <ul style="list-style-type: none"> - utilizam a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro; - estabelecendo trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores; - com números racionais expressos na forma decimal, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração; ★ reconhecem a composição e decomposição de números naturais, na forma polinomial; ★ identificam a divisão como a operação que resolve um dada situação-problema; ★ identificam a localização de números racionais na reta numérica. <p>Os alunos da 8ª série ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ identificam a localização/movimentação de objetos em mapas e outras representações gráficas; ★ lêem informações e dados apresentados em gráficos de colunas; ★ conseguem localizar dados em tabelas de múltiplas entradas; ★ associam informações apresentadas em lista ou tabelas ao gráfico que as representam e vice-versa; ★ identificam propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações; ★ resolvem problemas envolvendo noções de porcentagem.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 6 – 250 a 275 – Além demonstrar as habilidades dos níveis anteriores, na 4ª e 8ª séries os alunos	
<ul style="list-style-type: none"> ★ localizam características do personagem em texto poético; ★ distinguem um fato da opinião relativa a este fato; ★ identificam uma definição em texto expositivo; ★ estabelecem relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; ★ inferem a finalidade do texto a partir do suporte; ★ inferem o sentido de uma palavra ou expressão; ★ identificam a finalidade do texto; ★ identificam o assunto de um poema; ★ comparam textos que tratam do mesmo tema, reconhecendo diferentes formas de tratar a informação; ★ interpretam um texto a partir de material gráfico diverso (gráficos, tabelas etc); ★ estabelecem relações entre as partes de um texto, identificando substituições pronominais que contribuem para a coesão do texto. <p>Os alunos da 8ª série:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ estabelecem relações entre as partes de um texto, reconhecendo o sentido de uma expressão que contribui para a continuidade do texto; ★ estabelecem relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc; ★ reconhecem o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/morfossintáticos; ★ identificam o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa; ★ identificam a tese e o argumento que a defendem em texto com a linguagem informal; ★ inferem informação a partir de um julgamento em textos narrativos longos; ★ inferem efeitos de ironia ou humor em narrativas curtas; ★ inferem o sentido de uma expressão em texto narrativo longo e de vocabulário complexo. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ identificam planificações de uma figura tridimensional; ★ resolvem problemas: <ul style="list-style-type: none"> - estabelecendo trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores; - envolvendo diferentes significados da adição e subtração; - envolvendo o cálculo de área de figura plana, desenhada em malha quadriculada; ★ reconhecem a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens; ★ identificam a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica; ★ estabelecem relação entre unidades de medida de tempo; ★ lêem tabelas comparando medidas de grandezas; ★ identificam propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos; ★ reconhecem a composição e decomposição de números naturais em sua forma polinomial. <p>Os alunos da 8ª série também:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ reconhecem as representações decimais dos números racionais como uma extensão dos sistema de numeração decimal, identificando a existência de “ordens” como décimos, centésimos e milésimos; ★ identificam a localização de números inteiros na reta numérica.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 7 – 275 a 300 – Além de demonstrar as habilidades dos níveis anteriores, na 4ª e da 8ª séries os alunos:	
<ul style="list-style-type: none"> ★ inferem informação em texto narrativo longo; ★ identificam relação lógico-discursiva marcada por locução adverbial de lugar, advérbio de tempo ou termos comparativos em textos narrativos longos, com temática e vocabulário complexo. <p>Os alunos da 8ª série:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ inferem informações implícitas em textos poéticos subjetivos, textos argumentativos com intenção irônica, fragmento de narrativa literária clássica, versão modernizada de fábula e histórias em quadrinhos; ★ reconhecem o efeito de sentido decorrentes da utilização de uma determinada expressão; ★ estabelecem relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; ★ reconhecem posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou tema; ★ comparam textos que tratam do mesmo tema, reconhecendo diferentes formas de tratar a informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ resolvem problemas com números naturais envolvendo diferentes significados da multiplicação e divisão, em situação combinatória; ★ reconhecem a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas; ★ identificam propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e tipos de ângulos; ★ identificam as posições dos lados de quadriláteros (paralelismo); ★ resolvem problemas: <ul style="list-style-type: none"> - utilizando divisão com resto diferente de zero; - com apoio de recurso gráfico, envolvendo noções de porcentagem; - estimam medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não; ★ Estabelecem relações entre unidades de medida de tempo; ★ Calculam o resultado de uma divisão por meio de uma técnica operatória; <p>Na 8ª série:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ identificam a localização/movimentação de objeto em mapas; ★ resolvem problema com números naturais, inteiros e racionais envolvendo diferentes operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); ★ calculam o valor numérico de uma expressão algébrica, incluindo potenciação; ★ interpretam informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas; ★ identificam um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 8 – 300 a 325 – Além de demonstrar as habilidades dos níveis anteriores, na 4ª e da 8ª séries s alunos:	
<ul style="list-style-type: none"> ★ identificam o assunto do texto em narrativas longas com vocabulário completo; ★ inferem informações em fábulas. <p>Os alunos de 8ª série:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ inferem o tema de texto poético; ★ inferem a finalidade de texto informativo; ★ identificam a opinião do autor em texto informativo com vocabulário complexo; ★ diferenciam as partes principais das secundárias de um texto; ★ interpretam tabela a partir da comparação entre informações; ★ inferem o sentimento do personagem em história em quadrinhos; ★ estabelecem relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la; ★ identificam a tese de um texto argumentativo; ★ identificam o conflito gerador do enredo; ★ reconhecem o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ resolvem problemas: <ul style="list-style-type: none"> - envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas; - envolvendo o cálculo de área de figuras planas, desenhadas em malha quadriculada; - utilizando porcentagem; - utilizando unidades de medida padronizadas como km/ m/cm/mm/kg/g/MG,l/ml; - com números racionais expressos na forma decimal, envolvendo operações de adição e subtração; ★ estimam a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencional ou não; ★ lêem informações e dados apresentados em gráficos de coluna; ★ identificam a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica. <p>Na 8ª série os alunos ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ identificam equações ou inequação do 1º grau que expressam um problema; ★ interpretam informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas; ★ resolvem problemas envolvendo: <ul style="list-style-type: none"> - o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas; - variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas. ★ efetuam cálculos com números inteiros, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); ★ identificam a movimentação de um objeto em mapa que representa um itinerário; ★ identificam mais de uma forma de representar numericamente uma mesma fração e reconhecem frações equivalentes; ★ efetuam cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); ★ resolvem problemas envolvendo informações apresentadas em tabelas ou gráficos.

Níveis de Desempenho dos Alunos	
Língua Portuguesa	Matemática
NÍVEL 9 – 325 a 350	
<p>Além das habilidades descritas anteriormente, os alunos da 8ª série localizados neste nível demonstram habilidades de leitura que envolvem compreensão global de texto; avaliação e estabelecimento de relações entre textos e partes de textos mais longos e com vocabulário complexos; inferem informações em diversos contextos, e começam a ler com compreensão textos da literatura clássica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ★ reconhecem a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas; ★ identificam fração como representação que pode estar associada a diferentes significados; ★ resolvem equações do 1º grau com uma incógnita; ★ identificam diferentes representações de um mesmo número racional; ★ calculam a área de um polígono desenhado em malha quadriculada; ★ reconhecem a representação numérica de uma fração a partir do preenchimento de partes de uma figura. <p>Na 8ª série os alunos também:</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ reconhecem círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações; ★ realizam conversão e somas de medidas de comprimento; identificam a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequência de números e figuras; ★ resolvem problemas utilizando relações entre diferentes unidades de medida; ★ resolvem problemas que envolvam equação do 2º grau; ★ identificam fração como representação que pode estar associada a diferentes significados; ★ resolvem problemas: <ul style="list-style-type: none"> - envolvendo a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, utilizando várias operações (adição, subtração, multiplicação e divisão); - utilizando as relações métricas do triângulo retângulo; ★ reconhecem que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.

As habilidades apresentadas a seguir referem-se apenas ao componente curricular Matemática.

Níveis de Desempenho dos Alunos

Matemática

NÍVEL 10 – 350 a 375

- ★ estimam a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencional ou não;
- ★ identificam propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações;
- ★ calculam o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.

Na 8ª série os alunos também:

- ★ resolvem problemas envolvendo:
 - o cálculo da área e perímetro de figuras planas;
 - o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malha quadriculada;
 - ângulos, inclusive utilizando a Lei angular de Tales e utilizando o Teorema de Pitágoras;
 - noções de volume;
 - relações métricas do triângulo retângulo a partir de apoio gráfico significativo.
- ★ reconhecem as diferentes representações de um número racional;
- ★ estabelecem relação entre frações próprias e impróprias, as suas representações decimais, assim como localizam-nas na reta numérica;
- ★ efetuam cálculos simples com valores aproximados de radicais;
- ★ identificam uma equação ou inequação do 1º grau que expressa um problema;
- ★ interpretam informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas;
- ★ reconhecem as representações dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal; identificando a existência de “ordens” como décimos, centésimos e milésimos;
- ★ identificam relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades;
- ★ efetuam cálculos com números inteiros, envolvendo as operações (adição; subtração; multiplicação; divisão e potenciação);
- ★ identificam quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares);
- ★ identificam frações equivalentes;
- ★ efetuam somatório e cálculo de raiz quadrada;
- ★ efetuam operações com expressões algébricas;
- ★ identificam as medidas que não se alteram (ângulos) e as que se modificam (perímetro, lado e área) em transformações (ampliações ou reduções) de figuras poligonais usando malhas quadriculadas;
- ★ reconhecem ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.

NÍVEL 11 – 375 a 400

- ★ reconhecem círculo/ circunferência, seus elementos e algumas de suas relações;
- ★ identificam propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos;
- ★ efetuam operações com números racionais, envolvendo a utilização de parênteses (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação);
- ★ reconhecem expressão algébrica que representa uma função a partir de uma tabela;
- ★ reconhecem figuras semelhantes mediante o reconhecimento de relações de proporcionalidade;
- ★ identificam:
 - a localização de números racionais na reta numérica;
 - propriedade de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos;
 - propriedades comuns e diferentes entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com as suas planificações ;
 - a relação as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações do 1º grau;
- resolvem problemas:
 - envolvendo noções de volume;
 - envolvendo porcentagem;
 - utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos interno nos polígonos regulares);
 - utilizando relações métricas do triângulo retângulo;
 - interpretando informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.

Níveis de Desempenho dos Alunos

Matemática

NÍVEL 11 – 400 a 425

- ★ reconhecem ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos;
- ★ identificam a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões);
- ★ calculam o diâmetro de circunferências concêntricas;
- ★ resolvem problemas:
 - envolvendo equação do 2º grau;
 - utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, números de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares);
 - envolvendo variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.

Fonte: INEP, 2009, p. 16-25

Após analisar a escala de proficiência da Prova Brasil para os dois componentes curriculares, você pode estar fazendo, a si mesmo, a seguinte pergunta: por que a referida escala considera os mesmos itens tanto para a 4ª quanto para a 8ª série?

Vejamos, então, um exemplo a respeito dessa questão. Na referida escala, 200 mostra os níveis mínimos esperados dos alunos brasileiros, nos dois componentes curriculares. Todavia, de acordo com Delmanto et al (2007), tomando como referência esse ponto da escala, o desempenho dos nossos alunos, em 2005, ainda necessitava avançar bastante.

No nível 200 da escala, considerado adequado para a 4ª série, estão 14% dos alunos brasileiros dessa série e 23% dos de 8ª. Nesse nível, os alunos de ambas as séries, frente a anedotas, fábulas e textos com linguagem gráfica pouco usual, ou textos narrativos mais complexos, poéticos, informativos longos ou com informação científica, começam a estabelecer relações entre partes de um texto pela identificação de substituições pronominais ou lexicais e a reconhecer diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em textos distintos.

Dados preocupantes: 74% dos alunos de 4ª e 29% dos de 8ª ainda não atingiram esse nível.

Segundo as metas estabelecidas pelo movimento Todos pela Educação, 200 é o nível mínimo a ser atingido por alunos da 4ª série do ensino fundamental. É importante lembrar que a média dos alunos brasileiros de 4ª série na Prova Brasil – 2005 foi 174,14. (p. 26).

Para ilustrar como um mesmo nível da escala avalia alunos das duas séries, reproduzimos a seguir dois textos, retirados da Prova Brasil 2005, cuja intenção era avaliar se os estudantes apresentavam duas habilidades básicas:

- ★ realizar leitura para além dos elementos superficiais do texto (reconhecendo recursos expressivos utilizados pelo autor para produzir efeitos de ironia ou humor);

- ★ (re)construir sentidos a partir da utilização de notações como negrito, itálico, tamanho da fonte ou utilização da pontuação.

Leia os dois textos com atenção.

(4ª série) Continho

Era uma vez um menino triste, magro e barrigudinho. Na soalheira danada de meio-dia, ele estava sentado na poeira do caminho, imaginando bobagem, quando passou um vigário a cavalo.

— Você, aí, menino, para onde vai essa estrada?

— Ela não vai não: nós é que vamos nela.

— Engraçadinho duma figa! Como você se chama?

— Eu não me chamo, não, os outros é que me chamam de Zé.

MENDES CAMPOS, Paulo. Para gostar de ler: crônicas. São Paulo: Ática, 1996. v.1, p. 76.

Há traço de humor no trecho:

(A) “Era uma vez um menino triste, magro”. (l. 1)

(B) “ele estava sentado na poeira do caminho”. (l. 2)

(C) “quando passou um vigário”. (l. 2-3)

(D) “Ela não vai não: nós é que vamos nela”. (l. 5)

A alternativa “d”, em negrito, corresponde à resposta certa. Observe que esse item tem o objetivo de avaliar se um aluno de 4ª série consegue, de fato, identificar os recursos linguísticos de ironia ou humor em textos de variados gêneros. No caso apresentado, é importante verificar se o aluno dessa série identifica o efeito humorístico provocado pela interpretação literal, isto é, tomado ao pé da letra que o personagem revela de expressões corriqueiras em nossa língua.

Veja, agora, um exemplo, relativo ao conhecimento que se deseja avaliar em um aluno de 8ª série, tomando o mesmo nível (200) como referência.

8ª série



No terceiro quadrinho, os pontos de exclamação reforçam a idéia de:

- (A) comoção.
- (B) contentamento.
- (C) desinteresse.**
- (D) surpresa.

A alternativa (c), em negrito, é a que se espera que o aluno assinale. No item em questão, o objetivo é avaliar a habilidade do estudante para ler um texto com elementos não-verbais, no qual também são evidenciados elementos de humor ou ironia.

Observe que, nos dois casos, há a intenção de avaliar a habilidade de o aluno relacionar diferentes ideias apresentadas a respeito de um mesmo tema. Essa é uma habilidade presente no nível 200 da escala de proficiência da Prova Brasil, tanto na 4ª quanto na 8ª série, em Língua Portuguesa.

Conheça a escala de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática para a Prova Brasil, na íntegra e atualizada, acessando o site www.inep.gov.br.

Para melhor compreender a relação entre os níveis de desempenho apresentados, Delmanto et al (2007) fazem uma interessante analogia, ressaltando que podemos pensar nas escalas da Prova Brasil associando-as a um termômetro. Mas por que é possível essa analogia? Por dois motivos básicos:

- a) por que tanto em um caso como no outro, não se começa a contar do zero;
- b) quanto mais elevado é o nível a que se chega, maior é o desempenho alcançado.



Atividade 16

 30 minutos

Caro(a) gestor(a), quando discutimos os resultados da Prova Brasil, é importante lembrar que não existe uma única média por escola, mas uma média para cada série avaliada em cada escola.

Considerando essa premissa, imagine que a escola onde você atua, em relação à última edição da Prova Brasil, tenha obtido média de proficiência em Língua Portuguesa de 186,22 e em Matemática de 193,68, referindo-se aos dois resultados da 8ª série do Ensino Fundamental. Suponha, também, que esses percentuais tenham deixado a escola, respectivamente, em 14ª e 16ª posição em um total de 83 escolas situadas em seu município.

Considerando essas médias e a escala de desempenho apresentada, faça o que se pede:

- a) Identifique e analise o significado desses resultados, com base na escala da Prova Brasil.

.....

.....

.....

.....

.....

- b) Em seguida, sugira três ações para melhorar os resultados alcançados, bem como três estratégias para acompanhar e avaliar as ações sugeridas.

Resultados da última edição da Prova Brasil na Escola X – 8ª série		
Aspectos a considerar \ Disciplinas	Língua Portuguesa	Matemática
Ações sugeridas para melhorar os resultados alcançados	-	-
	-	-
	-	-
Estratégias sugeridas para acompanhar e avaliar as ações definidas	-	-
	-	-
	-	-

Comentário

Sem dúvida, o conhecimento das escalas de proficiência é importante, dentre outros motivos, porque pode ajudar você, como gestor(a), e sua equipe de trabalho, bem como os professores na compreensão do papel e importância da avaliação em larga escala, incorporando-o ao projeto pedagógico da escola.

É importante que os resultados obtidos pela escola sejam analisados pedagogicamente, numa perspectiva formativa, visando à busca de alternativas para superar os problemas identificados, anteriormente discutidos.

Nessa linha de raciocínio, as causas que podem explicar porque a escola alcançou os resultados indicados no comando da atividade, em relação a cada uma das duas disciplinas, devem ser analisadas cuidadosamente, considerando as várias dimensões da gestão da escola e da sala de aula. Além disso, é fundamental que você sinalize as ações definidas pela escola para melhorar os resultados, bem como as estratégias para acompanhar e avaliar o andamento dessas mesmas ações.

Os resultados da escola na Prova Brasil são disponibilizados no site do INEP. Todavia, eles chegam a cada unidade escolar por meio de um conjunto de cartazes impressos: Cartaz A (Avaliação do Rendimento Escolar), Cartaz B (Dados de sua escola) e Cartaz C (Desempenho de sua escola). Particularmente, os cartazes B e C também são disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em seu site.

Para conhecer os resultados da escola onde você atua, descrito nos dois últimos cartazes, basta acessar o site www.inep.gov.br, localizar a Prova Brasil e, em seguida, localizar os dados de sua escola clicando em “Pesquisar escola”.

Vejamos do que tratam esses dois cartazes. O Cartaz B mostra indicadores do Censo Escolar e sua adequada utilização pode orientar os gestores escolares, como você, bem como os coordenadores pedagógicos a produzirem análises estabelecendo relações entre esses dados e as informações sobre os resultados da Prova Brasil que aparecem no Cartaz C.

Assim, a interpretação dos dados constantes no Cartaz B possibilita a escola perceber sua situação em relação às demais escolas que formam o sistema educacional brasileiro, comparando seus resultados com os do município, do Estado e do país. Além disso, permite levantar hipóteses para compreender porque a escola alcançou determinados resultados.

Observe a seguir os três cartazes – A, B e C – lembrando que esses dois últimos apresentam os dados/resultados da escola.

Ministério da Educação Destaque do governo

INEP Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar **Saeb** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

fio m x 18

Início PROFESSOR GESTOR PAIS

Página inicial

Menu Principal

- Prova Brasil e Saeb
- Resultados
- Downloads
- Legislação
- Notícias
- Perguntas frequentes
- Campanha 2007
- Comente este site

Confira aqui os resultados da Prova Brasil 2007

Prova Brasil de 5 a 20 de novembro

Prova Brasil e Saeb 2007

Usuários On-line
Temos 30 visitantes on-line

Portal do Inep | Dúvidas sobre Arquivos | Fale Conosco

Prova Brasil **Dados da sua escola** (Cartaz B - 26769)

4ª série do Ensino Fundamental Quantos participaram **8ª série do Ensino Fundamental**

4ª série do Ensino Fundamental				8ª série do Ensino Fundamental			
Alunos participantes				Alunos participantes			
625.093	Escolas estaduais do Brasil			947.514	Escolas estaduais do Brasil		
1.349.813	Escolas municipais do Brasil			473.127	Escolas municipais do Brasil		
85.348	Escolas estaduais de seu estado			131.961	Escolas estaduais de seu estado		
283.763	Escolas municipais de seu estado			76.314	Escolas municipais de seu estado		
27.574	Escolas estaduais de seu município			25.056	Escolas estaduais de seu município		
76.084	Escolas municipais de seu município			43.189	Escolas municipais de seu município		
67	Sua escola			72	Sua escola		

4ª série do Ensino Fundamental "Indicadores Educacionais" Censo Escolar **8ª série do Ensino Fundamental**

4ª série do Ensino Fundamental				8ª série do Ensino Fundamental			
Brasil	UF	Município	Escola	Brasil	UF	Município	Escola
2004							
Aprovação							
84,4	90,3	87,6	89,6	76,6	82,3	80,7	79,6
Reprovação							
11,2	8,9	11,3	10,5	12	12,7	14	19
Abandono							
4,4	0,8	1,1	0	11,2	6	6,3	9,2
2005							
Média de horas-aula diárias							
4,3	4,7	4,4	4	4,4	5	4,6	4,3
Docentes com curso superior							
57	72,6	71,3	100	87,2	99,3	99,7	100
Distorção idade-série							
26,0	11	13,2	13,4	39,9	19,6	23,8	13,1

Calculado com base apenas nas escolas que participam da Prova Brasil

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Amélio Teixeira - INEP **Ministério da Educação**

Prova Brasil **Desempenho da sua escola** (Cartaz C - 26769)

Distribuição percentual de alunos e média posicionada nas escalas **Médias comparadas**

Língua Portuguesa 4ª série 8ª série

Média 8ª série: 248,40

Média 4ª série: 180,43

Menor que 125

Maior ou igual a 350

4ª SÉRIE	Brasil	8ª SÉRIE
177,81	Escolas estaduais	326,81
174,16	Escolas municipais	221,87
174,14	Total	225,17
Seu estado		
184,32	Escolas estaduais	276,32
186,08	Escolas municipais	221,87
182,54	Total	226,31
Seu município		
183,73	Escolas estaduais	326,71
188,36	Escolas municipais	226,46
179,88	Total	277,99
184,35	Sua escola	228,88

Matemática 4ª série 8ª série

Média 8ª série: 209,35

Média 4ª série: 184,35

Menor que 125

Maior ou igual a 375

4ª SÉRIE	Brasil	8ª SÉRIE
182,83	Escolas estaduais	241,17
179,87	Escolas municipais	220,87
181,90	Total	220,88
Seu estado		
188,08	Escolas estaduais	243,54
187,42	Escolas municipais	243,08
187,71	Total	243,27
Seu município		
185,57	Escolas estaduais	249,11
179,79	Escolas municipais	226,64
179,21	Total	239,53
184,35	Sua escola	228,38

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Amélio Teixeira - INEP **Ministério da Educação**

Uma das metas mais importantes da Prova Brasil é ajudar as escolas, a partir da análise dos resultados obtidos, na definição de suas atividades pedagógicas, sempre tomando como foco o sucesso da aprendizagem do aluno. Todavia, como você sabe, nenhum dado decorrente dos processos avaliativos se garante por si só: é preciso que os interessados nesses processos analisem os dados obtidos e definam ações que levem à mudança do quadro diagnosticado.

Uso dos resultados das avaliações externas no aperfeiçoamento do projeto pedagógico

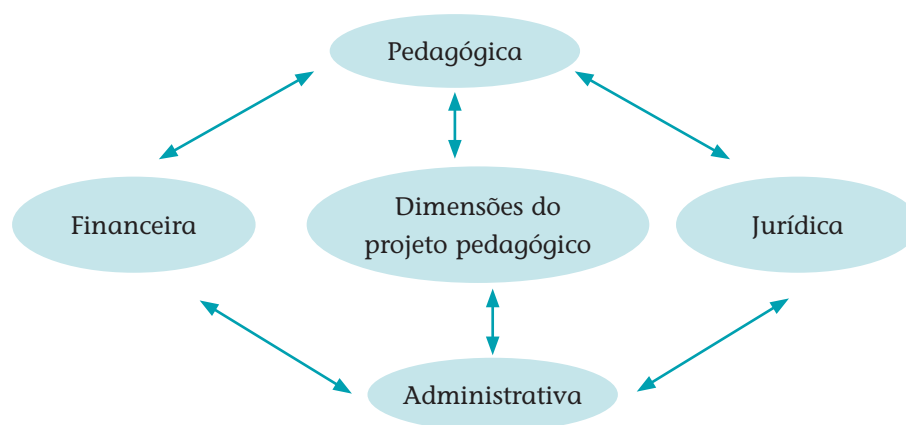
Ainda que a aprendizagem ocorra em diferentes espaços da vida social, a escola é uma instituição social que socializa o saber sistematizado e ensina caminhos que possibilitam o acesso a esse mesmo saber. Dessa forma, é fundamental que sua gestão ocorra de forma a possibilitar a construção da pedagogia do sucesso da aprendizagem do aluno, o que leva ao desafio permanente da qualidade em educação, como discutido na Unidade 1 deste Módulo.

Você e sua equipe gestora certamente têm a dimensão de como é grande a responsabilidade da escola, quando o foco é a formação plena dos indivíduos. Por outro lado, é imprescindível considerar que cada escola, ainda que possua uma identidade que a particularize das demais, não se mostra dissociada de uma rede municipal ou estadual que, por sua vez, está ligada a um sistema educacional mais amplo. Em função disso, a escola realiza seu trabalho, a partir de dois pólos:

- ★ construindo sua autonomia, à medida que discute e encaminha estratégias para elaborar coletivamente seu projeto pedagógico;
- ★ seguindo uma política educacional que lhe oferece referências para estruturar seu trabalho.

Assim, cabe à gestão colocar em prática as diretrizes que estabelecem o tipo de sujeito que se quer formar, aplicando as diretrizes emanadas pela política educacional, formulada em níveis municipal, estadual e federal. Nessa necessária articulação, situam-se os resultados obtidos pela escola nas avaliações externas, como, por exemplo, a Prova Brasil e o SAEB.

Como você teve a oportunidade de discutir no Módulo III do Progestão, na constante avaliação do seu projeto pedagógico, a escola considera quatro dimensões interdependentes e que influenciam diretamente o trabalho que ela produz – pedagógica, administrativa, financeira e jurídica – como ilustrado a seguir.

Figura 3: Dimensões do projeto pedagógico da escola

Os movimentos de construção do projeto pedagógico buscam uma ação organizada e transformadora da escola, permitindo-lhe: “[...] renovar as relações cotidianas de trabalho; (re)significar as ações desenvolvidas pelo coletivo da escola; reorganizar os espaços escolares; redefinir o alcance das mediações pedagógicas” (SOUSA e CORRÊA, 2002, p. 67-68).

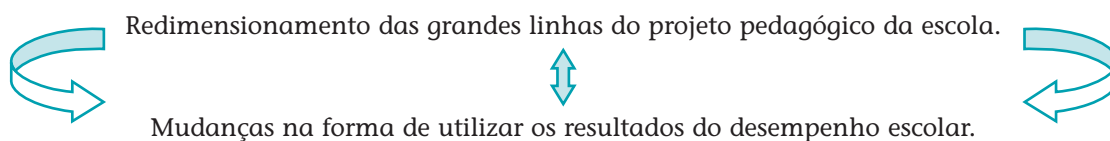
Conforme Sousa (2006), é importante pensar essas dimensões à luz de princípios diversos como, por exemplo: relação escola-comunidade; gestão democrática; democratização do acesso e da permanência do aluno na escola; autonomia; organização curricular; qualidade de ensino; e valorização dos profissionais da educação.

Mas como a escola pode relacionar os resultados que obteve nas avaliações externas com a prática pedagógica que desenvolve, visando o aperfeiçoamento desta? O que é importante ficar claro para a escola é o seguinte: esses resultados são indispensáveis para avaliar sua gestão pedagógica, bem como para a revisão contínua do seu projeto pedagógico.

Certamente, não há uma receita ou fórmula pronta para a escola realizar isso, mas também ela não pode desconsiderar determinadas questões que afetam, diretamente, os resultados do seu trabalho. Nesse sentido, pode discutir com os professores, por exemplo, as estratégias de ensino que vêm sendo adotadas em sala de aula e a relação que essas estratégias têm com os resultados do desempenho dos alunos, evidenciados nas avaliações externas.

Ao redimensionar sua gestão pedagógica, a escola melhora sua compreensão dos fatores que interferem no desempenho escolar, tomando o trabalho produzido pelos seus atores como referência, com vistas à construção coletiva do seu projeto pedagógico.

Na Unidade 4 você estudará, de forma mais detalhada, os fatores que influenciam o desempenho escolar.



Em geral, quando a escola desencadeia um processo de autoavaliação e utiliza procedimentos como os mencionados, ela deve desenvolvê-los de forma articulada. Esse cuidado é importante, dentre outros, porque a mudança na gestão da escola enfrenta dificuldades e resistências, por parte de alguns grupos.

Por último, lembramos que os resultados das avaliações em larga escala precisam ser utilizados pela escola, visando o redimensionamento do seu projeto pedagógico. Então, é grande a importância de esses resultados serem usados pelos docentes visando a contribuir para planejamento do seu próprio trabalho. Veja como Amaral (2007) nos ajuda a entender essa questão, ao ressaltar a relação existente entre a análise pedagógica dos resultados das avaliações externas e o processo de democratização da educação escolar, no cenário brasileiro.

Há já algum tempo – mais de uma década – que os bons educadores vêm sentindo e denunciando o baixo rendimento escolar dos alunos, em especial os das diferentes redes públicas. Exames como o Enem, o Enade, o Saeb e, mais recentemente, o Anresc só têm feito confirmar o que os educadores, em sua prática, já haviam constatado. Ao ignorar os resultados das avaliações em grande escala, a escola pública brasileira tem vivido uma situação de “faz-de-conta”, em que supostamente está promovendo a inclusão das camadas populares, mas que, na verdade, ao falhar em sua missão de promover aprendizagem de qualidade para todos, está contribuindo perversamente para a sua exclusão social (p. 5).



Resumo

O objetivo da Prova Brasil não é avaliar cada aluno, mas permitir a produção de informações sobre os níveis de aprendizagem revelados pelo conjunto de estudantes de determinada série (4ª e/ou 8ª do Ensino Fundamental), por unidade escolar e respectivas redes de ensino. Nesse sentido, ela visa a possibilitar conhecer a realidade de cada escola, do ponto de vista do desempenho dos seus alunos

A natureza e metodologia de aplicação dessa prova permitiram que, pela primeira vez, no país, as escolas pudessem ser avaliadas e receber os resultados de uma avaliação em larga escala, realizada pelo governo federal, podendo se identificar nesses mesmos resultados. Da mesma forma, Estados, Distrito Federal e municípios tiveram acesso às informações relativas ao conjunto das escolas sob sua administração.

Na disseminação dos resultados de uma avaliação externa, como a Prova Brasil, é importante que sejam disponibilizados materiais para a compreensão de cada tipo de público (professor, gestores da escola e de outras instâncias do sistema educacional, pais etc.). Isso é necessário para permitir a compreensão, pelos vários destinatários da avaliação, do que se espera que seja realizado com os resultados obtidos.

De acordo com Soares et al (2003), a divulgação dos resultados da avaliação externa precisa ser acompanhada de ações objetivas e claras para a melhoria da escola. Isso é importante, sobretudo, porque os testes, ou as médias de desempenho decorrentes dessas avaliações, fora do seu contexto de produção, podem servir apenas para simples comparações que, ao invés de terem um caráter formativo, acabam nada construindo.



Leituras Recomendadas

- a) DELMANTO, D.; AOKI, E.; SOARES, F. J.; MANSUTTI, M. A., ZELMANOVITS, M. C.; FRANCO, M. E. P. B.; LONGATO, S. R. & SILVA, S. M.. Prova Brasil na escola. São Paulo: Fundação Tide Setúbal; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/CENPEC, 2007, 62 p.

Este material é destinado, principalmente, aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores de Ensino Fundamental, e trata da concepção e operacionalização da Prova Brasil, no contexto das políticas públicas destinadas a educação, com foco na avaliação externa. Adotando uma linguagem didática e contextualizada, visa a contribuir para a compreensão dessa prova no contexto dos exames nacionais para medir indicadores de aprendizagem dos alunos.

A reflexão proposta é de natureza pedagógica e tem dois grandes objetivos: a) que os educadores compreendam a organização da referida prova, as competências e habilidades medidas e os níveis de aprendizagem estabelecidos; b) que as escolas utilizem, com intenção também pedagógica, os resultados da prova para propor intervenções pedagógicas que se mostrem adequadas e necessárias à melhoria da qualidade do ensino que ofertam.

Do ponto de vista do conteúdo, o material é organizado em três partes principais. Na primeira, discute a Prova Brasil sob os olhares da mídia e dos educadores, sua concepção e elementos constitutivos. Em seguida, o texto aborda os focos em Língua Portuguesa e Matemática, destacando níveis, escalas de proficiência e habilidades a serem avaliadas nessas duas áreas curriculares, na 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.

Indicamos este material para sua leitura porque, além de questões metodológicas e conceituais da Prova Brasil, ele apresenta várias sugestões para os educadores trabalharem tanto no âmbito da escola quanto em outros que extrapolem os muros dessa instituição.

- b) GUARÁ, I. M. F. R. (org. e coord.). **Cadernos CENPEC** – Avaliação em educação. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Ciência e Cultura/ CENPEC, n. 3, jan.-março, 2007, 167 p.

Esta obra é composta por vários textos que “avaliam a avaliação”, discutindo temas diversos, como: padrões de desempenho escolar, indicadores educacionais, cultura avaliativa, estatísticas para melhorar o conhecimento de letras e números, relação entre ética e avaliação.

O formato dos textos que compõem a obra varia – artigos, registros de debates e relatos de experiência. No primeiro caso, os textos apresentam reflexões de especialistas a respeito dos temas mencionados; no segundo, é um interessante debate entre vários teóricos, discutindo o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados. Os relatos de experiência também são variados, abordando diferentes áreas curriculares, indicadores de qualidade na educação e programas para aumentar a escolaridade.

Ao final da obra, é apresentada uma rica relação de sites, livros e filmes que possibilitam a ampliação do entendimento a respeito do campo da avaliação, com foco no rendimento dos alunos, dos sistemas educacionais e das redes de ensino de Educação Básica.

A leitura dos vários artigos dessa obra é bastante agradável e importante para complementar a discussão feita na unidade.

Pesquisa na internet

Como também já registramos, os dados decorrentes da Prova Brasil encontram-se disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é um órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Apresentamos, a seguir, uma cópia do referido site para que você possa visualizá-lo melhor. Veja como acessar os dados da Prova Brasil, com o objetivo de identificar os resultados de sua escola.

- ★ Após acessar à internet, entre na página principal do INEP, digitando na barra de endereços <http://www.inep.gov.br/>;
- ★ Clique em Prova Brasil e SAEB;
- ★ Na página da Prova Brasil, clique em “Prova Brasil [ano da última edição realizada]”;
- ★ Na mesma página acesse Resultados da Prova Brasil [do ano da última edição realizada]”. Acesso ao sistema.

Na mesma página, você terá acesso a algumas informações básicas sobre a Prova Brasil. Faça a leitura dessas informações porque elas podem ajudá-lo a entender melhor a natureza da prova.

4

Apropriação de contribuições das políticas públicas para a gestão pedagógica



Introdução

Não há uma única maneira de ser competente em relação a um problema ou situação, nem há somente um comportamento observável correto
(LE BOTERF, 2003).

Como você teve a oportunidade de estudar, ao longo das três unidades anteriores deste Módulo X, a qualidade do desempenho escolar é ponto central na agenda das políticas educacionais do país. Os resultados das avaliações externas realizadas no âmbito do sistema educacional brasileiro têm sinalizado a necessidade de buscar caminhos e estratégias variadas para melhorar a qualidade do ensino ofertado por nossas escolas.

Todavia, a melhoria da qualidade do ensino, garantida por lei e por diretrizes governamentais, só se realiza na prática cotidiana da escola e sob a gestão de dirigentes escolares comprometidos com a gestão pedagógica. Por isso, seu papel é altamente importante na condução dos aspectos pedagógicos da escola sob sua orientação. É preciso que cada escola, ao mesmo tempo em que discute o conteúdo e os rumos das políticas educacionais, crie estratégias para se apropriar dos resultados das avaliações externas, utilizando-os em benefício da melhoria da aprendizagem dos alunos e do desempenho dos professores, que termina por se revelar nos resultados alcançados pela escola.

Nesta quarta e última unidade do Módulo X, você estudará como a escola pode se apropriar das contribuições das políticas públicas para sua gestão pedagógica. Para tanto, a presente unidade está estruturada em três partes. Na primeira, é abordado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Plano de Ações Articuladas (PAR). Em seguida, são apresentados os fatores que se mostram associados à promoção da aprendizagem. Por último, são destacados aspectos importantes para sua atuação, como gestor(a), a partir das reflexões feitas ao longo das quatro unidades que compõem este Módulo.

Você, gestor(a), terá a oportunidade de rever o Projeto Pedagógico sob a ótica do IDEB, do PAR e das avaliações externas em larga escala, identificando possibilidades de trabalhar seus desdobramentos com a comunidade escolar, orientado também pelo compromisso com a construção da qualidade.



Objetivos específicos

- ★ Rever o projeto pedagógico à luz das matrizes de referência.
- ★ Descrever os diferentes fatores que se mostram associados ao rendimento escolar, apoiando-se na concepção de avaliação em larga escala.



Atividade inicial

 15 minutos

Caro(a) Gestor(a), você está convidado(a) a examinar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e identificar o papel e a relevância do IDEB para a educação nacional. Primeiro, é apresentado um exemplo para sua análise. Esse exemplo foi retirado do site do INEP.

Observe atentamente a ilustração e o quadro a seguir. Veja os resultados alcançados em 2007 e os projetados até 2021.

Identifique a distância entre os índices alcançados e projetados para cada um dos anos indicados. Examine o que isto significa em termos da qualidade da educação do Brasil.

Os dados a seguir são copiados do Site do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IDEB

Resultados e Metas

- Brasil
- Sistema Estadual
- Sistema Municipal
- Escola

Selecione uma Unidade de Federação:

BAHIA

Selecione um Município:

SALVADOR

Selecione uma Escola:

Escola X

Tabela 1 – IDEB observado em 2005-2007 e Metas para Escola X.

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,9	4,9	5,0	5,3	5,7	5,9	6,2	6,4	6,7	6,9
Anos Finais	4,1	4,1	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar.

Observação: os dados são reais, contudo foi preservada a identidade da escola.

Comentário

Você teve a oportunidade de observar que a escola selecionada manteve o mesmo IDEB, em 2005 e 2007, para as séries iniciais, não atingindo o IDEB projetado para 2007. Com relação aos anos finais, a escola selecionada atingiu a meta prevista para 2007, desde o ano de 2005. Contudo, isso não significa que possa negligenciar o trabalho pedagógico. Apenas sinaliza que a escola e seu corpo técnico-administrativo estão, nesse momento, relativamente bem pedagogicamente com relação às séries finais, mas precisam continuar cuidando da qualidade para atingirem níveis mais altos, atender às metas e, na medida do possível, ultrapassá-las.

Como vimos nas unidades anteriores, qualidade é como uma plantinha, ou mesmo como uma árvore robusta, que precisa ser cuidada e regada continuamente. Ela precisa ser acompanhada, monitorada para manter suas características básicas e evoluir em boas condições. Cada estágio de desenvolvimento precisa ser bem cuidado, adubado. Assim é a qualidade do trabalho escolar.

O ideal é que a cada ano a escola se supere, atingindo até níveis mais altos que o projetado pelas metas das políticas do IDEB que, inicialmente, é 6 na escala de possibilidades de 0 a 10. O Brasil não pode se limitar ao IDEB igual a 6 no ano de 2021. É possível e desejável ultrapassá-lo, não é verdade?

Mas, o que significa o IDEB?

O site <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/ideb/default.asp> apresenta a seguinte explicação sobre o IDEB, vejamos:

O IDEB integra informações de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), dados do Censo Escolar da Educação Básica e os resultados da Prova Brasil, que é aplicada pelo INEP aos estudantes ao final de cada etapa da Educação Básica. (...) pode ser resumida assim: quanto menos tempo os alunos de uma escola levam para completar determinada etapa do ensino, e quanto mais altas são as notas deles na Prova Brasil, melhor será o IDEB dessa escola. A escala vai de zero a dez. O IDEB

pretende responder: o que os alunos estão aprendendo, e em quanto tempo? Para isso, o índice propõe a combinação de resultados de exames e números sobre aprovação e evasão fornecidos pelas escolas.

A seguir, há uma segunda atividade sobre o IDEB.



Atividade 17

 15 minutos

Caro(a) gestor(a) consulte o site **<http://ideb.inep.gov.br>** e siga as instruções apresentadas para poder identificar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional, o do estado, o do município e da escola sob sua responsabilidade. Para isso, o site apresenta quatro passos. Em cada passo, há várias possibilidades.

No primeiro passo: selecione, inicialmente, sistema estadual.

No segundo passo: selecione um estado, isto é, uma unidade da federação, preferencialmente o seu Estado.

Veja o IDEB do seu Estado. Examine-o desde 2005 até as projeções que chegam a 2021.

No terceiro passo: selecione sistema município – depois, o município de sua escola.

Veja o IDEB do **município selecionado**. Examine-o desde 2005 até as projeções que vão até 2021.

No quarto passo: selecione escola. Você pode selecionar a sua escola ou qualquer outra.

Veja o IDEB da escola selecionada. Examine-o desde 2005 até as projeções para 2021.

Em seguida, avalie a distância entre o IDEB obtido pela escola selecionada e o IDEB projetado para os anos subsequentes.

Pense: o que é necessário fazer para atingir o IDEB projetado ou até mesmo ultrapassá-lo? Essas respostas podem ser buscadas com o conjunto de professores e demais membros das comunidades escolar e local.



Comentário

Após identificar o IDEB, compartilhe com seus colegas de trabalho, demais membros das comunidades escolar e local. Juntos, explorem as diversas possibilidades e estratégias que são necessárias para atingir melhor desempenho escolar e elevar o IDEB.

O trabalho pedagógico coletivo é uma opção importante na busca de alternativas para melhorar o desempenho escolar e propiciar equidade. Como você viu em algumas das experiências bem sucedidas apresentadas neste Módulo, a ação pedagógica pode trabalhar com mais propriedade se contar com o apoio dos familiares e demais categorias

de profissionais da comunidade. Frequentemente, é necessária a união das várias instâncias da sociedade para dar suporte ao desenvolvimento pedagógico dos estudantes.

Lembre-se que elevar desempenho escolar significa mobilizar todos os profissionais da educação, membros da comunidade local e recursos físicos, materiais e financeiros, em prol de aprendizagens significativas a cada estágio do desenvolvimento dos estudantes. Significa, ainda, evitar evasão e manter o equilíbrio entre idade dos estudantes e a série de estudos apropriada.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Plano de Ações Articuladas (PAR)

O Brasil, a exemplo de outras nações, iniciou a implantação de um sistema de avaliação em larga escala em 1990. Essa implantação foi antecedida por um longo período de estudos e discussões, desde o final dos anos de 1980, período no qual foram realizados seminários internacionais dos quais participaram países como Peru, Japão, Inglaterra, Estados Unidos, e outros que na época já tinham muita experiência com avaliações externas e cujas primeiras iniciativas remontam ao período de pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, 1945 .

O Brasil não é, pois, o único país a usar avaliações em larga escala para acompanhar o desempenho escolar. Há muitos estudos em países como Estados Unidos, Inglaterra e outros, que as aplicam regularmente, pelo menos desde a década de 1970, para identificar a qualidade das experiências sistematizadas pelas escolas. Segundo a literatura internacional, onde tais medidas foram adotadas, o desempenho escolar tendeu a crescer mais rapidamente e as dificuldades de aprendizagem tendem a ser mais cuidadas pela equipe pedagógica da escola, pois ficam mais evidenciadas, assim as políticas educacionais conseguem focar as melhorias dos aspectos que necessitam mais atenção e aprimoramento.

A meta educacional brasileira é a de atingir, até 2021, os mesmos patamares educacionais que os países desenvolvidos demonstram hoje. Um dos índices usados para identificar o patamar educacional é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – conhecido amplamente como IDEB. Esse índice tem grande importância para planejadores, avaliadores, enfim para todos os que precisam tomar decisões relativas às políticas de elevação da qualidade educacional e para aqueles que as põem em prática, cotidianamente.

Conceituando o IDEB, é possível dizer que é um índice que varia de 0 a 10. Ele indica se os alunos do ensino básico de todo o Brasil estão aprendendo os conteúdos previstos para a idade e a série adequadas. Toda escola tem um índice, que pode ser acessado no site indicado inicialmente, pelo grande público e pelas famílias dos estudantes para acompanharem o desenvolvimento dos filhos.

O IDEB é um indicador engenhoso, que combina a velocidade de avanço dos alunos dentro da escola com o nível de rendimento nos testes da Prova Brasil. Foi calculado para a 4ª e a 8ª séries e para a última série

do ensino médio. Quanto menos repetência, maior o índice. Quanto mais altos os escores na Prova Brasil, maior o índice. O IDEB premia municípios ou escolas cujos alunos aprendem mais e repetem menos. Portanto, se a escola aprovar quem não sabe, para reduzir a repetência, perderá nos escores de rendimento escolar. A que peneirar os melhores, com o objetivo de gerar escores superiores, terá mais repetência, puxando para baixo o índice (CASTRO, 2007, p. 12).

O IDEB permite que a comunicação do desempenho da escola seja transparente, sendo possível identificar o resultado dos investimentos realizados com a educação pública. Dentre os vários usos e funcionalidades do IDEB, destacam-se:

- a) a avaliação é padrão e universal, retrata as condições gerais do desempenho escolar nacional, oferecendo um diagnóstico amplo;
- b) cada escola toma consciência de sua posição em relação às demais e pode empreender ações para superar seus limites (ver Unidade 3);
- c) informações relevantes sobre a eficiência de determinada escola podem ser obtidas pela comparação com outras escolas próximas, e que tenham público similar, a partir do que é possível adotar em procedimentos específicos para evitar a exclusão de alunos, a reprovação e a defasagem idade-série;
- d) o Projeto Pedagógico e o currículo das escolas podem considerar os conteúdos dos exames que levam à construção dos dados do IDEB, visando a melhoria da aprendizagem.

O IDEB é uma das avaliações brasileiras em larga escala, aplicado a todos os municípios e permite um diagnóstico da situação e do desempenho educacional de todos os municípios analisados. Está voltado para a avaliação do ensino básico. Os critérios das avaliações são universais e os resultados têm ampla divulgação. O IDEB é uma das medidas usadas para diagnosticar a situação da educação básica no Brasil.

Apesar de ter havido uma melhoria do IDEB em todas as etapas do ensino, entre 2005 e 2007, ainda há um longo percurso pedagógico a ser trilhado até que o país possa ficar mais satisfeito com a qualidade da educação nacional como um todo e aproximar ou equiparar seu desempenho escolar ao dos países desenvolvidos.

A pior média do IDEB foi a de 0,3 e a melhor foi de 6,8, numa escala de possibilidades de 0 a 10. Nessa escala o Brasil apresentou, em 2005, um índice médio de 3,8 para as quatro primeiras séries do ensino fundamental; 3,5 de quinta a oitava e 3,4 no ensino médio. Veja, no quadro a seguir, os índices esperados, distribuídos por ano.

Um total de 1.242 municípios participantes do IDEB obteve uma média abaixo do mínimo esperado. Para ajudar esses municípios e as escolas a superarem os índices alcançados, todos foram orientados para elaborar um diagnóstico da situação educacional e participar da construção do Plano de Ações Integradas com a orientação de consultores do MEC, visando mudanças educacionais qualitativas. Apenas em 62 dos municípios brasileiros, os estudantes de 1ª a 4ª séries da rede pública tiveram IDEB igual ou maior

do que 6, e só em duas cidades, Imigrante (RS) e Três Arroios (RS), os alunos de 5ª a 8ª séries atingiram essa média.

A Tabela, a seguir apresentada, resume a melhoria nacional dos dados do IDEB entre 2005 e 2007 e a intenção de elevação do IDEB nacional até o ano de 2021.

Tabela 2 – Resultado do IDEB e Projeção até 2021

IDEB 2005 e Projeções para o Brasil

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8
Privada	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7,0

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>. Acesso em: 9/8/08, às 16h25.

Os dados e indicadores da Prova Brasil e do IDEB, disponíveis no site do INEP¹¹, revelam a pouca qualidade do desempenho escolar brasileiro. Você poderá aproveitar os dados publicados para reforçar as reflexões e pensar ações que modifiquem a realidade de sua escola e melhorá-la continuamente, sob todos os pontos de vista, sobretudo nos resultados pedagógicos.

O Plano de Ações Articuladas – PAR é um instrumento de planejamento proposto pelo MEC para desenvolver ações conjuntas entre este órgão e municípios. Visa a criar as condições necessárias à implementação das 28 diretrizes referidas na Unidade 1.

A adesão do município ao PAR é voluntária. O apoio técnico e financeiro é restrito aos que realizarem um diagnóstico amplo, que possibilite visualizar mudanças necessárias para melhorar a qualidade da educação no Estado e município. O diagnóstico segue as

11 Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 28-07-08, às 17h00.

instruções do MEC, contidas num documento, com cerca de 60 páginas, que pode ser acessado no site http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diagnostico_par.pdf.

É recomendado que o diagnóstico seja participativo e promova uma análise compartilhada da situação educacional das redes municipais e estaduais. A coleta de informações e o seu detalhamento deverão ser obtidos em conjunto entre consultores do MEC e a equipe técnica local.

Após o diagnóstico *in loco*, é preparado o Plano de Ações Articuladas – PAR. As ações que comporão o PAR serão estabelecidas, em conjunto, a partir do diagnóstico e podem ser enquadradas em uma das quatro situações indicadas a seguir:

- ★ receber o apoio financeiro do MEC;
- ★ receber o apoio técnico do MEC;
- ★ serem executadas diretamente pelo município ou pelo Estado;
- ★ receber outras formas de apoio.

Qual a principal diferença entre o IDEB e o PAR?

O IDEB é um **indicador síntese**, aglutina, em um só, dois indicadores importantes que sinalizam a qualidade da educação:

- a) indicadores de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão).
- b) pontuação em avaliações externas padronizadas, obtidas por estudantes da quarta e oitava séries do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, nos exames de Língua Portuguesa e Matemática.

O PAR, de acordo com o artigo 9º do Decreto 6.094/07, é um “conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa ao cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes”.

Caro(a) gestor(a), o conhecimento da situação do município e do Estado e, especialmente, de sua escola, são fatores primordiais para poder iniciar qualquer planejamento, solicitar apoio à Secretaria de Educação ou a outros órgãos, mudar a situação presente com vistas a uma situação futura melhor. A sabedoria popular já ensina que só é possível melhorar se o terreno que se está pisando é bem conhecido, não é verdade?

Fatores associados à promoção da aprendizagem

A democratização do sistema educacional, em geral, e da escola, em particular é construída cotidianamente, por meio de práticas coletivas. Na mesma perspectiva, ocorre a construção da qualidade na educação.

Procurando imprimir o sentido formativo à avaliação de sua prática pedagógica, a escola avança para a construção de processos capazes de levá-la a reconhecer os

rumos percorridos pelos seus atores, bem como de novos caminhos para estruturar o seu trabalho.

Essa perspectiva de avaliação é fundamental, dentre outros, para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico e para a democratização da escola como um todo, à medida que suas práticas são discutidas pelo coletivo. Nessa dinâmica, a interpretação pedagógica dos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas pode ser de grande importância. Veja como Amaral (2007) nos ajuda a entender a dimensão dessa questão:

Particularmente, no caso da escola pública, a construção coletiva do projeto em questão pode ajudá-la a revitalizar o seu trabalho e democratizar o seu acesso. Além disso, pode torná-la mais significativa para as camadas populares, no que tange à sua reivindicação por uma escola de qualidade.

No Brasil, enquanto serviu com exclusividade às classes alta e média, a escola pública foi de boa qualidade. Quando se viu, em dado momento histórico, forçada a abrir suas portas às classes trabalhadoras, as políticas educacionais optaram por privilegiar a quantidade em detrimento da qualidade. Essa decisão provocou o êxodo das classes alta e média para o setor privado. Com essa cisão, enfraqueceu-se o poder reivindicatório das camadas populares por uma escola de qualidade. A escola pública tornou-se uma “escola pobre para pobres”, incapacitada para lidar com a nova clientela que lhe fora entregue (p.1).

Você já parou para pensar como um dos temas mais significativos e discutidos no campo da avaliação refere-se aos fatores associados à promoção da aprendizagem, ou seja, àqueles fatores que interferem no desempenho escolar?

No âmbito das avaliações externas, esse interesse está relacionado ao contexto das profundas transformações que afetam a sociedade contemporânea e que, por conseguinte, apresentam à escola a necessidade da avaliação constante do próprio trabalho, revendo seu projeto pedagógico. Na realidade, a avaliação permanente do seu trabalho traz muitas vantagens para a gestão pedagógica da escola. Veja como Sousa (2005a) interpreta a questão:

Quando estratégias como essa são adotadas, a escola ganha duplamente. Por um lado, torna possível socializar, para o grupo de professores, os bons resultados de experiências que vêm sendo monitoradas e, por outro lado, estimula a percepção do tipo de orientação que cada docente necessita para continuar avançando em suas práticas desenvolvidas em sala de aula (p. 41).

Como lembrado na Unidade 1 deste Módulo, o processo de construção coletiva do projeto pedagógico da escola foi objeto de discussão mais detalhada no Módulo III do Progestão. Aqui, apenas retomamos a idéia de que esse projeto é um importante instrumento de gestão da escola e que tem fundamental importância na discussão do desempenho dos alunos e definição de metas para melhorar esse mesmo desempenho.



Atividade 18

 20 minutos

Considerando sua experiência profissional e a realidade da escola na qual você atua, registre nas linhas em branco os fatores que, em sua opinião, mais interferem na promoção da aprendizagem dos alunos. Procure listar esses fatores por ordem de importância, em sua opinião. Em seguida, comente como você percebe a relação que existe entre esses fatores.



Comentário

Muitos são os fatores que podem interferir no desempenho escolar como, por exemplo, fatores socioambientais, socioeconômicos, valorização da profissão e condições de trabalho.

Não há dúvida de que a qualidade da formação dos professores influencia direta e intensamente no desempenho dos alunos. Por outro lado, não se questiona que o direito de toda criança e de todo jovem de ter garantido o acesso a uma educação de boa qualidade. Então, na busca de uma escola de qualidade, como equacionar esta questão?

De acordo com Buchmann e Hannum (2001), os determinantes do desempenho escolar e, conseqüentemente, as desigualdades educacionais entre os indivíduos dependem da ação conjunta de variáveis. Por exemplo, a escolaridade dos pais e a renda familiar, os recursos e a infraestrutura física disponíveis na escola, as características dos docentes

e as próprias políticas educacionais definidas em níveis variados, no caso do Brasil, federal, estadual e municipal.

Por onde começar a discussão sobre a avaliação dos fatores associados à promoção da aprendizagem? Certamente, há vários caminhos a percorrer, todavia, um que se mostra mais articulado à temática central deste Módulo X é refletir acerca do conceito de aprendizado. Em texto que analisa os diversos fatores associados ao desempenho escolar e o atual estado das avaliações em larga escala no Brasil, Soares (2007), chega à seguinte conclusão:

O resultado cognitivo que possibilita a compreensão das políticas e práticas internas à escola é o aprendizado do aluno, não o seu desempenho. O conceito de aprendizado, isto é o que o aluno aprende durante o período em que está matriculado em uma dada escola, exige um acompanhamento longitudinal do aluno. Isto raramente é feito. Todas as avaliações realizadas atualmente no Brasil medem apenas o desempenho do aluno em um teste único (p. 19).

Considerando a citação apresentada, vamos à outra pergunta: que fatores interferem no desempenho escolar?

Como você já deve ter observado em experiências diversas – como profissional da educação, aluno(a), pai/mãe etc. – diferentes e complexos fatores interferem no desempenho escolar. Esses fatores mostram características relacionadas à:

- ★ realidade da escola como, por exemplo, condições físicas, coordenação do trabalho pedagógico e nível de qualificação do corpo docente;
- ★ família, no que se refere, dentre outros, ao nível de escolaridade dos pais, à sua presença no acompanhamento da vida escolar dos filhos, e sua interação com a instituição escolar;
- ★ singularidade do próprio indivíduo, considerando que as idiossincrasias dos sujeitos constituem fator de grande influência em sua trajetória escolar.

Assim, na discussão sobre o desempenho escolar dos indivíduos, diversas dimensões precisam ser contempladas – cognitiva, psicopedagógica, institucional, sociocultural etc. Cada vez mais os educadores, a comunidade em geral e o poder público vêm ampliando seu nível de consciência de que a avaliação da qualidade do ensino precisa levar em conta essas e outras dimensões.

Caro(a) gestor(a), veja que essas dimensões têm origem, tanto no ambiente escolar quanto na realidade social, mais ampla, e que o nível de compreensão a seu respeito apresenta, para a escola, novos desafios, no que tange à sua gestão pedagógica.

De forma geral, a vasta literatura que trata dos fatores associados ao desempenho escolar nos permite agrupá-los em duas grandes categorias – características intrínsecas ao aluno e outras que dizem respeito ao ambiente escolar como um todo. A partir daí,

os debates focalizam o nível de influência que cada um desses grupos de fatores possui sobre tal desempenho.

Todavia, para se chegar a essa conclusão foi necessário – e continua a ser – um grande investimento em pesquisas que aprofundem a discussão do tema. Afinal, compreender e intervir positivamente nos fatores associados ao desempenho escolar deve ser de interesse de vários segmentos – governo, gestores, professores, demais profissionais que atuam na escola, famílias, grupos organizados da sociedade civil e o próprio aluno.

Em se tratando de desempenho escolar, segundo o Relatório Coleman (1966) – importante documento produzido nos Estados Unidos, decorrente de uma vasta pesquisa com alunos – o *background* familiar era mais importante que os fatores produzidos pelos sistemas escolares. Todavia, embora esse Relatório tenha tido sua validade, importância e pioneirismo reconhecidos no campo das pesquisas em larga escala sobre a relação educação-rendimento escolar, os estudos que o sucederam, a partir da década de 1970, vêm procurando encontrar outras explicações para essa relação.

A tentativa de compreender a questão leva em conta, dentre outros aspectos, que os países apresentam características distintas do ponto de vista social, econômico, político, cultural etc., bem como no que tange à configuração de suas redes escolares. Afinal, nenhuma escola é igual à outra, e muito menos um sistema educacional é igual a outro.

Também no plano internacional, destaca-se, mais recentemente, o estudo de Buchmann e Hannum (2001), que concluiu serem muito grandes a importância e a eficiência dos sistemas de ensino, no mundo contemporâneo. Outra conclusão desse estudo refere-se ao nível de democratização que esses sistemas vêm alcançando nos últimos tempos, diminuindo consideravelmente sua contribuição para a estratificação educacional dos alunos.

No Brasil, também diversos estudos têm ressaltado a relevância dos fatores escolares para o desempenho dos alunos. Dentre esses estudos, ressaltamos o realizado por Soares, César e Manbrini (2001), cuja conclusão principal é de que, embora os fatores escolares, em muitos casos, revelem uma porcentagem menor da variação da proficiência dos alunos em relação ao *background* de suas famílias, eles se mostram suficientemente elevados para provocar determinadas mudanças no percurso acadêmico do aluno.

O efeito individual de uma escola é definido como a quantidade de pontos acrescentados à proficiência do aluno pelo mérito de seu projeto pedagógico e respectiva implementação. Willms e Raudenbush (1989) argumentam que sistemas de monitoramento escolar devem distinguir dois tipos de efeito da escola. O primeiro é o efeito obtido por um aluno ao frequentar uma escola específica e inclui, portanto, os efeitos associados tanto às políticas e práticas internas da escola quanto aqueles decorrentes de sua composição social e de fatores da comunidade servida. O segundo tipo de efeito [...] reflete *apenas* os efeitos devidos especificamente à qualidade da instrução e das políticas e práticas escolares da unidade escolar examinada (SOARES, 2007, p.15).

Com efeito, a escola não se constitui no único espaço social onde ocorre a aprendizagem, todavia é nela, com certeza, que a aprendizagem tem a obrigação de se efetivar e com qualidade! Sob esse ângulo, a escola tem como principal característica interligar todos os processos pedagógicos desenvolvidos em seu interior, de forma a se configurar como um ambiente globalmente coerente e orientado para garantir a aprendizagem do aluno.

Soares (2007) discute os fatores associados ao desempenho escolar, classificando-os conforme sintetizado a seguir:

- a) fatores básicos:** mostram-se associados aos seguintes aspectos:
- ★ recursos econômicos ou nível socioeconômico da família, em função, dentre outros, dos elevados níveis de desigualdade de renda;
 - ★ informações que possibilitem uma adequada caracterização da trajetória escolar dos alunos;
 - ★ sexo;
 - ★ raça/cor do aluno;
- b) fatores pessoais:** dizem respeito às características pessoais dos alunos, as quais se mostram mais próximas ao seu desempenho escolar – aspectos como desempenho prévio, motivação e atitudes sobre a escola são muito associados aos resultados cognitivos dos estudantes;
- c) fatores familiares:** ênfase no capital cultural da família, o qual engloba elementos variados como, por exemplo, estruturas mentais e intelectuais, linguagem e cultura geral que, disponibilizados pela família do estudante, contribuem e refletem em seus bons resultados nas avaliações educacionais;
- d) fatores escolares:** abrangem elementos variados, como os listados a seguir:
- ★ **gestão escolar** – exige objetivos claramente definidos e ação coletiva para as grandes metas definidas no projeto pedagógico da escola;
 - ★ **recursos** – físicos (prédio, equipamentos e respectivas condições de uso); didáticos e outros necessários à organização do trabalho pedagógico, destacando-se o livro didático;
 - ★ **projeto pedagógico** – concebido como o instrumento de gestão da escola;
 - ★ **ensino** – merecendo grande atenção a gestão ampliada da classe;
 - ★ **comunidade escolar** – todos os atores e a cultura produzida pela escola.



Atividade 19

 20 minutos

Considerando os quatro grandes blocos de fatores que interferem no desempenho escolar – fatores básicos, pessoais, familiares e escolares – redija um texto de dois ou três

pequenos parágrafos, explicitando como você percebe a relação entre eles, bem como a forma como se manifestam no cotidiano da escola onde você atualmente trabalha.

Comentário

É muito importante compreender esses fatores com a interdependência que possuem, em sua especificidade e a partir das diversas áreas do conhecimento, que podem nos ajudar a melhor interpretá-los. Compartilhando dessa idéia, o autor esclarece que

[...] para o entendimento completo do desempenho do aluno é necessária uma abordagem multidisciplinar que agregue conhecimentos pelo menos da psicologia, da educação, da sociologia, da economia e mesmo da ciência política, em muitos momentos subsidiados pela coleta e análise de dados através de técnicas estatísticas apropriadas (SOARES, 2007, p.2).

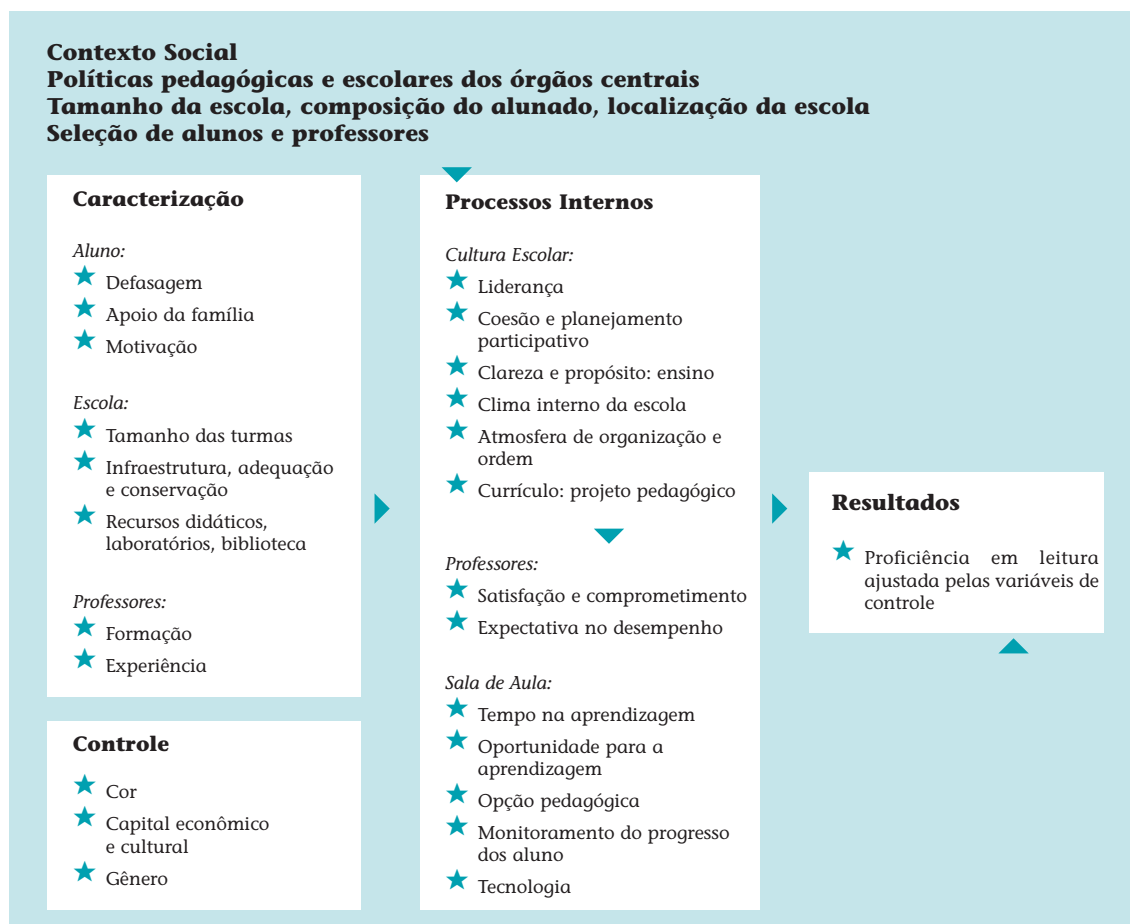
Particularmente, em relação à influência dos fatores familiares para o rendimento escolar, cabe um destaque. Com base em um amplo levantamento bibliográfico, a respeito das recentes pesquisas que têm investigado a relação escola-família e a questão do desempenho escolar, Chechia e Andrade (2002) enfatizam que tais pesquisas reconhecem a importância da participação dos pais na escola. Nesse sentido, a presença dos pais na vida acadêmica dos filhos constitui um fator fundamental na melhoria do desempenho escolar.

Para concluir este segundo item da unidade, apresentamos um esquema que nos ajuda a perceber os diversos fatores associados ao desempenho escolar, bem como as relações que se estabelecem entre eles. Elaborado por Soares et al (2003), o esquema sintetiza interessante discussão feita pelos autores, considerando, em parte, trabalhos desenvolvidos por Scheerens (1997), tratando das influências desses fatores sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Examine o esquema com atenção. Veja como os fatores nele representados manifestam-se na realidade da escola onde você atua ou na rede de escolas com as quais tem contato em seu município. Você pode tomar também como referência outras

escolas nas quais já trabalhou. O importante é estabelecer a relação teoria e prática entre esses fatores.

Quadro 12 – Fatores associados a um resultado escolar.



SOARES et al. 2003, p. 68.


Sem dúvida, o desempenho escolar é influenciado tanto por fatores extraescolares como fatores decorrentes do próprio trabalho da escola. Todavia, essa realidade não tem alterado uma tendência em nosso país: a pouca valorização e utilização de resultados desse desempenho com vistas à definição de políticas públicas para a educação, bem como para seu uso para o replanejamento do trabalho pedagógico, como revela a citação a seguir.

No Brasil, ainda é incipiente o uso de informações do desempenho escolar para a formulação de políticas de alocação diferencial de recursos. Diferente do Chile, a discussão a respeito da qualidade da educação no Brasil só agora se fixa nos resultados das escolas, conforme medidas do desempenho dos alunos. Por muitos anos houve resistência

ao uso dos resultados dos alunos assim obtidos, que se caracterizava por argumentos ressaltando a diversidade dos objetivos da educação, as diferenças socioeconômicas entre as escolas e a dificuldade em atribuir as deficiências no rendimento dos alunos ao trabalho prestado pela escola (BROOKE, 2007, p. 4).



Atividade 20

 20 minutos

Em que medida os fatores extraescolares são mais determinantes do desempenho escolar do que os fatores escolares?

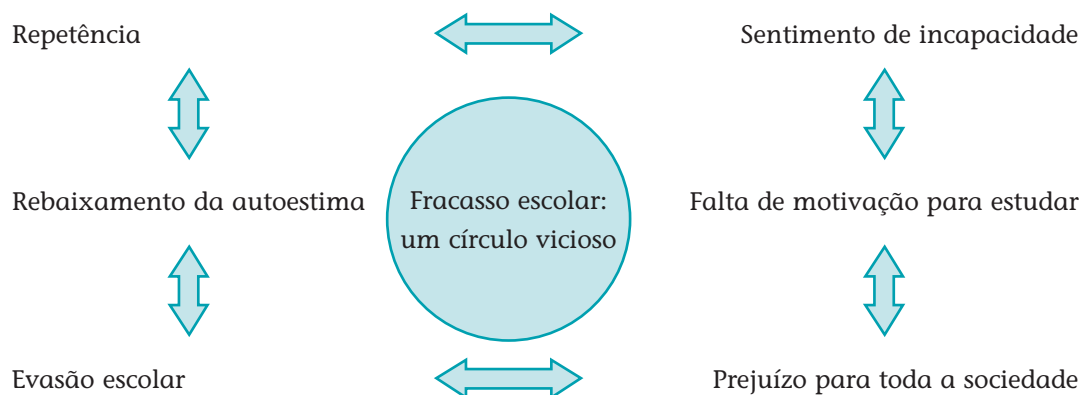


Comentário

Caro(a) gestor(a), em sua experiência profissional, você já deve ter constatado, em diversas situações, como é importante investir na pedagogia do sucesso! Isto é necessário, sobretudo, porque a escola precisa, a partir do engajamento dos seus diversos atores, trabalhar com vistas a garantir o melhor desempenho possível dos alunos.

Com efeito, essa postura – de busca do sucesso da aprendizagem dos estudantes – é o elemento-chave para combater o fracasso escolar, pois este é um círculo vicioso que implica várias consequências negativas para o aluno, o trabalho dos professores, a gestão pedagógica da escola e o poder público em geral.

O esquema apresentado a seguir chama a atenção para a gravidade desse problema. Examine-o com atenção.

Figura 4: Fatores associados ao fracasso escolar

O compromisso coletivo com a construção da qualidade

Caro(a) gestor(a), a construção da qualidade do desempenho escolar é coletiva, embora a sua atuação e a dos professores seja determinante para garanti-la.

As políticas nacionais reclamam a melhoria da qualidade da educação a partir dos princípios da autonomia, da colaboração, da participação, da igualdade de oportunidades e da inclusão social. A formulação das políticas públicas educacionais, em consonância com os ideais de participação democrática dos cidadãos, é realizada com a escuta e colaboração dos sistemas de ensino, em parceria com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e organismos internacionais¹².

Algumas vezes, as soluções para os problemas educacionais podem ser encontradas com a colaboração de outras áreas e instâncias fora da escola. Mas, é a iniciativa da escola e de sua equipe de gestores que faz a diferença na busca pela solução de problemas, tendo em vista que a escola está inserida num contexto maior de uma cidade, um município, um Estado, e que educação é responsabilidade de todos, conforme a Constituição Federal de 1988.

Vejamos a experiência coletiva empreendida em Curvelândia/Mato Grosso. O diagnóstico revelou o problema e todos juntos contribuíram para resolvê-lo.

Diagnóstico revelou o problema

Em 2002, a Secretaria Municipal de Educação fez uma análise situacional para subsidiar o Plano Estratégico 2002-2004. No documento, as informações sobre reprovação, distorção idade/série e evasão escolar alcançavam considerável relevância no município, chegando-se a ter,

12 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/>. Acesso em 27-07-08, às 15h10.

em algumas escolas, um índice de 20% de abandono dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

Paralelamente, a prefeitura realizou um diagnóstico a respeito da situação da infância e da juventude no município, realizado por meio de um levantamento dos agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde com as famílias. Foram identificadas diversas situações de crianças fora da escola e, muitas vezes, desocupadas, sem a assistência familiar adequada, andando pela rua depois das aulas. A maioria desses casos envolvia os filhos de trabalhadores rurais de canaviais próximos. Em virtude da carga horária de trabalho intensa, os pais não tinham com quem deixar os filhos. Nessa época, não havia nenhuma atividade cultural organizada para jovens.

Diante desse diagnóstico, a administração municipal percebeu que era necessário agir para minimizar os impactos negativos dessa situação. Os projetos articulados e desenvolvidos pelas secretarias foram planejados com o objetivo de incentivar a capacitação das famílias com foco na criação de emprego e renda. Na área educacional, a prefeitura buscou um programa que ajudasse a combater a evasão e a repetência que registrava um alto índice no município. O Projeto “Curva Feliz” nasce para oferecer aos alunos atividades culturais e de lazer no período em que não estão na escola (INEP, 2007, p. 42).

A importância do diagnóstico e da análise da situação, mais uma vez fica evidenciada. A identificação dos fatores que determinavam os problemas de evasão e reprovação ia além dos muros da escola. A percepção dos problemas do município como um todo constitui um grande alicerce para a elaboração de planos e programas que sinalizem aspectos a serem melhorados.

No exemplo apresentado, após o amplo diagnóstico, realizado pela prefeitura sobre a situação social do município com relação a infância e juventude, oriundas de famílias que trabalhavam nos canaviais, foram deslanchadas estratégias para o enfrentamento coletivo da situação detectada e que sinalizavam uma situação de risco social para muitas famílias. Houve a compreensão de que era importante oferecer atividades culturais além das horas regulares de aula.

Mediante o trabalho coletivo, os índices de evasão e repetência do município baixaram e o desempenho escolar aumentou significativamente. A experiência articulou objetivos e metas do Plano Nacional de Educação – PNE, com os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Foram realizadas oficinas (karatê, teatro, artes, capoeira, futebol, artes visuais, dança, coral, futsal e vôlei) para ocupar o tempo das crianças e desenvolver atividades consideradas relevantes para a aprendizagem. O enfoque foi cooperativo: várias instâncias da sociedade se uniram em busca de soluções

abrangentes que pudessem, a partir do diagnóstico realizado, encontrar soluções para a situação e os problemas decorrentes. Note que foi preciso o trabalho coletivo, conjugado com família, poder público, professores, gestores e outros.



Resumo

Nesta Unidade 4 você estudou questões relacionadas às políticas de elevação do desempenho escolar. Foram abordados o IDEB, o PAR, a importância do diagnóstico e do trabalho coletivo para a elevação do desempenho escolar, o valor de atividades extra-classe, o Decreto nº 6.094/07, o Guia Prático de Ações.

Ficou evidente que as políticas públicas estão focadas na elevação da qualidade do desempenho escolar, o que significa menos evasão, mais aprendizagem, menos discrepância idade/série. O marco referencial das políticas públicas e o marco legal usam as estratégias de avaliação externa em larga escala isto é, para toda a nação. Além disso, fornecem instrumentos de coleta de informações, intitulado Instrumento de Campo, sobre a situação educacional do município e, após o diagnóstico, é possível, com apoio do MEC, elaborar um Plano de Ações Articuladas. Em seguida ou concomitantemente, é importante rever o Projeto Pedagógico à luz da matriz de referência e da análise dos dados coletados.

Todos os municípios que tiveram IDEB abaixo do esperado, são convidados a participarem do PAR.

Chegamos ao final do módulo. Mas seu trabalho, caro gestor(a), está apenas começando. Ele é contínuo. Esperamos que o estudo empreendido possa ajudá-lo(a) a superar as questões que necessitam serem aprimoradas no trabalho pedagógico.



Leituras recomendadas

BRASIL. Ministério de Educação. PRADIME: programa de apoio aos secretários municipais de educação. Marcos Legais da Educação Nacional, V. I e II. Brasília: MEC/SEB, 2007.

Esta publicação reúne as principais referências normativas vigentes para a educação no Brasil e integra a série de publicações do **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)**, do Ministério da Educação, voltado para a formação permanente e para o apoio técnico aos dirigentes municipais de educação.

BRASIL. Ministério de Educação. **Guia de Programas para os Municípios**. PRADIME: programa de apoio aos secretários municipais de educação. Brasília: MEC, 2006.

Este Guia de Programas é parte da série de publicações oferecida aos dirigentes municipais de educação para o apoio à sua gestão. Reúne informações objetivas sobre a estrutura do MEC e os principais programas de interesse da educação municipal. Auxilia o dirigente a conhecer e identificar ações que possam contribuir para a melhoria da educação no seu município. Apresenta a estrutura do Ministério da Educação e os programas em quatro grupos: 1 – Gestão Educacional; 2 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; 3 – Infraestrutura Educacional; 4 – Oportunidades Educacionais.

Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas.

– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

São apresentadas experiências inovadoras que visam ao atendimento dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação: implementação da política de democratização da gestão da educação, implementação de política de acesso, permanência e sucesso, implementação da política de comunicação entre Secretaria de Educação, comunidade, família, escola. São apresentadas dez experiências selecionadas, com relatos de várias experiências realizadas por distintos municípios, escolas e redes de ensino que resolveram os problemas de evasão, reprovação, defasagem idade/série e conseguiram melhorar o desempenho escolar.

Sites Recomendados:

- ★ <http://portalideb.inep.gov.br/>. Acesso em 28-07-08, às 16h40.
- ★ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/par.pdf> . Acesso em 9-08-08, às 14h40.
- ★ <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 28-07-08, às 17h00.
- ★ <http://portal.mec.gov.br/seb/>. Acesso em 27-07-08, às 15h10.

Filmes Recomendados:

- ★ **As 200 crianças do Dr. Korczak** ou, simplesmente, **Korczak**, filme sobre uma história baseada em fatos reais, se passa em um orfanato. O filme discute a possibilidade de as crianças serem educadas com disciplina, autonomia e resolvendo tudo democraticamente. Aborda a “Pedagogia das possibilidades”, sendo o orfanato uma “República de Crianças”, onde as maiores e as menores podem e estão preparadas para governar. A obra convida à reflexão sobre amizade, justiça, amor, possibilidades, interação entre as pessoas, respeito à diversidade, e educação.
- ★ **Nenhum a menos**. Produzido na China, em 1999, dirigido por Zhang Yimou. O filme mostra a luta e o empenho de uma jovem professora-substituta, que trabalha em uma pequena escola rural, para não perder nenhum dos alunos que o mestre deixou sob sua responsabilidade.



Resumo final

Chegamos ao final do estudo deste Módulo X e, ainda que, ao longo das unidades, determinadas idéias tenham sido recorrentes, gostaríamos de retomar algumas questões com você, consideradas fundamentais na discussão da construção da qualidade em educação.

Uma delas é de caráter mais amplo e refere-se à relação entre as políticas públicas definidas para a educação com foco na avaliação do trabalho escolar. Particularmente, houve o aumento do interesse pela avaliação do desempenho dos alunos, fato que coincide com o momento em que ocorre um forte aumento da demanda por educação nos países mais desenvolvidos.

A outra questão diz respeito à necessidade de os resultados das avaliações externas, obtidos pela escola, serem utilizados por essa instituição para o replanejamento de suas atividades, a partir da revisão do projeto pedagógico. Nesse contexto, é relevante serem revistos os rumos da avaliação em diferentes contextos educacionais, e a escola é o espaço privilegiado para isso.

Na utilização dos resultados das avaliações externas, como, por exemplo, a Prova Brasil, analisada de forma mais detalhada, na Unidade 3, é defendida a importância de a avaliação ser encarada como um processo que serve para repensar a prática escolar e retornar a essa mesma prática, transformando-a.

Como vimos, ao longo do Módulo, avaliar implica levar em conta o conjunto de conhecimentos, crenças, hábitos, regras, sentimentos que regem o trabalho coletivo da e na escola. Este é um dos motivos pelos quais cada escola precisa desenvolver ações cotidianas que levem à construção, em seu interior, de uma cultura avaliativa com foco no sucesso do aluno e, conseqüentemente, no acompanhamento do seu desempenho.

Quando a escola pensa nesta direção, seus processos avaliativos passam a ser concebidos como uma importante e necessária alternativa para realizar diagnósticos, identificar problemas e redimensionar os rumos do trabalho educativo que realiza.

Na Unidade 4, foram feitas reflexões sobre o IDEB, o PAR, o Guia Prático de Ações e o Decreto Nº 6.094/07 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Caro(a) gestor(a), você estudou todos os textos e fez as atividades do Módulo X. Vamos agora para o Caderno de Atividades?

Bom trabalho!



Glossário

Background. Conjunto de elementos como antecedentes familiares, classe social, educação, experiência etc., que concorrem para a formação de um indivíduo, moldando sua personalidade e influenciando em seus rumos futuros.

Capital cultural. Corresponde a todo o acúmulo de conhecimento que o indivíduo possui, recebido a partir da sua condição social e, portanto, da classe a qual pertence. Nesse sentido, a herança cultural dos estudantes tende a ser apontado como responsável pela diferença inicial das taxas de êxito deles na instituição escolar.

Coadunar. Combinar, estar de acordo com.

Consubstanciar. Tomar vida, tomar forma, tornar-se, transformar-se em.

Declaração de Jomtien. Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também conhecida como Conferência de Jomtien. A Declaração estabelece compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas conhecimentos básicos necessários a uma vida digna em sociedade.

Eficácia. Capacidade de atingir os objetivos, usando bem os recursos disponíveis.

Eficiência. Capacidade de atingir objetivos.

Equidade. Reconhecimento e efetivação dos direitos da população, sem estigmatizar as diferenças que compõem os diversos segmentos da sociedade. Possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação de qualquer tipo.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei 8.069, aprovada em julho de 1990, que garante a condição de sujeitos de direitos às crianças e adolescentes.

Exponencialmente. Algo cujo valor cresce bastante.

Idiosincrasias. Características comportamentais que particularizam a conduta de um indivíduo ou de um grupo.

In loco. Expressão latina que significa no local.

Incremento. Aumento.

Indicador síntese. Indicador que representa uma síntese de outros indicadores.

Logística. Obtenção, organização e manutenção de todos os elementos que concorrem para a realização de determinado evento ou ação, incluindo as várias etapas de prestação dos serviços.

Mensurar. Determinar a medida de algo, medir ou dimensionar processos.

Monitoramento e avaliação. Conjunto de procedimentos, técnicas e instrumentos que servem para acompanhar e, se necessário, reorientar o desenvolvimento de programas, planos, projetos e atividades afins.

Multifacetadas. Que tem muitas facetas, e muitos elementos podem estar relacionados com a questão.

Proativamente. Antecipar possibilidades de mudanças, acertos ou soluções de problemas; significa olhar sempre para frente.



Bibliografia Básica

AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (Coords.). **Indicadores da qualidade da educação**. São Paulo: Ação educativa, 2007.

AMARAL, A. L. **Avaliação e projeto político-pedagógico da escola**. Juiz de Fora: UFJF/CAED, 2007.

BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Revista Linhas Críticas**. Brasília: Faculdade de Educação/UnB, v. 5, n° 9, jul./dez., 1999, p. 31-58.

BELLONI, I. e BELONNI, J. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, Luiz C. (org.) **Avaliação de escolas e universidades**. Campinas: Komedi, 2003, p. 9-34.

BONAMINO, A.; BESSA, N. e FRANCO, C. (orgs.). **Avaliação da educação básica – pesquisa e gestão**. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988.

_____. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, n° 72, Seção 1, p. 3 e 4, 15 de abril de 2004.

_____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação, Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, v. 13, n° 248, 23 dez 1996.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 89**, de 25 de maio de 2005. Institui a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB como um dos processos de avaliação que passam a integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília, 2005.

_____. **Portaria nº 69, de 04 de maio de 2005**. SAEB. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

_____. **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005**. ANRESC. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

_____. **Portaria Nº 438, de 28 de maio de 1998**. Diário Oficial da União, mai, 1998.

_____. **Compromisso Todos pela Educação: passo-a-passo**. BRASÍLIA: MEC, 2007.

BROOKE, N. **A Avaliação do desempenho e a gestão de qualidade e equidade na educação**. GAME/FaE/UFMG, 2007, 21 (mimeo).



BUCHMANN, C. e HANNUM, E. Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. **Annual review of sociology**, v.27, p.77-102, Jan. 2001.

CASTRO, C. M. Novo termômetro da educação. Se o ensino de qualidade fosse tão caro, como poderia ocorrer em municípios pobres? **Revista Veja**. Ponto de vista. Edição 2.010. Paulo: Editora Abril, 30.05.2007, p. 12.

CHECHIA, V. A. e ANDRADE, A. S. Representação dos pais sobre o desempenho escolar dos filhos. **V Seminário de Pesquisa**. Ribeirão Preto/São Paulo, 2002. Tomo II, Livro de Artigos, p. 207-219.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Revista Gestão em Rede**. Prêmio Nacional de referência em gestão escolar – experiências de sucesso. Edição Especial. Brasília: CONSED, 2004.

_____. **Revista Gestão em Rede**. Prêmio Nacional de referência em Gestão escolar – experiências de sucesso. Edição Especial. Brasília: CONSED, 2007.

DELMANTO, D.; AOKI, E.; SOARES, F. J.; MANSUTTI, M. A., ZELMANOVITS, M. C.; FRANCO, M. E. P. B.; LONGATO, S. R. & SILVA, S. M. **Prova Brasil na escola**. São Paulo: Fundação Tide Setúbal; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/CENPEC, 2007.

FERRER, A.T. Avaliar a qualidade da educação: conceitos, modelos e ferramentas. **Revista de Educação de Castilla**. Madrid: La Mancha, n. 3, 2006, p. 54-71.

FONTANIVE, N. O uso pedagógico dos testes. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Vozes: Petrópolis, 2005, p. 139-173.

FREITAS, K. S. ; PILLA, S. B. Gestão democrática da educação. In: SIMÕES, A. A. (Org.). **Pradime: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação Cadernos de Textos**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de educação básica, 2006, v. 3, p. 13-70.

GOULART, O. T. **O desafio da universalização do Ensino Médio**. Brasília: INEP, 2005. (Série Documental, Textos para Discussão, 22)

GREMAUD, A. **Prova Brasil avalia os sistemas de ensino**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> acesso em 22.11.2009.

GUARÁ, I. M. F. R. (org. e coord.). **Cadernos CENPEC – Avaliação em educação**. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Ciência e Cultura/CENPEC, n. 3, jan.-março, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Prova Brasil – Avaliação do Rendimento Escolar 2007**. Brasília: INEP, 2009.

_____. **Avaliação e aprendizagem 1**. Brasília: INEP, 2008.



_____. **Sinopse estatística da educação básica:** censo escolar 2005. Brasília: INEP, 2007.

_____. **Prêmio inovação em gestão educacional 2006:** experiências selecionadas. Brasília: INEP, 2007.

_____. **Vivenciando o desafio da aprendizagem nas séries iniciais:** a experiência de Sobral/CE. Brasília: INEP, 2005.

_____. **Matriz de referência para o SAEB.** Brasília: INEP, 2001.

_____. **Matrizes curriculares de referência.** Brasília: INEP; 1997.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, n. 51, v. 14, p.139-171, abr./jun. 2006.

_____ & FONTANIVE, N. S. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. **Em Aberto.** Brasília: INEP, v. 15, n. 66, p. 29-34, abr./jun. 1995.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2001.

_____ e FONTANIVE, N. S. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. **Em Aberto.** Brasília: INEP, v. 15, n. 66, p. 29-34, abr./jun. 1995.

LANDSHEERE, G. **A pilotagem dos sistemas de educação:** como garantir a qualidade da educação? Porto: Edições. ASA, 1997.

MARTINS, R. C. R. Módulo X: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para melhoria do desempenho escolar? **Comentários.** Brasília: CONSED, 2008 (mimeo).

MASAGÃO, V. R.; MENDES, V. R.; BUARQUE, J. G. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 35, n. 124, p. 227-251, jan./abr., 2005.

PATTON, M. Q. **Utilization-focused evaluation:** the news century text. 3ª Ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1997, p. 371-385.

REDACTA. Salvador; Conselho Estadual de Educação, 2007. v. 1, n. 53, 1 semestre.

RIBEIRO, V. M. e KALOUSTIAN, S. (Coord). **Indicadores da qualidade na educação.** Brasília: INEP, 2005.

RISTOFF, D. Avaliação institucional: pensando princípios. In: BALZAN, N. C. & DIAS SOBRINHO, J. (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências,** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 37-51.

SCHEERENS, J. **Melhorar a eficácia escolar.** Paris: Unesco: 1997.



SOARES, J. F. **Contextualização dos resultados das avaliações educacionais.** GAME – FAE - UFMG, 2007. (mimeo).

_____.; ALVES, M. T. G. e MARI, F. A. Avaliação de escolas de ensino básico. In: FREITAS, L. C.; BELLONI, I. & SOARES, J. F. (Orgs.) **Avaliação de escolas e universidades.** São Paulo: Komedi, 2003, p. 59-92.

_____.; CÉSAR, C.C.; MANBRINI, J. Determinantes do desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997. In: FRANCO, C. (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação.** Porto Alegre: ArtMed, 2001, p. 121-154.

SOUSA, J. V. **Projeto político-pedagógico e promoção do direito à educação.** Curso de Formação de Gestores da Rede Pública de Educação. Juiz de Fora: UFJF/Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Juiz de Fora/MG, 2006.

_____. **Fortalecimento do trabalho da equipe escolar.** Caderno de Teoria e Prática I. O trabalho da equipe escolar: buscando caminhos para a aprendizagem do aluno. Brasília: MEC/FNDE, 2005a.

_____. **Fortalecimento do trabalho da equipe escolar.** Caderno de Teoria e Prática IV. Desafios e oportunidades na implantação da formação continuada dos professores na escola. Brasília: MEC/FNDE, 2005b.

_____. e CORRÊA, J. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: VIEIRA, S. L. **Gestão da escola: desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro: DP & A; ANPAE, 2002, p. 47-75.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 23.11.2008.

THURLER, M. G. A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. **Idéias.** São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1998, n. 30, p.175-192

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília: Líber Livro, 2005.

_____. **Avaliações em debate:** SAEB, ENEM, Provão. Brasília: Plano Editora, 2003.

WILLMS, J. D. e RAUDENBUSH, S.W. A longitudinal hierarchical linear model for estimating school effects and their stability. **Journal of Educational Measurement,** 1989, n. 26, p. 209-232.



Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. de A. A avaliação na escola e da escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 74, p. 68-70, ago. 1996.

BARRETO, E. S. S. A Avaliação na Educação Básica entre dois modelos. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, Ano XXII, n.75, Agosto 2001, p. 48-63

ENGUITA, M. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P. & SILVA, T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 93-110.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**, 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

OLIVEIRA, D. P. T. de. Avaliação externa do ciclo básico: diagnóstico necessário à melhoria da qualidade da educação. **Ensaio: Avaliação de Políticas em Educação**. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 6, n. 18, p. 67-84, jan./mar. 1998.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens** – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, L. L. C. P. Políticas Públicas para o ensino fundamental: parâmetros curriculares nacionais e sistema nacional de avaliação (SAEB). **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, Vol.23, n.80, set 2002, p. 349-370

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**, 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

